

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**ELEIÇÕES E ELEITORES NO RIO GRANDE DO SUL: a
experiência do Partido dos Trabalhadores no Município de
Pelotas (1992-1996)**

VERA LÚCIA DOS SANTOS SCHWARZ

*Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciência Política da
UFRGS como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.*

Orientadora: Profª Dra. Jussara Reis Prá

Porto Alegre – 2000

CIP - Catalogação na Publicação

Schwarz, Vera Lúcia dos Santos.

Eleições e Eleitores no Rio Grande do Sul: a experiência do Partido dos Trabalhadores no município de Pelotas (1992-1996) / Vera Lúcia dos Santos. Schwarz. -- 2000.

126 f.

Orientadora: Jussara Reis. Prá.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2000.

1. Eleições. 2. Eleitores. 3. Comportamento Eleitoral. I. Prá, Jussara Reis., orient. II. Título.

EPÍGRAFE

“Kant e Fichte buscavam o país distante pelo gosto de andar lá no mundo da lua, mas eu tento só ver, sem viés deformante, o que pude encontrar bem no meio da rua”

Marx e Engels.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, o meu especial agradecimento pela oportunidade concedida.

À CAPES, pelo fomento proporcionado para a elaboração desta dissertação por meio de bolsa de estudos.

À Prof^ª. Dr.^a JUSSARA REIS PRÁ, que teve, como orientadora, um papel imprescindível para a realização desta dissertação, desempenhando uma série de funções: contestando, restringindo, apoiando – um modelo de orientação.

À Professora MARIA AMÉLIA SOARES DIAS DA COSTA, pela confiança e estímulo à realização deste trabalho.

Ao RODRIGO GARCIA SCHWARZ, pela compreensão, pelo estímulo e pelas valiosas sugestões.

Aos meus familiares que sempre compartilharam de minhas preocupações, especialmente pelos cuidados com a minha Mariana.

A todos aqueles que contribuíram para a concretização desta dissertação.

RESUMO

A presente dissertação tem como proposta investigar o desempenho do Partido dos Trabalhadores (PT), no decorrer das eleições municipais de 1992 e de 1996 no município de Pelotas, quando se identifica, em âmbito local, o surgimento e o avultamento do partido como um novo ator político. De forma a desenvolver o estudo proposto, busca-se dimensionar os fenômenos ligados ao surgimento do PT no contexto político brasileiro, seu enquadramento nesse cenário, bem como as especificidades que revestem sua atuação nos pleitos municipais de 1992 e de 1996 em Pelotas. Para direcionar a investigação proposta, parte-se de um resgate da bibliografia que examina a questão partidária e o contexto eleitoral brasileiro para analisar, no âmbito empírico, dados de *surveys* realizados no período pré-eleitoral no município de Pelotas, pelo Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, nos anos de 1992 e 1996. Esses dados são complementados pelos resultados oficiais das eleições, obtidos junto à Justiça Eleitoral. Ao que se acrescenta o exame de notícias veiculadas à época na imprensa escrita local. Dessa forma, busca-se traçar o perfil do eleitorado do Partido dos Trabalhadores e dimensionar a performance do partido no período eleitoral em questão.

Pela análise dos dados, pode-se identificar algumas características do eleitorado petista: o segmento mais sensível ao programa do partido é formado sobretudo por eleitores jovens, com um nível de instrução formal mais alto e de médio ou alto *status* sócio-econômico. Essa base eleitoral revela-se especificada tanto no pleito de 1992 como no de 1996, verificando-se que não houve uma adesão significativa de outros segmentos do eleitorado à legenda, ou seja, não houve uma alteração qualitativa na formação do eleitorado petista. De qualquer forma, verifica-se o avultamento do eleitorado do Partido dos Trabalhadores como um fenômeno que engloba todos os segmentos eleitorais, mesmo aqueles tradicionalmente menos sensíveis ao seu programa partidário. Assim, o diferente desempenho eleitoral dos candidatos do Partido dos Trabalhadores entre 1992 e 1996 pode ser explicado a partir de um crescimento geral das manifestações de voto no PT, que demonstram uma maior adesão à legenda petista. Demonstram ainda, na sua conformação específica, que determinado segmento continua a ter relevância maior do que outros na formação da base eleitoral petista, setores minoritários entre o eleitorado geral, com alto nível de instrução formal (dentre eleitores, em sua maioria, com baixo nível de instrução formal) e de alto-médio *status* sócio-econômico (onde preponderam baixíssimos níveis de renda). Em uma maior ação do PT junto a segmentos específicos do eleitorado, notadamente mais sensíveis aos apelos populistas de atores políticos tradicionais na região, reside, conseqüentemente, a força motriz para seu avultamento em Pelotas, revelando-se o maior ou menor êxito do partido nesta empreitada como o fator a limitar ou a possibilitar o seu avultamento como efetivo ator político no município.

Nesse sentido, conclui-se que, enquanto se abre ao PT uma ampla perspectiva de crescimento no cenário político local, de vez que o pleito de 1996 demonstrou sua capacidade de agir sobre os diversos segmentos do eleitorado, aumentando a sensibilização destes à proposta petista, tal perspectiva encontra limites na sua ainda bastante específica base eleitoral, evidenciando que o PT ainda é bastante dependente de um segmento específico do eleitorado, justamente aquele que é minoritário à vista do eleitorado geral.

ABSTRACT

The present work has a proposal to investigate the performance of the Party of the workers (PT), in elapsing of the municipal elections of 1992 and 1996 in Pelotas, when it is identified, in local scope, the sprouting and the growth of this party as a new actor politician. To develop the considered study, one searches to verify the on phenomena to the sprouting of the PT in the context brazilian politician, its justification in the scene, as well as the particularities that coat its performance in the municipal elections of 1992 and 1996 in Pelotas. To direct this inquiry, one verifies the main theories that examine the question and the brazilian electoral context partisan, analyzing itself, in the empirical scope, carried through data of surveys in the electoral period in Pelotas, for the Institute of Sociology and Politics of the Federal University of Pelotas, in the years of 1992 and 1996. These data are complemented by the official results of the elections, gotten together to Electoral Justice. One adds, still, the examination of notice propagated in the press. Thus, one searches to trace the profile of the electorate of the Party of the Workers and to verify the performance of the party in this period.

Analyzing the data, it can be identified some features of the electorate of the Party of the Workers: the path that more accepted the proposals of the party is formed by young voters, with high level of formal education and income, as much in 1992 as in 1996. It is verified that other paths exactly resist more the Party of the Workers thus, verifies the growth of the electorate if the Party of the Workers as a phenomenon that reaches all the electoral paths, exactly those traditionally more resistant to that partisan program. Thus, the different performance of the candidates of the Party of the Workers in 1992 and 1996 can be explained from a general growth of the acceptance of the program of the party. Also if it verifies that a specific path continues to have bigger importance in the electoral base of the party. However, these paths are minority in the general electorate – high level of formal education and income, in contrast of the majority of the voters. Thus, in a bigger action of the together party to some paths of the electorate, especially most sensible to populism, it meets viability of growth of the Party of the Workers in Pelotas, with greater or minor success.

Finally, while an ample perspective of growth of the PT in the scene is verified local politician, a time who the party in 1996 demonstrated its capacity to attract different paths of the electorate, accurately concludes that such perspective is limited by very specific the electoral base of the PT, that path is minority in the general electorate.

SUMÁRIO

<i>RESUMO</i>	4
<i>ABSTRACT</i>	5
<i>LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS</i>	7
<i>INTRODUÇÃO</i>	9
<i>I – AS VERTENTES EXPLICATIVAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL</i>	18
1.1 – Apresentação	18
1.2 – A escola de Michigan	25
1.3 - A escola sociológica	27
1.4 – A escola da escolha racional.....	29
1.5 – A escola demográfico-descritiva.....	31
1.6 – Considerações finais.....	32
<i>II – UM RESGATE DA TIPOLOGIA DOS PARTIDOS E DA EMERGÊNCIA DO PT NA POLÍTICA BRASILEIRA</i>	35
2.1 – A tipologia clássica dos partidos políticos	35
2.2 – A questão partidária no Brasil.....	51
2.3 – A emergência do PT no cenário político brasileiro.....	58
<i>III - O CONTEXTO ELEITORAL E O SURGIMENTO DE UM NOVO ATOR POLÍTICO EM PELOTAS: O CASO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES</i>	65
3.1 – O contexto das eleições no Brasil.....	65
3.2 – O contexto das eleições de 1992 e 1996 em Pelotas	76
<i>CONCLUSÃO</i>	117
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	124

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do eleitorado brasileiro por sexo/faixa etária	66
Tabela 2 – Distribuição do eleitorado do RS por sexo/faixa etária	67
Tabela 3 – Distribuição do eleitorado brasileiro por sexo/escolaridade	68
Tabela 4 – Distribuição do eleitorado do RS por sexo/escolaridade	69
Tabela 5 – Relação entre a intenção de voto e a idade dos eleitores – executivo municipal – 1992	88
Tabela 6 – Relação entre a intenção de voto e a escolaridade dos eleitores – executivo municipal – 1992	89
Tabela 7 – Relação entre intenção de voto e status sócio-econômico dos eleitores executivo municipal – 1992	90
Tabela 8 – Relação entre a intenção de voto e a idade dos eleitores – executivo municipal – 1996	91
Tabela 9 – Relação entre a intenção de voto e a escolaridade dos eleitores – executivo municipal – 1996	93
Tabela 10 – Relação entre a intenção de voto e a renda familiar dos eleitores – executivo municipal – 1996	93
Tabela 11 – Preferência partidária do eleitorado – 1996	109
Tabela 12 – Meios utilizados para acompanhar as campanhas políticas	113

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do eleitorado brasileiro	65
Gráfico 2 – Escolaridade do eleitorado no RS	70
Gráfico 3 – Desempenho eleitoral do PT em Pelotas (1992/1996)	78
Gráfico 4 – Intenções de voto para presidente – Pelotas (1994)	79
Gráfico 5 – Intenções de voto para governador – Pelotas (1994)	79
Gráfico 6 – Número de votos nos candidatos do PT ao executivo municipal (1992/1996 – 1º turno)	80
Gráfico 7 – Distribuição dos votos válidos (prefeito) – 1992	85
Gráfico 8 – Distribuição dos votos válidos (prefeito) – 1996	86
Gráfico 9 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – idade – executivo municipal – 1992	95
Gráfico 10 -Perfil do eleitorado dos principais candidatos – idade – executivo municipal – 1996	96
Gráfico 11 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – escolaridade	97
Gráfico 12 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – escolaridade – executivo municipal – 1996	97
Gráfico 13 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – status socio- econômico – executivo municipal – 1992	98
Gráfico 14 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – renda familiar – executivo municipal – 1996	99
Gráfico 15 – Relação entre a intenção de voto e o sexo dos eleitores – 1996	100

Gráfico 16 – Comparação entre as manifestações de voto nos candidatos do PT. Surveys 1992 e 1996	101
Gráfico 17 – Comparação entre a composição do eleitorado dos candidatos do PT. Surveys 1992 e 1996	102
Gráfico 18 – Distribuição das notícias (exceto as de teor negativo) relativas a partidos/candidatos na imprensa local – jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1992	105
Gráfico 19 – Distribuição das notícias de teor negativo relativas a partidos/candidatos na imprensa local – jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1992	106
Gráfico 20 – Distribuição das notícias (exceto as de teor negativo) relativas a partidos/candidatos na imprensa local – jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - eleições de 1996 – 1º turno	106
Gráfico 21 – Distribuição das notícias de teor negativo relativas a partidos/candidatos na imprensa local – jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1996 – 1º turno	107
Gráfico 22 – Distribuição das notícias (exceto de teor negativo) relativas a partidos/candidatos na imprensa local – jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1996 – 2º turno	108
Gráfico 23 – Distribuição das notícias de teor negativo relativas a partidos/candidatos na imprensa local – jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1996 – 2º turno	108
Gráfico 24 – Rejeição partidária do eleitorado – 1996	110
Gráfico 25 – Averiguação dos eleitores que levam em conta o partido político do candidato na sua opção eleitoral – 1996	111
Gráfico 26 – Identificação do partido político do atual prefeito (Irajá Rodrigues) – PMDB – 1996	111
Gráfico 27 – Averiguação sobre o que o eleitor julga mais importante no candidato	112

INTRODUÇÃO

"Pleitos eleitorais envolvem a dimensão humana no seu sentido mais amplo da palavra. Isto é, envolvem vontades, interesses, aspirações, frustrações e até senso de liberdade. Por outro lado, toda eleição, independentemente do nível em que ocorre, tem a sua peculiaridade e especificidade" (Baquero, 1997, p. 125).

As questões relativas ao voto e às variadas motivações que se agregam à manifestação por determinada opção eleitoral têm sido objeto de diversos trabalhos na atualidade. Constata-se, a respeito, um interesse crescente no âmbito da Ciência Política pelo estudo, acompanhamento e discussão acerca dos diferentes elementos que podem estar influenciando o comportamento dos eleitores.

No Brasil, o processo de abertura política, a conseqüente expansão do sufrágio e a crescente convivência dos cidadãos com informações de natureza política, contribuem para aumentar o interesse em compreender o comportamento do cidadão-eleitor e em identificar as tendências de voto, por meio da realização de estudos de cunho quantitativo e qualitativo que se vinculam a diferentes correntes teóricas. Ao que se soma a preocupação em dimensionar o contexto eleitoral com vistas a subsidiar a ação dos agentes políticos na busca do voto. Assim, os elementos que se relacionam ao voto e ao comportamento eleitoral passam a integrar um universo cada vez mais

abrangente, cujo interesse não mais se encontra adstrito à classe científica ou ao cientista político, em especial.

A par do interesse que a temática desperta, seja no âmbito da sociedade civil, seja no meio acadêmico, não custa lembrar que um dos testes mais importantes para a corroboração de qualquer modelo explicativo é o do seu confronto com a realidade.

Tentativas de estabelecer essa relação entre a teoria e a prática política são evidenciadas já há algum tempo em trabalhos desenvolvidos por diferentes autores. Entre eles mencione-se *Bolívar Lamounier* (1976) e *Fábio Wanderley Reis* (1978), que analisam o comportamento eleitoral, relacionando a intenção de voto com variáveis de ordem demográfica, sócio-econômica e/ou histórica.

◦ Apesar do notável desenvolvimento dos estudos relativos ao comportamento eleitoral, constata-se, ainda, a escassez de trabalhos específicos atinentes à questão das configurações partidárias locais e regionais. Isso se verifica particularmente no que concerne à região Sul do país e, em especial, ao Rio Grande do Sul. A exceção, que confirma a regra, encontra-se em trabalhos como os desenvolvidos por *Marcello Baquero* desde 1982, que examinam a questão político-eleitoral tendo por referência os cenários gaúcho e portoalegrense. Nesse particular, a realização de estudos que enfoquem o processo eleitoral em âmbitos locais e regionais mostra-se hoje bastante relevante. Resulta daí o interesse em investigar a realidade política do município de Pelotas, cidade-pólo da região e grande centro econômico e social, que detém atualmente o segundo maior colégio eleitoral do interior do estado.

Ressalte-se a respeito, que a par da posição de destaque desse município, seu eleitorado ainda apresenta um perfil marcadamente tradicional, o que se expressa sobremaneira por sua vinculação com partidos de tradição elitista e oligárquica. Com efeito, em relação à Pelotas, os seus condicionantes históricos, econômicos e socioculturais; a opção por um modelo de desenvolvimento forjado no latifúndio orizícola e na pecuária extensiva de corte e lastreado no monopólio da dominância exercida por uma pequena elite, servem para corroborar a sua vocação de sociedade tradicional e continuísta e, portanto, potencialmente avessa a inovações no plano político.

Tendo presente essa discussão, busca-se com a dissertação ora apresentada, contribuir com os estudos que se dedicam ao exame dos contextos locais e regionais e, ao mesmo tempo, buscar o entendimento sobre a complexidade que envolve as questões políticas em pauta no âmbito da zona Sul do estado, face às suas características peculiares forjadas por fatores conjunturais específicos – modelo de desenvolvimento e base econômica, cultura, forma de colonização etc.

Nessa dimensão, insere-se a proposta desta dissertação de investigar os desdobramentos de um fenômeno eleitoral empiricamente constatado no decorrer das eleições municipais de 1992 e 1996 no município de Pelotas, momentos em que se verifica o surgimento e o avultamento, em âmbito local, de um novo ator político: o Partido dos Trabalhadores (PT).

No que tange ao PT, observe-se que este veio a ampliar significativamente a sua base eleitoral em Pelotas, o que pode ser verificado diante do substancial crescimento das manifestações de voto em candidatos do partido para o cargo executivo municipal nos pleitos de 1992 e 1996. Tal

crescimento culminaria, nesta última eleição, na disputa, pelo PT, do segundo turno eleitoral, com uma derrota deflagrada por uma pequena margem de votos. Isso lhe privou de conquistar o cargo executivo municipal em prol de um tradicional ator político regional; no entanto, alçou-lhe à primeira grandeza no município, situação a que chegou desbancando legendas e atores políticos tradicionais na região.

Considere-se, ademais, que esse desempenho do PT também pode ser constatado em eleições realizadas em outros municípios de grande porte no estado (a exemplo de Porto Alegre e de Caxias do Sul), notadamente focos de oposição histórica ao governo central.

Destaque-se, nesse sentido, as especificidades do Rio Grande do Sul em termos eleitorais dada a derrota, no estado, de candidatos como *Fernando Collor de Mello* (1990) e *Fernando Henrique Cardoso* (1994 e 1998), eleitos para a presidência da República com uma boa margem dos votos em praticamente todos os estados da federação.

A tais especificidades somam-se os conseqüentes paradoxos, decorrentes da transição seguida pelo Partido dos Trabalhadores, que passa de uma posição classista, forjada no movimento sindicalista operário, para uma posição mais próxima à de um partido de massas, o que alarga significativa e sucessivamente a sua base eleitoral. Isso porém nem sempre o tem dotado de capacidade para sensibilizar, de forma efetiva, camadas do eleitorado mais vulneráveis ao discurso populista veiculado por legendas políticas tradicionais.

Desse prisma, ao se analisar o desempenho eleitoral do PT, em Pelotas, se está diante de um excelente campo para a observação e para a pesquisa das motivações que estão implícitas no ato de votar.

Por tudo isso, considera-se o avultamento do Partido dos Trabalhadores em Pelotas como relevante objeto de estudos para se examinar o comportamento eleitoral, sobretudo quando se leva em conta o desempenho do partido nos sucessivos pleitos realizados em Pelotas desde 1992.

Em suma, constitui-se em questão central de indagação desta dissertação a investigação acerca do avultamento do Partido dos Trabalhadores em Pelotas a partir dos resultados das eleições municipais de 1992 e 1996, com a verificação das conseqüentes perspectivas de continuidade desse avultamento e das limitações que se impõem a este. Para tanto, além de dados referentes às eleições para o executivo municipal, utiliza-se como subsídio as informações colhidas no pleito de 1994, para os executivos estadual e federal. Dessa perspectiva, com base na constatação do avultamento do Partido dos Trabalhadores em Pelotas, busca-se dimensionar o alcance e os limites de seu crescimento no município em tela.

O argumento central que norteia a análise proposta é o de que houve uma maior sensibilização de um determinado segmento do eleitorado que, não se demonstrando alinhado ao projeto político do PT em 1992, passa a orientar o seu voto em favor do partido em 1996. E na maior ação do Partido dos Trabalhadores face a segmentos específicos do eleitorado, notadamente mais sensíveis aos apelos populistas de atores políticos tradicionais na região, reside, conseqüentemente, a perspectiva do avultamento do PT em Pelotas, revelando-se o maior ou menor êxito do partido nesta empreitada como fator a determinar a sua posição como efetivo ator político no município.

Conquanto o objetivo principal desta investigação seja o de identificar o alcance e os limites que envolvem o crescimento do PT como ator político no

município de Pelotas, os fatores relativos ao avultamento do PT entre os pleitos municipais de 1992 e de 1996, constituem-se ainda relevantes objetos de investigação, para o desenvolvimento do estudo proposto, os fenômenos ligados ao surgimento do PT no cenário político brasileiro; seu enquadramento neste cenário, a partir da tipologia clássica dos partidos; o contexto eleitoral brasileiro no período em questão e as especificidades subjacentes aos pleitos municipais de 1992 e 1996 em Pelotas.

Para tal investigação, parte-se de uma revisão de parte da bibliografia que examina o contexto eleitoral brasileiro para analisar, no âmbito empírico, dados de *surveys* realizados no período pré-eleitoral no município de Pelotas, pelo Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, nos anos de 1992 e 1996. Esses dados são complementados por resultados oficiais fornecidos pela Justiça Eleitoral. Dessa forma, busca-se identificar o perfil do eleitorado do Partido dos Trabalhadores no período em questão e vislumbrar a *performance* eleitoral do partido, comparando-a com a de legendas tradicionais e visando colher subsídios acerca dos fatores que influenciam a motivação eleitoral que se expressa pelo voto. O resgate do contexto eleitoral local à época das eleições apoia-se na análise de informes veiculados na imprensa escrita local – jornais “*Diário Popular*” e “*Diário da Manhã*”. Por meio deles, busca-se, também, vislumbrar a eventual utilização desses agentes de comunicação na formação ou direcionamento da opção política do eleitorado a cada embate eleitoral.

A presente dissertação estrutura-se, assim, a partir de uma exposição das grandes escolas de explicação do voto e tem por base a sistematização elaborada por *Marcus Figueiredo* (1991). Esse autor identifica quatro modelos

de análise para examinar os fatores subjacentes à opção política eleitoral: 1) o *modelo sociológico*, que busca explicar o comportamento eleitoral tendo por base a análise grupos sociais homogêneos – religião, faixa etária, escolaridade, gênero, *status* sócio-econômico etc. – cuja afinidade reside no desenvolvimento das mesmas preferências ideológicas; 2) o *modelo psicológico*, no qual o comportamento eleitoral é focado desde aspectos *micro* – o ambiente familiar transmite ao indivíduo um sistema de crenças que se torna arraigado de modo a lhe condicionar o comportamento; 3) o *modelo econômico* ou *da escolha racional*, inspirado nas relações de mercado, onde os custos e os benefícios são apreciadas pelo eleitor quando ele decide o voto; e 4) o *modelo demográfico-descritivo*, que destaca a distribuição geográfica do eleitorado e as características desses espaços físicos como determinantes de preferências políticas definidas.

A par das quatro grandes vertentes apontadas, busca-se privilegiar não um fator único como determinante do voto, mas um conjunto de variáveis que interagem na determinação deste. Assim, não se busca priorizar a análise do comportamento eleitoral segundo a abordagem de uma escola específica, dentre as identificadas, mas sim a integração de alguns modelos explicativos.

Na seqüência, procura-se resgatar alguns estudos que examinam a tipologia dos partidos políticos, buscando situar o Partido dos Trabalhadores nessa tipologia face à sua emergência no cenário político brasileiro. A partir do modelo analítico de partidos de massas de *Maurice Duverger* (1970), visualiza-se a convergência do PT a uma posição intermediária entre a de um partido classista – em sua origem – e a dos partidos “pega-tudo” (*catch all*), que dominam o cenário político contemporâneo.

Ao mesmo tempo, busca-se resgatar o contexto das eleições, tanto no seu plano mais amplo – contexto nacional – quanto no plano mais específico – contexto das eleições municipais de 1992 e 1996 em Pelotas.

Trata-se, assim, de delinear, com maior profundidade, a problemática já aqui sumariamente exposta, no sentido de corroborar a observação empírica e dimensionar o avultamento do Partido dos Trabalhadores no município de Pelotas, explicitando os fenômenos que apontam para este avultamento. Busca-se, desse modo, resgatar parte da trajetória política do Partido dos Trabalhadores e identificar, com maior precisão, os paradoxos que configuram a questão partidária e o avultamento do PT no município de Pelotas.

O desempenho do Partido dos Trabalhadores nos pleitos de 1992 e de 1996, é examinado a partir do contexto dessas eleições, em relação as quais procura-se apurar as motivações do eleitorado e os fatores que direcionaram a sua opção eleitoral, bem como a sua relação com o desempenho dos candidatos do Partido dos Trabalhadores e dos seus principais adversários políticos.

Finalmente, busca-se, a partir dos resultados visualizados nos eventos eleitorais, desenvolver uma análise que permita identificar o alcance e as limitações com que se defronta o Partido dos Trabalhadores no que tange à expansão de sua base eleitoral em pleitos futuros no município de Pelotas. Será este o momento de corroborar os dados levantados e tratados nesta dissertação, com vistas a traçar o perfil dos eleitores já sensibilizados pelo PT e avaliar as perspectivas de expansão da opção pelo partido junto ao eleitorado pelotense. Ao lado disso, busca-se identificar o eleitorado apático ou não

simpatizante do partido, procurando, com base nessa avaliação, desvelar as motivações que limitam o crescimento petista entre esses segmentos.

Concluindo a presente dissertação, procura-se fornecer subsídios que permitam identificar o eleitorado do PT em Pelotas; as prováveis motivações que levaram ao crescimento de sua base eleitoral local a partir de 1992 e, finalmente, os limites que se impõem ao crescimento do partido em futuras eleições no âmbito municipal.

I – AS VERTENTES EXPLICATIVAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

1.1 – Apresentação

Como o verbo *eleger*, o substantivo *eleição* provém do verbo latino *eligere*, "escolher", pelo substantivo *electione*, "escolha". Nas formas e sistemas democráticos de governo, a eleição é o modo pelo qual se escolhem os legisladores, o chefe do Poder Executivo e, em alguns países, também outras autoridades públicas.

Inseridas nesse espectro, as questões atinentes ao comportamento eleitoral, especialmente aquelas relacionadas à investigação das variadas motivações que se agregam na manifestação da opção eleitoral dos atores políticos ativos, têm sido objeto de um crescente interesse no âmbito da Ciência Política, constatando-se um aumento do estudo, discussão e acompanhamento dos diversos elementos subjacentes ao comportamento eleitoral no país já a partir da década de setenta.

Desde então, os fatores relacionados à escolha do voto e ao comportamento eleitoral passam a integrar um universo cada vez

mais abrangente, não mais restrito à classe científica ou ao cientista político, mas incluindo integrantes de diferentes esferas da sociedade.

Independente do interesse que o tema desperta, um dos testes mais importantes para validar qualquer modelo explicativo, como já mencionado, é o do seu confronto com a realidade social. No Brasil, o confronto de modelos que examinam a identificação partidária com base nas diversas categorias a que o indivíduo pertence, encontra-se em estudos sobre o comportamento eleitoral que relacionam o eleitor – e a sua opção eleitoral - com variáveis de ordem demográfica, sócio-econômica e histórica, peculiares ao nível onde se trava o embate político, buscando relacionar o comportamento eleitoral com uma possível tendência partidária de categorias de eleitores.

Dessa perspectiva, vários trabalhos têm buscado dar resposta à demanda de informações acerca do sujeito ativo político, abrangendo diversos universos de pesquisa, explorando diferentes séries territoriais e temporais e segmentos específicos do eleitorado. *Marcus Figueiredo* (1991, p.120), abordando esse tema, ressalta que:

"[...] este grande número de obras que hoje se encontra à disposição é o resultado de esforços de aproximadamente quatro décadas de estudos sobre o comportamento humano, nos mais variados contextos sociais e políticos, onde foram utilizadas diferentes fontes e metodologias".

Apesar disso, a produção acadêmica relativa ao comportamento eleitoral e ao voto, sobretudo a referente ao estudo

das variadas motivações que se agregam na manifestação da opção do eleitor, ainda é bastante recente no Brasil e, em geral, em toda a América Latina, face especialmente à falta de uma tradição política estável e à ausência da realização de eleições a intervalos regulares. Os estudos relativos ao voto e ao comportamento eleitoral são escassos no país até meados dos anos 80, quando, a *abertura democrática* promovida pelos generais-presidentes *Ernesto Geisel* e *João Figueiredo*, abre o caminho para a normalização institucional do país e, conseqüentemente, para a realização regular de pesquisas relativas ao voto e ao comportamento eleitoral¹.

Até então predominavam no país padrões de análise importados da América do Norte e da Europa Ocidental, com ênfase em aspectos relativos à volatilidade do eleitor brasileiro e ao caráter conjuntural dos pleitos (Baquero, 1997, p.123 *et seq.*).

Trabalhos pioneiros realizados no Brasil durante a década de setenta, no entanto, já buscavam analisar o comportamento do eleitor relacionando sua escolha com variáveis de ordem demográfica, sócio-econômica e histórica, peculiares ao nível onde se travava o embate político, tendo por enfoque os pleitos municipais².

¹ Apesar das pesquisas sobre comportamento eleitoral serem relativamente recentes no Brasil, Marcello Baquero (1983) chama a atenção para a existência de uma já consolidada tradição acadêmica de pesquisas na área, cujos títulos estão elencados em uma *Resenha Bibliográfica Sobre Comportamento Eleitoral no Brasil*, de autoria de Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo.

² Neste sentido, destacam-se especialmente os estudos realizados por Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Olavo Brasil de Lima Júnior.

Os estudos eleitorais, em sua divisão mais genérica, já compreendiam duas grandes áreas principais de investigação, expressas pelo abstencionismo, enquanto forma de comportamento eleitoral, e pelo voto, enquanto forma de participação política, problematizadas na identificação dos fatores, motivações ou causas que induzem o eleitor a determinado tipo de comportamento eleitoral.

É pertinente destacar, como ponto de partida, que na literatura referente ao comportamento eleitoral, mais especificamente naquela que se ocupa de investigar o grau de participação do eleitor, existem divergências em torno do voto como indicador de participação política (Baquero e Prá, 1995, p.54); estas divergências afloram sobretudo nos debates acerca do caráter obrigatório ou não do voto adotado pelos diferentes sistemas eleitorais existentes.

Apesar das divergências quanto à validade do voto como indicador de participação do eleitor no processo político, este é um instrumento de análise essencial ao desenvolvimento de pesquisas que buscam a compreensão das expressões político-partidárias manifestadas a cada eleição (Bobbio, 1993, p.190).

Sendo o voto considerado pela doutrina política como um dos principais instrumentos, embora não exclusivo, a contribuir para a mensuração do nível de participação do eleitor, ele, por si só, não é suficiente para proporcionar as respostas demandadas por aqueles que se ocupam em investigar as motivações implícitas ao

ato de votar, sobretudo se essas investigações são realizadas no âmbito de um sistema político que adota o voto compulsório.

Transportando-se a discussão para o cenário brasileiro, a problemática a respeito do comportamento eleitoral desenvolve-se inicialmente em trabalhos de investigação efetuados a partir das décadas de 1940 e 1950; constata-se, no entanto, que não estão presentes nas análises dos trabalhos aí desenvolvidos as causas que possivelmente teriam concorrido para a orientação do voto³.

De acordo com *Marcello Baquero e Jussara Prá* (1995), as primeiras tentativas de superar essas deficiências analíticas vão surgir a partir da década de setenta: neste momento, as investigações assumem um novo direcionamento e começam a ser produzidas com base no inter-relacionamento de variáveis de ordem demográfica e geográfica, com características sócio-econômicas e com fatores históricos e políticos, peculiares ao contexto local onde se processa a disputa eleitoral. Nessa ordem, os acontecimentos ocorridos no cenário nacional passam a ser valorizados e a fazer parte de um conjunto de fatores, os quais deverão ser considerados para a explicação do comportamento dos eleitores, tanto em eleição de nível local como estadual⁴.

Esses fatores, agora inter-relacionados, passam a ser explorados pelos autores, que vão buscar demonstrar como, e com

³ Os estudos então realizados limitavam-se à análise quantitativa dos dados coletados, não vislumbrando-se ainda uma maior preocupação com o aspecto qualitativo das variáveis intrínsecas ao fenômeno do voto.

⁴ Neste sentido, como já se observou, destacam-se os trabalhos realizados por Bolívar Lamounier, Hélgio Trindade, Fábio Wanderley Reis e Olavo Brasil de Lima Júnior, entre outros.

que profundidade, eles induzem à manifestação da opção política. Não se trata do abandono radical do enfoque até então utilizado (número de eleitores que comparecem às urnas), mas de uma preocupação com o aprofundamento da temática, que supere os empregos simplistas do método quantitativo e busque uma avaliação qualitativa dos fenômenos relacionados ao voto.

As pesquisas eleitorais que se utilizam da investigação qualitativa do voto, assumem relevância nessa nova corrente e desenvolvem-se em várias cidades brasileiras: em São Paulo, na eleição legislativa de 1974 (Lamounier e Cardoso, 1976, p.15-45 *passim*) e, em Presidente Prudente, nas eleições municipais de 1976 (Reis, 1978, p.1-89 *passim*). Nesses trabalhos, desenvolvem-se análises relacionadas à identificação partidária a partir de segmentos categorizados do eleitorado e de variáveis tais como: status sócio-econômico, gênero, nível de escolaridade e faixa etária.

Atualmente, a bibliografia pertinente tende a compreender o alcance conceitual da *tendência partidária* como a síntese da interação entre variáveis educacionais, culturais, ocupacionais, geográficas etc., onde uma das variáveis tende a intensificar-se no momento da manifestação da opção eleitoral, podendo ou não tornar-se duradoura. A identificação dessas variáveis e da sua relevância no momento em que o eleitor faz a sua opção política norteará os trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1970 no Brasil.

As questões relativas aos fatores subjacentes envolvidos na formação da preferência político-partidária que vai dar orientação ao voto constituem hoje um importante campo de análise dentro da Ciência Política, destacando-se contemporaneamente quatro grandes modelos analíticos que, segundo sistematização apresentada por *Marcus Figueiredo* (1991), podem ser assim expressos: teorias *psicológicas*; teorias *sociológicas e economicistas* (modelo explicativo histórico-contextual); teorias da *escolha racional*; e, teorias *demográfico-descritivas*.

Na busca da compreensão das motivações e percepções que se agregam à opção do eleitor, o diferencial entre as grandes linhas já citadas consiste, de ordinário, na identificação da fonte originária que leva a determinada manifestação eleitoral. Neste sentido, convergem as diferentes teorias visto que a composição do processo de definição dos eleitores se dá a partir da agregação das diferentes propensões e motivações individuais para a ação política, socialmente condicionadas (Figueiredo, 1991).

1.2 – A escola de Michigan

Inicialmente, destacam-se as *teorias psicológicas originárias da escola de Michigan*, tendo o indivíduo como unidade de análise e buscando, a partir de uma generalização de dados colhidos por amostragem, a causalidade do voto em nível psicológico, concebido este como resultante de forças atitudinais. Centrada

em uma índole individualista, a teoria psicológica procura vislumbrar a influência de determinados fatores sobre a decisão eleitoral a partir de observações e qualidades exclusivamente intrínsecas ao indivíduo.

Os modelos da *escola de Michigan* tomam como pressuposto básico a idéia de que *“a orientação em direção às questões políticas começa antes mesmo de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante”* (Figueiredo, 1991, p.20).

De acordo com essa concepção, indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, manifestando-se isonomicamente no voto. Ao lado disso, o contexto histórico que abrange o pleito mostra-se irrelevante à decisão eleitoral individual (Figueiredo, 1991, p.21).

A tendência partidária, nesse modelo, origina-se fundamentalmente de uma adesão psicológica a um determinado partido existente. Uma vez formada, a preferência partidária tende a tornar-se estável; assim, os eleitores que têm uma determinada tendência partidária, em graus variados, inclinam-se a ver a política e orientar suas ações dentro de uma mesma orientação partidária (Idem, p.37).

No entanto, observa-se que fatores extrínsecos de índole social tendem a retificar os sistemas atitudinais em que se firmaria a preferência partidária nos moldes do *modelo de Michigan*. Crises

sociais, políticas ou econômicas, por exemplo, são fatores que desestabilizam os sistemas atitudinais, trazendo como efeito o eventual redirecionamento partidário e, em decorrência, a inovação da manifestação eleitoral.

Ainda em relação às teorias psicológicas, ressalte-se que a negação da historicidade dos fenômenos políticos presente nessas teorias, confronta-se com os pressupostos lógicos da sociologia política, prejudicando a utilização de tais modelos na averiguação das questões inerentes às instituições políticas.

1.3 - A escola sociológica

Já os *modelos sociológicos*, centrando a sua ênfase na análise da relação eleitor-opção política expressa no voto, tendem a vislumbrar nesta relação a resultante de um campo de abrangência das pressões da coletividade sobre o indivíduo. Este, enquanto sujeito, encontra-se imerso numa determinada coletividade, mais ou menos extensa, que lhe condiciona ou, ao menos, induz de modo considerável todo o comportamento político traduzido na manifestação final do voto.

O eleitor terá, desse modo, sua própria base intrínseca de convencimento afetada por postulados lógico-formais que provém da tradição, da cultura, da ideologia e de outras manifestações sociais, que nada mais são do que fatores de uma objetivação

social da forma de agir individual. Ao mesmo tempo, o indivíduo, ao manifestar-se, avaliará a potencialidade de aprovação social de seu ato, pela visualização de expectativas de opção por parte de um grupo, uma classe, uma categoria ou uma corporação, na qual está inserido. O entendimento comum acerca de interesses relevantes e das formas de agir e demandar o empreendimento desses interesses é o anúncio de uma identificação mútua entre o indivíduo e o seu grupo. Na verdade este ato não demonstra, em si mesmo, a identificação plena de interesses visto que a opção aí pode resultar de outros sentimentos em relação ao grupo que não os de solidariedade, mas principalmente de sentimentos negativos como o medo da reprovação e da conseqüente sanção social (marginalização ou perda de *status* no universo do grupo).

No âmbito de um modelo histórico-contextual, tais teorias tendem a estruturar o comportamento eleitoral dentro de categorias de eleitores, agrupados por fatores de coalizão dentro de um grupo – gênero, faixa etária, instrução formal, *status* sócio-econômico etc. Nesse contexto, destacam-se duas vertentes básicas: uma *sociológica*, que tem no grupo social a premissa básica para a categorização dos indivíduos, e outra *economicista*, que tem no elemento econômico o fator de congruência entre indivíduos (classes).

Observe-se, entretanto, que mesmo nessas vertentes não se pode pressupor que haja uma substituição da opção subjetiva do indivíduo por uma opção coletiva, ou seja, não se pode falar em

“vontade” da categoria ou mesmo em “vontade geral”, mas em um mero sistema de mútuas concessões, de vez que o eleitor, enquanto indivíduo, está imerso em diversos grupos de interesse. Grupos esses circunscritos e não necessariamente inter-relacionados, havendo apenas a predominância da potencialidade de satisfazer uma vontade sobre a outra, mediante determinada concessão. Na verdade, este sistema de concessões mútuas poderia, de forma também bastante congruente, ser explicado a partir de um enfoque *individualista-utilitarista*.

Os modelos de análise *histórico-contextual* pecam, assim, pela excessiva relevância atribuída aos fenômenos de aglutinação social, perdendo de vista o aspecto subjetivo – racional ou psicológico – do eleitor. Dada a redução simplista do político ao social, o fenômeno eleitoral ganharia proporções objetivas de tal forma que os pleitos nunca viriam a trazer uma potencial incerteza quanto à sua definição, o que não é corroborado face à realidade dos fatos.

1.4 – A escola da escolha racional

Notadamente a partir da falência do estado de bem-estar social (*Welfare State*) e da conseqüente expansão do novo liberalismo (neoliberalismo) na política social ocidental, constata-se o surgimento de uma corrente que alicerça suas explicações acerca do comportamento do eleitor sob um enfoque

especialmente *economicista-utilitarista*, vindo na relação eleitor-candidato uma abrangência de mercado, com as mesmas premissas e determinantes da economia clássica, onde avalia-se o comportamento do eleitor com base em uma relação de custos e benefícios, de ofertas e demandas.

Nesse sentido, como atesta *Mônica Castro*:

"[...] a explicação econômica do voto, construída pela teoria da escolha racional no trabalho pioneiro de Anthony Downs (1957), é bastante conhecida. Baseia-se nos supostos de tipo micro do individualismo metodológico: é possível explicar comportamentos políticos considerando que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando antes de tudo maximizar, ou, em algumas versões da teoria, otimizar seus ganhos, como os consumidores no mercado econômico. A partir desses pressupostos, construi-se uma teoria simples, elegante e instigante que explique (sic) o voto. O eleitor toma duas decisões relacionadas entre si: participar ou não do processo eleitoral e, caso decida positivamente, escolher determinado partido ou candidato" (Castro, 1992, p.8).

Sob pena de incorrer em erro que nos abstrairia da realidade social atual dos países ocidentais, não se pode negar o forte crescimento do individualismo enquanto expressão da consciência, pelo eleitor, nem de que o voto tem um determinado valor de retorno, enquanto instrumento que torna possível a obtenção de satisfação a necessidades materiais prementes.

Embora imerso numa coletividade, o indivíduo tem interesses que lhe são peculiares, alheios aos do grupo, e por vezes tão fortes, ou mesmo mais fortes do que estes. O cidadão do Estado liberal começa a perceber como funcionam os sistemas de mercado, adaptando-se aos seus mecanismos e transferindo-os para outros sistemas, como o eleitoral. Assim, busca no voto uma

contraprestação imediata, em geral, visando uma satisfação material premente, como contrapeso à inércia da política social que lhe é oferecida pelo Estado.

Observa-se, pois, que o eleitor tem, em síntese, um potencial individualista, vislumbrando no seu voto também uma forma de realização de uma expectativa de satisfação, quer seja individual quer seja coletiva; a diferença nesses eleitores é a forma e a prioridade que dão a esses interesses, e como aferem a relação voto-satisfação.

Não é, contudo, razoável, imputar à ação do eleitor tão somente interesses economicistas: enquanto ser social, ele também está submetido às pressões da coletividade e esbarra em preceitos de ordem ética e moral. O seu pequeno poder de barganha, enquanto ser individual, afastado de uma coletividade, acena para a relevância da união com outros indivíduos de modo a se fortalecerem uns aos outros, aumentando seu poder de pressão mesmo que isso demande concessões mútuas.

Não é cabível pois afirmar que o utilitarismo, enquanto vislumbramento de vantagens individuais mais ou menos imediatas, seja fator determinante na concepção de decisão do voto por parte do eleitor. Deve, assim, tal modelo ser conjugado com outros de forma a evitar o esvaziamento de sua proposta cognitiva. Some-se a isso o fato de que as teorias da escolha racional, partindo de pressupostos utilitaristas, esbarram em seus

próprios postulados, quando requeridas para analisarem o voto em branco e nulo.

1.5 – A escola demográfico-descritiva

Finalmente, cabe um breve comentário a respeito dos modelos *demográfico-descritivos*. Destaque-se que tais modelos, baseados na análise quantitativa do fenômeno eleitoral, tiveram seu poder explicativo contestado no início da década de setenta no Brasil, quando, então, tratava-se de examinar qualitativamente o comportamento do eleitorado.

Mais recentemente, no entanto, as abordagens quantitativas vêm sendo retomadas pelo exame de questões relativas à orientação do voto e às preferências eleitorais. Desta feita, sob a rubrica da geografia político-eleitoral que, por meio de dados estatísticos e de informações de natureza ecológica, permite investigar os motivos que levam algumas forças políticas a reforçar sua hegemonia enquanto outras perdem poder ou são absorvidas por novos movimentos e partidos (Avelar e Lima, 1999).

Assim, mesmo que alguns autores questionem sua abrangência ou validade, o resgate das análises quantitativas, bem como de distintos cenários políticos locais e regionais, têm permitido alargar o âmbito das interpretações acerca da questão partidária e do comportamento eleitoral.

1.6 – Considerações finais

Considerando o exposto, cumpre destacar a complexidade que envolve a análise do comportamento eleitoral. Daí a dificuldade em adotar um modelo que sustente avaliações definitivas acerca do processo que culmina com a escolha do voto, seja ele embasado na concepção psicológica, utilitarista, demográfica ou sociológica. Há que se considerar, no entanto, que numa perspectiva de interação de modelos, cada um deles pode assumir um grau de influência e uma relevância maior ou menor quando se investigam assuntos relacionados à questão eleitoral.

Quanto à essa interação, *Salvador Sandoval* (1997) esclarece que ela se dá, em parte, como resultado da crítica feita no interior mesmo de cada escola de pensamento. Referindo-se às escolas psicológica e sociológica, destaca que a primeira reconhece o limite de suas explicações sobre o comportamento eleitoral durante os anos 60 e início dos 70; já a escola sociológica, dada a preocupação com os determinantes estruturais, reconhece suas lacunas explicativas no final da década de 1980 – quando da queda do Muro de Berlim – com o seguinte questionamento: como explicar por meio de seus pressupostos o comportamento das forças sociais que buscaram a determinação de uma nova estrutura?⁵

⁵ Para o autor, a constatação das deficiências desse modelo conduz à uma reaproximação entre a Sociologia e a Psicologia, constituindo-se a visão psicossociológica para explicar o comportamento político.

Lúcia Avelar e Fernão Dias de Lima (1999), acrescentam outros elementos à essa discussão, destacando a importância do uso de esquemas interpretativos que situam a questão partidária e as tendências ideológicas em espaços geograficamente configurados. Nessa dimensão, argumentam, se inscrevem trabalhos como os de Fábio Wanderley Reis e Mônica de Castro (1992), e de Marcello Baquero (1984, 1997), os quais têm alertado para o fato de que no Brasil existem realidades políticas muito distintas, com eleitores bastante diferenciados tanto do ponto de vista regional como social. Concordando com essa avaliação, é oportuno considerar que:

“Um dos caminhos possíveis para o entendimento destas diferenciações que acabam se refletindo na estrutura atual do sistema político é recorrer às análises de natureza ecológica, tal como assim o fizeram os atores anteriormente citados ao identificar regiões e contextos, procurando estabelecer alguma correspondência com a estrutura do poder político” (Avelar e Lima, 1999, p.7-8).

Tendo essas observações como pano de fundo, trata-se de dar continuidade à dissertação ora apresentada, tendo presente a importância da interação de esquemas analíticos, assim como a de algumas das visões adotadas em estudos contemporâneos, realizados no Brasil, que enfocam as configurações partidárias e o comportamento político-eleitoral, levando em conta a realidade política, econômica, social e cultural de contextos locais e regionais⁶.

⁶ Tem-se como exemplo desses estudos, além das análises desenvolvidas por Marcello Baquero, a partir da década de 1980; a tese de doutorado de André Singer (1998) e a avaliação de Lúcia Avelar e Fernão Dias Lima (1999) sobre poder político.

II – UM RESGATE DA TIPOLOGIA DOS PARTIDOS E DA EMERGÊNCIA DO PT NA POLÍTICA BRASILEIRA

2.1 – A tipologia clássica dos partidos políticos

Por sua própria etimologia, *partidos* representam partes, frações, parcelas do eleitorado, identificadas por determinada concepção do Estado e da própria sociedade, unidas em torno dessa concepção e dos esforços e meios para levá-la à prática.

Os partidos políticos, da forma como se apresentam no sistema político ocidental, são assim instrumentos de criação mais ou menos recente. Nem na Assembléia Nacional, que se seguiu à Revolução Francesa, nem na convenção americana que elaborou a constituição dos Estados Unidos, havia partidos políticos propriamente ditos. Em ambos os casos, uma idéia central, comum a todos os participantes, os impelia a instaurar o *governo do povo, pelo povo* e encerrar o absolutismo monárquico. Isso levou, na França, à criação de *clubes políticos*, precursores dos partidos, como assinala Janine Mossuz-Lavau (apud Farhat, 1996):

"Os clubes políticos) aparecem numa sociedade que começa sua luta contra a monarquia, e que não dispõe das forças que são os partidos políticos. Os clubes podem, então, ser considerados embriões dos partidos, cujo lugar eles ocupam, e cujo papel encarnam."

Em sua forma atual, os partidos políticos são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema democrático, enquanto órgãos de representação do interesse da sociedade em geral. Os partidos figuram preeminentemente entre os chamados *corpos intermediários* da sociedade, distinguindo-se destes na medida em que o seu objetivo é a conquista e o exercício do poder político, como meio de realizar suas idéias, princípios, doutrinas ou programas.

O poder político, como o principal objetivo perseguido pelo partido, é um dos elementos que caracterizam um agrupamento político, conforme a enumeração proposta por *La Palombara* e *Weiner* (*apud* Charlot, 1971, p.7).

Segundo os autores, no estudo da identificação da configuração - ou não - acerca da natureza de um partido político devem ser considerados os seguintes critérios: organização durável, a existência de uma rede completa e complexa bem estabelecida no plano local e nacional, vontade deliberada de conquistar, exercer e de se manter no poder, e a busca de apoio popular por meio de eleições.

O uso das categorias de análise propostas por *La Palombara* e *Weiner* vem a contribuir para estabelecer diferenciações quanto aos demais corpos intermediários existentes no âmbito da sociedade - associações, sindicatos, entidades religiosas e outros grupos de interesse e/ou de pressão. Estes não têm como interesse primeiro a conquista do poder, embora proponham idéias

e lutem por elas, ao exercerem sua função primordial dentro da sociedade, quando buscam influenciar determinado grupo político e orientar as ações deste em conformidade com os seus interesses.

Ao analisar o desenvolvimento dos partidos, verifica-se a sua relevância histórica como um dos instrumentos, quiçá o principal, pelos quais grupos sociais sempre mais vastos emergiram na arena política. Tais grupos puderam exprimir, especialmente por meio dos partidos e de modo mais ou menos completo, as próprias reivindicações e a necessidade de participar, de modo eficaz, do processo de tomada das decisões políticas.

A partir dessa concepção, o partido compreende formações sociais assaz diversas, constituídas conforme as especificidades do momento histórico e do âmbito geopolítico no qual vai se desenvolver a sua ação concreta. Sendo assim, tanto podem ter o formato de grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas, como o de organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem numa esfera do poder político amplamente institucionalizado, típico de grandes sociedades urbano-industriais da época contemporânea.

Não obstante a diversidade e a heterogeneidade que apresentam as sociedades contemporâneas, os partidos acabam por reunir indivíduos que têm entre si alguma afinidade ou semelhança, seja por seu *status* sócio-econômico, sua filiação

religiosa, suas atitudes e sua visão de mundo. Dessa forma, contribuem para delinear a estrutura política da sociedade.

Maurice Duverger (1970), um dos autores clássicos no universo da Ciência Política que se ocupou com o estudo do fenômeno partidário, legou como grande contribuição para tal estudo o desenvolvimento de tipologias de partidos políticos com suas respectivas características.

Conforme *Duverger*, a origem histórica dos partidos políticos data do século XIX e coincide com a consolidação da burguesia como classe dominante na sociedade. Nesse contexto, o sistema parlamentar de representação, assentado no sufrágio censitário, origina os *partidos de quadros*.

Nesta acepção, os partidos aparecem, pela primeira vez, nos países que adotaram formas de governo representativo e, prevendo uma gestão do poder por parte dos representantes do povo, teriam depois conduzido a uma progressiva democratização da vida política e à integração de setores mais amplos da sociedade civil ao sistema político.

A diversidade dos interesses e das opiniões presente em todas as sociedades, não assume, no entanto, uma forma sempre reconhecida como legítima. Nesse sentido, as sociedades com estruturas partidárias pluralistas demonstram ser as que mais toleram a expressão das diferenciadas concepções sociais, econômicas e políticas. São também as que determinam a forma de organizar e gerir a vida social, assegurando aos seus cidadãos

a livre organização para a busca da prevalência de suas idéias. Entretanto, muitas sociedades no passado, e mesmo contemporaneamente, não admitem o pluralismo partidário. A própria vocação democrática dos partidos foi assimilada, por muito tempo, como a oposição de facções à vontade geral, razão pela qual hoje, mesmo nas sociedades pluralistas, a atividade dos partidos é submetida aos limites da lei positiva⁷.

Nos regimes pluralistas, no entanto, os partidos não têm a mesma estrutura, nem as mesmas funções, que nos regimes totalitários ou nos regimes autoritários. E, mesmo nos regimes pluralistas, os partidos apresentam traços bastante diferenciados, este é o caso dos partidos franceses que se distinguem, em sua estrutura, dos partidos americanos ou ingleses.

Tocqueville (apud Farhat, 1996) destacou esse aspecto ao propor uma distinção entre *grandes* e *pequenos* partidos. Em relação aos últimos identificou: os clubes parlamentares, que buscam estabelecer ligações entre o centro nacional e as periferias, constituindo-se em canal de ascensão dos indivíduos aos altos escalões governamentais; e as vanguardas, de natureza revolucionária, que, agindo em nome do povo ou de uma classe desprovida – especialmente da “classe operária” – não se sentem

⁷ Giovanni Sartori (1982) esclarece que “etimológica e semanticamente, ‘facção’ e ‘partido’ não têm o mesmo significado. *Facção* (...) vem do verbo latino *facere* (fazer, agir) e *factio* logo passou a indicar, para os autores que escreviam em latim, um grupo político empenhado em um *facere* perturbador e danoso (...). ‘Partido’ também vem do latim, do verbo *partire*, que significa dividir (...) uma palavra sujeita a duas influências semânticas: a derivação de *partire*, dividir, de um lado, e a associação com *tomar parte*, e *portanto* com *participação*, do outro”.

obrigadas por outro fim senão o do sucesso de seu empreendimento.

Tocqueville menciona duas condições necessárias à existência ao funcionamento de um partido no regime pluralista: uma base representativa de demandas sociais, que lhe confira legitimidade na ação política, e uma aceitação das regras do jogo, que limite suas pretensões a um âmbito de legalidade. Neste sentido, parece acreditar que nos Estados Unidos há lugar para “grandes partidos”, ao passo que, na França, condena-se os partidos à condição de “pequenos”: clubes parlamentares ou facções radicais. Ignora, assim, ao seu tempo, os fenômenos dos “partidos de massa” – *catch all parties*⁸.

A abordagem weberiana destaca essa evolução e descreve suas características. De acordo com *Weber* (*apud* Farhat, 1996), à medida em que o direito de voto é mais genericamente concedido, os “clubes” e comitês de que trata *Tocqueville* dão lugar a organizações em cuja base cada vez mais predomina o elemento popular, com uma concomitante mudança de padrões de comportamento dos líderes políticos: a demagogia do líder carismático se opõe à prudência dos dirigentes parlamentares.

Paradoxalmente, *Weber* (*apud* Farhat, 1996) conclui que o Partido Conservador inglês é o primeiro partido de massa na história européia. Com efeito, segundo *Raymond Boudon* e *François Bourricaud* (1993), “*Disraeli é quem recomenda em 1873*

⁸ Partidos sem restrições à filiação.

a massiva extensão do direito de voto, sem chegar ao sufrágio universal instituído em França desde 1848, e, com base nessa franquia eleitoral muito ampliada, reorganiza o velho partido tory para torná-lo capaz de acolher as novas camadas sociais”.

No entanto, *Benjamim Disraeli* (apud. Boudon e Bourricaud, 1993, p.428) é favorável à manutenção da direção desse partido renovado nas mãos da *gentry* e da burguesia assimilada pela aristocracia tradicional. Ora, o que caracteriza o partido de massa não é apenas a origem social de seus eleitores, simpatizantes ou militantes, mas também a origem e as orientações de seus dirigentes. *Boudon e Bourricad* (1993) citam, como bons exemplos de partido de massa, a social-democracia alemã desde antes da Segunda Guerra Mundial, face à estreita ligação de seus quadros com os sindicatos operários, e o Partido Trabalhista inglês.

A noção de “grande partido” de *Tocqueville* não se coaduna, assim, com a versão weberiana de “partido de massa”. Num e noutro caso, a capacidade de inclusão e de representação do partido é relevante, mas o partido de massa tem uma orientação populista, que não está presente nos grandes partidos conservadores – Partido Republicano americano ou Partido Conservador britânico. Além disso, partidos de massa – como os sociais-democratas alemães – exerciam uma função de arregimentação graças aos sindicatos e às diversas associações que controlavam, enquanto os grandes partidos ao estilo

americano seriam máquinas eleitorais que se enfraquecem após cada eleição⁹.

A comparação entre os diferentes tipos de partidos leva, ainda, os autores que abordam esse tema ao exame das relações que se estabelecem entre a composição social de seus quadros, a organização e a estratégia por eles empregada, variáveis cuja combinação permite caracterizar e, conseqüentemente, distinguir um partido do outro.

Os partidos se distinguem de forma mais ou menos nítida pela origem social de seus eleitores. Mesmo os partidos americanos, cuja base social é muitas vezes apresentada como bastante ampla, têm clientelas distintas: mais rural e burguesa para os republicanos, mais operária e etnicamente mixada para os democratas. No entanto, existem também eleitores democratas no meio rural, ou republicanos entre negros ou judeus. A origem social dos eleitores não basta, assim, para caracterizar um partido. Deve-se, pois, distinguir a origem social dos eleitores, dos militantes e dos dirigentes.

Os "partidos operários" não têm o monopólio da representação operária, embora os sufrágios que os socialistas ou comunistas recebem, recentemente, totalizem aproximadamente

⁹ Neste sentido, Duverger (*apud* Chariot, 1971, p.166) distingue os *partidos de massa* dos *partidos de quadros*, ressaltando que tal distinção não se assenta essencialmente no número de seus membros: não se trata de uma diferença de porte, mas de estrutura. Ao tratar do partido de quadros, enfatiza alguns aspectos peculiares sobre os quais esses tipos de partidos se assentam: possuem uma estrutura de organização e mobilização baixa, apresentando como preocupação central a condição social de seus membros. Por outro lado, estabelece as características dos partidos de massa a partir da preocupação destes na difusão de um conjunto de valores ideologicamente articulados que possibilitem a formação de uma identidade comum que mobilize amplas massas.

dois terços dos votos operários na Europa Ocidental. Além disso, os dirigentes socialistas, na França, pelo menos, pertencem em sua maioria às classes médias – empregados, funcionários públicos e docentes.

Quanto à natureza originariamente operária da maior parte dos dirigentes do Partido Comunista francês, pode-se perguntar em que medida ela é resultado mais de uma política deliberada de recrutamento do que de um movimento harmonioso que leva espontaneamente a “classe operária” para o “seu partido”.

A relação entre a origem social dos dirigentes, militantes e eleitores é bastante complicada. Com exceção dos partidos “agrários” que se desenvolveram entre as duas guerras mundiais na Europa Oriental, especialmente na Polônia e na Romênia, nenhum partido é imagem ou reflexo de uma classe bem definida. A base social de sustentação do partido, longe de ser dada, é construída pelo esforço dos dirigentes que buscam, de forma metódica, conciliar seus programas com as orientações dos eleitores cujo voto é necessário a seu êxito. Por outro lado, destaca-se a existência fática do *voto flutuante*, que assegura aos regimes pluralistas um mínimo de flexibilidade e incerteza quanto aos resultados dos pleitos.

A organização dos partidos varia no tempo e no espaço: embora *Weber* tenha acreditado na existência de uma lei tendencial que asseguraria a predominância dos partidos de massas no cenário político, constata-se que os diferentes partidos,

num mesmo regime, são organizados conforme princípios diferenciados. Quanto às finalidades que buscam, os diferentes corpos partidários podem visar exclusiva ou principalmente à eleição de candidatos, à arregimentação de militantes ou a uma presença ideológica marcante num meio indiferente ou hostil. No entanto, o partido só sobrevive se conseguir mobilizar simpatias, suscitar adesões e criar ou manter clientelas.

Assim, qualquer que seja a finalidade buscada pelo ente partidário, ou os recursos dos quais dispõe, todo partido é uma organização diferenciada, com uma hierarquia de *status* e responsabilidades. *Michels* (*apud* Boudon e Bourricaud, 1993, p.430) aponta esta estrutura oligárquica, constatada no âmbito do partido, como uma reprodução dos processos de recrutamento e seleção de quadros, que tende a assegurar uma preeminência marcada pelo critério da antigüidade¹⁰.

Michels, no entanto, ao identificar as propensões oligárquicas do partido, não teve a oportunidade de descrever o partido totalitário, cuja forma mais acabada apresenta-se na Alemanha de *Adolf Hitler*: o que caracteriza este partido não é a propensão oligárquica, mas sim a recusa de qualquer pluralismo

¹⁰ Uma importante contribuição sobre a relação partidos/oligarquia no contexto sul-brasileiro encontra-se na Dissertação de Mestrado de João Ignacio Pires Lucas (1996), que enfoca o PMDB e o PT no Rio Grande do Sul. Ver, também, do mesmo autor: "Oligarquização partidária e eleições municipais. Esboço de algumas tendências", in Baquero (1997).

ou concorrência, de vez que o partido totalitário identifica-se com o próprio Estado¹¹.

A estratégia dos partidos não depende, todavia, somente da origem social de seus membros ou da maneira como são organizadas as competências e responsabilidades dos dirigentes, mas também dos objetivos da agremiação, de seus dirigentes e da relação entre os seus projetos e o meio sobre o qual se exerce a sua ação. Os partidos de forte coloração utópica desenvolvem estratégias diferentes das dos partidos que se perfilam com a realidade social do seu meio de atuação. Também se podem distinguir as estratégias partidárias por meio de duas séries de critérios, que dizem respeito respectivamente à conquista e ao exercício do poder.

Nos regimes pluralistas modernos, a estratégia de conquista do poder encontra-se atrelada previamente à probabilidade de sucesso nas eleições, consistindo em regra na multiplicação das promessas efetuadas a eleitores integrantes de diversas categorias, em função do peso eleitoral destas para o partido, promovendo-se um verdadeiro "arrastão" eleitoral - *catch all*. É necessário, no entanto, que as diversas promessas sejam coerentes entre si, assegurando ao programa partidário uma mínima coerência, sem ressaltar qualquer caráter que denote a

¹¹ Também são bons exemplos de partido totalitário, além do partido nacional-socialista alemão, o partido fascista italiano de Mussolini e o partido comunista na antiga União Soviética, ressalvando-se que neste último há uma tendência de identificar-se o partido com a classe operária. É necessário, ainda, distinguir entre partido totalitário e partido dominante: este último, como o PRI mexicano, admite em seu seio uma variedade de tendências, correntes e interesses, admitindo-se, embora de forma limitada, um certo grau de pluralismo e concorrência.

sua irrealidade ou inaplicabilidade. Ainda, é preciso que os diversos programas partidários, por mais similares que sejam, possam, aos olhos dos eleitores, diferenciarem-se, de modo a captarem as intenções de voto de uma clientela específica. A estratégia do *catch all* fundamenta-se, ainda, em algumas hipóteses relativas ao peso do eleitorado "cativo" e do eleitorado "flutuante": quanto maior for o número de eleitores com cuja fidelidade os dirigentes partidários puderem contar, tanto maior a possibilidade de multiplicar os apelos ao eleitorado flutuante.

Nos regimes pluralistas, o exercício do poder pelo partido, após a vitória nas eleições, também tem a característica geral da moderação. Portanto, a vitória nas eleições não é a mesma coisa que a "tomada do poder"¹².

Em contraposição às estratégias moderadas de conquista e exercício do poder, vislumbra-se também a existência de estratégias violentas que tratam o partido como instrumento de ruptura do *status quo ante* e posterior exercício da dominação ou ditadura. Ora, as estratégias moderadas não se baseiam apenas na utilização, pelos dirigentes partidários, de intenções e convicções morais. Essas somente serão eficazes se certas condições institucionais relativas ao regime estiverem presentes.

¹² Neste sentido, mesmo que um partido resolva permanecer fiel a um discurso "revolucionário" após a vitória nas urnas, como o Partido Socialista francês em 1936, os seus próprios dirigentes – como León Blum – reconhecem que o exercício do poder se define, em grande parte, como a gestão dos negócios da burguesia. Há, assim, uma assimilação das "regras do jogo" no exercício das atividades governamentais (Farhat, 1996).

No caso, visualizando-se os sistemas americano e inglês, pode-se perceber traços comuns a ambos os regimes, embora nitidamente distintos: tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos existe uma tendência ao bipartidarismo¹³; existe, também, uma grande probabilidade de alternância no poder.

Quanto ao bipartidarismo, na Inglaterra, trata-se de uma tendência imperfeita, já que no século XIX os nacionalistas irlandeses representaram o papel de terceiro partido e a ascensão dos trabalhistas não foi acompanhada da eliminação dos liberais. Os partidos americanos, ao contrário dos ingleses, são pouco disciplinados: uma parcela mais ou menos grande dos democratas vota, por exemplo, ocasionalmente, com os republicanos¹⁴.

Enfim, reforçando-se eventualmente a tendência ao bipartidarismo por uma lei eleitoral majoritária, este acaba por manifestar-se mesmo em sistemas de grande fragmentação partidária, como o francês. A tendência ao bipartidarismo encontra-se sobretudo associada à possibilidade real da alternância, sem a qual o partido ou coalizão por muito tempo excluído do poder vê-se ameaçado de enfraquecimento.

¹³ Segundo Paulo Bonavides (1994), "o sistema bipartidário tem algo que corresponde a um traço natural de divisão política da sociedade, conforme assinala Duverger, o qual observa que se nem sempre há um dualismo de partidos, quase sempre há um dualismo de tendências".

¹⁴ Esta indisciplina explica-se pelo fato de o Executivo americano não dispor do direito de dissolver o Congresso, e também pelo fato de os partidos serem sensíveis a uma grande variedade de interesses setoriais e regionais, bastante voláteis. Neste sentido, Paulo Bonavides (1994) ressalta a admirável flexibilidade dos partidos americanos, bem como invulgar poder de acomodação, a ponto, como destaca, "de haverem sido comparados por um jornalista americano a duas garrafas vazias que podiam receber todo e qualquer conteúdo, contanto que se não mudassem os rótulos".

A possibilidade de uma estratégia moderada no jogo político depende, sobretudo, da natureza da oposição e da aceitação de práticas positivas que dêem ao sistema "as regras do jogo", regras estas visualizadas como neutras, ou seja, que franqueiem a todos os participantes as mesmas chances virtuais de conquista do poder pelas urnas.

Nos sistemas democráticos, a conquista e o exercício do poder – objetivo permanente dos partidos – devem ocorrer em razão de determinado programa de governo, adotado pelos órgãos próprios da estrutura partidária, aceito pelos seus filiados, respeitado por todos os que desejem candidatar-se a postos eletivos sob a legenda e sufragado por uma parcela significativa do eleitorado. Sobre a base do prevaletimento da vontade da maioria sobre a da minoria – até que esta, por sua vez, se torne maioria e conquiste o poder – assenta-se o pressuposto basilar do Estado democrático de direito.

Problemas Partidos legítimos só podem existir nos regimes baseados no pluralismo político, na liberdade de pensamento e sua expressão e no sufrágio universal. Esses três conceitos apoiam-se e complementam-se mutuamente; formam um tripé sobre o qual se assenta o próprio conceito de partido político e seu corolário de sistema democrático de exercício do poder. Contudo, é impossível haver partidos políticos – conforme são entendidos no mundo ocidental – sem um mínimo de fidelidade do próprio partido ao seu programa, e um mínimo de disciplina dos seus membros, sem

violentar sua consciência, na atuação pós-eleitoral de cada um deles.

No caso brasileiro, esse parece ser um problema recorrente pois que vem permeando a história política do país desde o período imperial. Ressalte-se que nessa fase as principais correntes do pensamento político nacional, embora ainda incipientes, agrupavam-se em torno de dois partidos: o Conservador e a Liberal. A fraqueza de suas concepções ideológicas impossibilitava distinguir-lhes os partidários, de forma que a própria crônica da época dizia que "ninguém se assemelhava mais a um conservador que um liberal no poder" (Farhat, 1996).

A dificuldade de distinguir partidários tem se mantido constante mesmo passado mais de um século desde o fim do período imperial. Este é o caso dos programas partidários que, embora devessem servir como o principal elemento diferenciador entre os partidos, longe estão de cumprir esse objetivo. O programa partidário, em geral é visto no Brasil como pouco mais do que uma simples formalidade indispensável ao registro na Justiça Eleitoral. Assim, é posto de lado e esquecido no momento seguinte ao de seu protocolo. Na medida em que partidos diversos adotem e assumam programas essencialmente iguais¹⁵ ou, na prática, não tenham programa, ou não o observem na ação parlamentar ou governamental, então algo de estranho se passa na cena política.

¹⁵ O que era expressamente proibido pela antiga *Lei Orgânica dos Partidos* (Lei 5.682/71).

A conseqüência do desapareço dos partidos pelo conteúdo de suas propostas é o caráter incolor, e mais ou menos insincero, da representação eleita sob a respectiva legenda. Passado o dia da eleição, os membros das bancadas se sentem desobrigados de seguir a orientação das lideranças, presumidamente em conformidade com o programa do partido e com a sua visão da realidade nacional. Decorre daí outra falha do sistema partidário brasileiro: em quase todos os partidos falta o mínimo de coerência e conteúdo ideológico, falta-lhes também a convicção da validade do processo decisório nas democracias.

A contraface dessas tendências tem seu ponto focal nos partidos "de esquerda" – o Partido dos Trabalhadores e seus *satélites: o Partido Socialista Brasileiro e os dois partidos comunistas (o PPS e o PCdoB). Do outro lado, porém, as forças políticas aglomeram-se numa confusão de legendas sem rumo, sem programa, sem lideranças comuns, sem o mínimo de disciplina partidária que seria indispensável para estabelecer suas linhas de ação.

Ao rever os artigos da Constituição Federal referentes aos partidos políticos, *Celso Ribeiro Bastos* (apud Farhat, 1996) faz referência às leis de *Maurice Duverger* a respeito da correlação entre os sistemas de partidos e os sistemas eleitorais. *Duverger* sublinha que os sistemas eleitorais pluralitários (elegem os candidatos mais votados em um só turno, independentemente de ser ou não atingida a maioria absoluta de votos) conduzem ao

bipartidarismo, enquanto o sistema majoritário – se necessário, com a realização de um segundo turno eleitoral, para que um candidato alcance a maioria absoluta dos votos – leva ao mesmo resultado, mas somente no segundo turno, quando os partidos afins costumam aliar-se para derrotar o adversário comum, ao passo que os sistemas eleitorais proporcionais conduzem ao pluripartidarismo.

2.2 – A questão partidária no Brasil

No Brasil, o pluralismo partidário é formalmente um dos fundamentos da República consagrados pela Constituição Federal, embora, de fato, não tenha sido praticado ao longo da história política do país. O funcionamento dos partidos em âmbito nacional começou, de fato, nas eleições de 1945, que marcaram o fim do Estado Novo. Até então, só havia, na prática, partidos estaduais – como o Partido Republicano Mineiro, o Partido Republicano Paulista, o Partido Libertador (circunscrito, naquela época, ao Rio Grande do Sul) e às chamadas *frentes únicas*, com atuação na eleição da Constituinte de 1934. Elas eram *frentes* no sentido de congregar, mas nem de longe *únicas*, posto que coexistentes em vários estados da Federação. Todas eram lideradas por figuras regionais ou de projeção nacional, mas sem articulação formal, mesmo entre aqueles que aparentavam certo grau de afinidade política. Dificuldades de coordenação política são, como sempre

foram, um dos maiores empecilhos à formação de partidos nacionais no Brasil na medida em que “ vaidades ” e interesses pessoais se sobrepõem às razões e motivos unificadores.

Houve, é verdade, tentativas de criar partidos ou movimentos políticos nacionais, como a Aliança Nacional Libertadora, a União Democrática Brasileira, a Ação Integralista Brasileira, e, é claro, o Partido Comunista. Integralistas e comunistas conseguiram, na década de 1930, atuar mais ou menos coordenadamente no plano nacional. Os primeiros, abertamente, e os últimos, quase sempre na clandestinidade, com maior presença nos estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

A legislação que regulou a eleição geral de 1945 exigiu que os partidos políticos tivessem atuação em todo o território nacional. Um dos primeiros partidos a serem fundados foi a União Democrática Nacional (UDN), criada, como sua antecessora, a União Democrática Brasileira, sob inspiração de *Otávio Mangabeira*, *Virgílio e Afonso Arinos Melo Franco*, *Armando de Sales Oliveira*, *Artur Bernardes* e toda a corte de adversários de Getúlio Vargas, perseguidos e exilados pelo Estado Novo. Do outro lado do espectro político, o governador de Minas, *Benedito Valadares Ribeiro*, único a ter seu mandato confirmado pelo Estado Novo, e os interventores federais em outros estados fundaram o Partido Social Democrático (PSD), que seria, daí em diante, o partido situacionista por excelência, aliando-se aos diversos e sucessivos governos.

Getúlio Vargas, por sua vez, promoveu a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, formado principalmente por líderes sindicais¹⁶, tornar-se-ia a "massa de manobra" política de *Vargas*.

Na sua criação, a UDN parecia o desaguadouro natural dos políticos de então, afastados do governo *Vargas* e por este perseguidos. Assinaram a ata de sua criação, entre outros, *Ademar de Barros*, *Carlos de Lima Cavalcanti*¹⁷, *Raul Pilla*, *Nelson Carneiro*, *João Mangabeira* e *José Eduardo de Prado Kelly*. Outros signatários da ata viriam a ser líderes da própria UDN ou de outros partidos, nos anos que se seguiriam, até a extinção dos partidos então existentes pelo Ato Institucional n.º 2, assinado pelo marechal-presidente *Humberto de Alencar Castello Branco*, sob pressão dos militares, que receavam a possibilidade de uma coligação UDN/PSD para eleger *Juscelino Kubitschek* presidente da República em sucessão a *Castello Branco*. Na época, o entendimento vigente no cerne da linha-dura do regime militar era o de que a eventual eleição de *Juscelino* representaria a restauração do *status quo ante*.

Na década de 1960, o fracionamento das correntes políticas começava a ceder: PSD e PTB costumavam aliar-se para as eleições majoritárias, do mesmo modo que a UDN, o PL e o PR. Às vésperas de sua extinção, já se notava um esforço aglutinador

¹⁶ Chamados ironicamente de *pelegos*, em alusão à pele de ovelha utilizada pelos gaúchos (dentre os quais, *Vargas*) sobre a sela do cavalo para amaciar a andadura dos animais.

entre correntes políticas afins. Contudo, PSD e UDN permaneceram fiéis às suas origens: o primeiro, de base interiorana e rural, assente sobre os terratenentes de todo o País, era essencialmente conservador. A UDN, de base urbana, representava os anseios da nascente classe média e era caracterizada pelo formalismo e pela defesa da ordem jurídica, sem prejuízo da sua inclinação a torcê-la, para servir a fins conjunturais, como a derrota nas urnas. A UDN manteve sua postura legalista, embora, como assinala *Maria Victoria Benevides* (*apud* Farhat, 1996), pregasse abertamente, ante a eleição de *Juscelino Kubitschek*, o "estado de exceção", sob o tênue véu de não ter o candidato eleito atingido a maioria absoluta de votos, não exigida, aliás, pela Constituição à época.

A UDN já perdera havia muito o caráter de convergência que levou à sua fundação. *Ademar de Barros*, de volta a São Paulo, fundara o Partido Social Progressista; *Raul Pilla*, o Partido Libertador, agora para atuar em âmbito nacional, embora permanecesse, por muitos anos, um partido eminentemente regional; *Artur Bernardes* funda o Partido Republicano. E os socialistas, liderados por *João Mangabeira* e *Hermes Lima*, criam, primeiro, a Esquerda Democrática, como facção da própria UDN; depois, saem do partido e terminam por fundar o Partido Socialista Brasileiro.

¹⁷ Um dos dois governadores estaduais - o outro foi *Juracy Magalhães* - que se recusaram a apoiar *Getúlio* na instituição do Estado Novo.

O sistema bipartidário, implantado a partir do Golpe Militar de 1964, durou mais de duas décadas porque conseguiu realizar extensas modificações na estrutura social do país. Após um período de consolidação (entre 1964 e 1967), quando promoveu diversas reformas visando coibir as manifestações populares e criar facilidades para investimentos estrangeiros, o Regime Militar beneficiou-se de um surto de crescimento econômico que ficou conhecido como o "milagre brasileiro". Neste período, a par do notável crescimento econômico do país e da intensa acumulação de riqueza, avultaram-se também tensões sociais e políticas de toda a ordem. A contrapartida do crescimento acelerado baseado no capital estrangeiro, no latifúndio e na modernização precoce da indústria nacional foi a concentração de renda e o endividamento externo brutais.

Consequentemente, com a crise mundial de desenvolvimento de 1970, e seu agravamento em 1973, com a brusca elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, o modelo brasileiro de desenvolvimento entrou em crise. De 1974 a 1980 o Brasil viveu anos de crescimento instável, com a evidente falência do modelo de estado autoritário a partir de 1981.

Com o refluxo da base política da solução militarista de direita, que demonstrara-se social e economicamente insustentável, cresceu a convicção de que o regime autocrático brasileiro se não determinara, ao menos, ampliara a crise institucional brasileira. O bipartidarismo compulsório; a redução

dos poderes do Legislativo e do Judiciário; a centralização administrativa imposta ao país em detrimento da autonomia estadual e municipal e a supressão de liberdades públicas, demonstraram cada vez mais o grau de ilegitimidade do governo militar. O esforço de distensão do regime, iniciado por *Geisel*, apenas realimentou a própria contestação a este.

Ressalte-se, ainda, a enorme concentração operária promovida pelo desenvolvimento acelerado da indústria de bens de consumo duráveis – em especial a automobilística – nas grandes cidades do Sudeste brasileiro, que empenha-se na oposição ao Regime Militar, demonstrando as limitações da abertura política.

O movimento operário sindical, aliás, sempre foi um entrave ao pleno estabelecimento do Regime Militar. As primeiras prisões feitas pelas forças militares que desfecharam o golpe de 1964 foram de líderes do Comando Geral dos Trabalhadores. Naquele ano, 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações sofreram intervenção. Segundo os historiadores *José Honório Rodrigues* e *Maria Helena Moreira Alves* (*apud Verdelho*, 1982, p. 206), dez mil trabalhadores foram banidos da vida sindical e 1.565 ações repressivas – entre intervenções, anulação de eleições e dissolução de entidades – foram movidas contra o movimento sindical entre 1964 e 1979.

A repressão fez o movimento grevista refluir do pique de quase duas centenas de greves por ano em 1961, 1962 e 1963 para 25 greves em 1965. O novo regime tentou, ainda, criar e

fortalecer uma corrente sindical própria, sob orientação do AIFLD¹⁸. Por outro lado, enquanto a Lei de Greve de 1964 estabelecia sérias restrições ao movimento paredista, o governo empurrava cada vez mais os sindicatos em direção às ações assistencialistas, educativas e profissionalizantes¹⁹.

Finalmente, a radicalização da repressão, com a utilização conjunta da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e do Ato Institucional n.º 5, de 1968, combinada com o reforço do caráter assistencialista dos sindicatos, os deixa praticamente inertes como foco oposicionista. Em 1970, ocorrem apenas doze greves no país; em 1971, nenhuma.

No entanto, o desenvolvimento industrial calcado no “milagre econômico” cria, no ABC paulista, uma poderosa categoria de metalúrgicos. Desde 1969 até 1978, ocorrem movimentos reivindicatórios isolados. Em 1969, os operários da Mercedes-Benz tentam um movimento por melhores salários que chega a paralisar temporariamente a produção, mas que é sufocado por oitenta demissões; em 1973, param, sem a participação do sindicato, os operários da Volkswagen, Chrysler e da própria Mercedes, que terminam por obter aumento salarial; no ano seguinte, nova

¹⁸ O AIFLD - *American Institute for Free Labor and Development*, financiado por grandes corporações internacionais, treinou, até 1973, cerca de trinta mil ativistas sindicais brasileiros, segundo dados do brasileiro Kenneth Paul Ericson (*apud* Verdelho, 1982, p. 206).

¹⁹ Neste sentido, surgem o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que acabou com a garantia da estabilidade do empregado após dez anos de trabalho numa mesma empresa, a unificação dos institutos de aposentadorias e pensões dos trabalhadores sob um único órgão administrado exclusivamente pelo governo – o INPS, o acesso facilitado aos sindicalizados aos financiamentos da casa própria fomentados pelo BNH – Banco Nacional de Habitação e a Lei 61.314/67, que incentiva as atividades relacionadas à alfabetização, educação sanitária e moral e cívica dos trabalhadores no âmbito dos sindicatos.

mobilização, na Chrysler, Mercedes e Ford-Willys, também tem êxito parcial. Esses movimentos de 1973 e 1974 são, assim, as primeiras sementes do novo movimento sindical que, a partir de 1978, organizará as primeiras manifestações grevistas de expressão desde o advento do Regime Militar.

2.3 – A emergência do PT no cenário político brasileiro

O Partido dos Trabalhadores tem suas origens forjadas, assim, no novo sindicalismo que nasce no ABC paulista, quando ocorrem, em 1978, com o fracasso do "milagre econômico", as primeiras paralisações temporárias ou de redução do ritmo de produção de vulto, depois de dez anos sem greves operárias expressivas.

O nascedouro desse novo sindicalismo ocorre na greve de 12 de maio de 1978, na fábrica de caminhões da Scania, movimento que termina por se alastrar por muitas outras empresas, com um total de 150 mil operários interrompendo a produção sem deixarem de comparecer ao trabalho, o que fez com que o governo federal enviasse ao Congresso Nacional decreto-lei determinando a proibição de greve para as chamadas "categorias essenciais", dentre as quais a dos metalúrgicos.

Em resposta à proibição de greve, o sindicato presidido por *Luís Inácio da Silva*, o "Lula", convoca uma greve geral para 13 de

março de 1979. Na tarde desse dia 80 mil metalúrgicos se reuniram num estádio de futebol da Vila Euclides. Em 15 de março, frente à decisão da Justiça do Trabalho que julgou ilegal a greve, *Lula* assevera aos operários: *"a greve pode ser considerada ilegal, porém ela é justa e legítima, pois sua legalidade é baseada em leis que não foram feitas por nós ou por nossos representantes"*.

No quarto dia de greve, 170 mil metalúrgicos estavam parados em todo o ABC. A repressão política e policial intensificou-se na região. Para evitar violências militares contra os trabalhadores, foi preciso a intervenção da Igreja. Em 22 de março, os trabalhadores decidiram em assembléia continuar a greve, apesar da proposta do governo federal de um "protocolo de intenções" que, na verdade, era um ultimato para o retorno imediato ao trabalho. Enfim, o governo federal intervém no sindicato, forçando os operários a voltarem às fábricas, mediante acordo firmado com os órgãos patronais.

O saldo da greve de 1979 foi, entretanto, múltiplo: revelação de todo o potencial repressivo policial e militar do governo contra os operários, constatação da subserviência do poder público ao econômico, desmoralização da lei de greve e comprovação da legitimidade dos dirigentes sindicais no período de intervenção. A inépcia dos parlamentares durante o confronto, perdidos entre os trabalhadores e as empresas do ABC, alertou os sindicalistas para a necessidade de se organizar um partido de trabalhadores. *Lula*

havia lançado a idéia, pela primeira vez, num congresso de empregados de empresas de petróleo, em julho de 1978, na Bahia.

Em 1979, frente ao lento e gradual processo de abertura política promovido pelos governos dos generais *Geisel* e *Figueiredo*, com a promulgação de anistia aos atingidos pela Lei de Segurança Nacional e o conseqüente retorno dos exilados políticos ao Brasil, discute-se a reformulação do quadro partidário, reduzido pelos militares a um sistema bipolarizado (Arena e MDB): em 10 de fevereiro de 1980, funda-se o Partido dos Trabalhadores, congregando sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como lideranças rurais e religiosas:

*"Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes. Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão imposto (sic.) aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT, nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados."*²⁰

Em 1982, o PT já estava implantado em quase todo o território nacional, com cerca de 400 mil militantes. *Lula* liderou a

²⁰ *Manifesto do Partido dos Trabalhadores* (1980).

organização do partido e, naquele ano, disputou o governo de São Paulo. Quarto colocado, recebeu 1.133.695 votos. Incorporou o apelido ao nome, para que fossem considerados válidos os votos assinalados para ele. Na primeira eleição na qual concorreu, o PT elegeu 8 deputados federais, 12 estaduais e 78 vereadores.

O PT, em 23 de agosto de 1983, participou decisivamente da fundação da CUT - Central Única dos Trabalhadores. No ano seguinte, lança um comitê suprapartidário que desencadeia a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, que termina por frustrar-se.

No entanto, a eleição indireta do candidato opositorista *Tancredo Neves*, que derrota o arenista *Paulo Maluf*, decreta, neste ano, a morte do antigo regime.

Em 1986, com a convocação de eleições para a Assembléia Constituinte, *Lula* é eleito como o deputado federal mais votado do país, com 650.134 votos. A bancada federal do partido passa a ter 16 deputados.

O ano de 1988 deu uma nova *performance* ao PT na disputa das prefeituras municipais. O partido elegeu 36 prefeitos e mil vereadores em todo o Brasil. Foram conquistadas as Prefeituras de São Paulo, Porto Alegre e Vitória, além de outras cidades importantes como Santos, Campinas e Piracicaba.

Em 1989, o PT lança *Lula* para a disputa da Presidência da República. Apoiado pela "Frente Brasil Popular", coligação de partidos de esquerda, o PT apresenta em campanha o *Programa*

Alternativo de Governo, baseado nas questões sociais essenciais ao desenvolvimento do Brasil, como aumento real do salário mínimo, combate à inflação, distribuição de renda, reforma agrária e priorização das áreas de saúde, educação, transporte e moradia. Pela primeira vez na história do Brasil os trabalhadores apresentaram um programa de governo com candidato próprio à Presidência da República. Foram abertos centenas de comitês populares. A campanha resulta em 11.622.673 votos a favor de *Lula* no primeiro turno da eleição presidencial, referendando a sua participação no segundo turno, quando, com o apoio amplo de forças progressistas, recebe o PT 31.076.364 votos, sendo derrotado pelo candidato *Fernando Collor de Mello* (PRN) por uma estreita margem de 6% dos votos válidos.

Em 1990, o PT, inspirado no *Shadow Cabinet* britânico, organiza e coordena o Governo Paralelo, buscando produzir políticas alternativas. Na eleição daquele ano, o partido elege um senador e trinta e cinco deputados federais.

Presidente eleito, *Fernando Collor de Mello* tem seu *impeachment* aprovado pelo Congresso em dezembro de 1992, tendo o PT papel fundamental na mobilização nacional que então se instala na luta contra a corrupção. O ponto de partida do processo que culmina com o *impeachment* presidencial foi um requerimento de parlamentares do PT para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso.

Nas eleições gerais de 1994 e 1998, o PT consolidou-se, enfim, como o principal partido de oposição às legendas tradicionais e continuístas, reunidas sob a candidatura de *Fernando Henrique Cardoso*.

Sujeito fundamental no curso da história política brasileira a partir do processo de redemocratização do país instaurado com a decadência do Regime Militar estabelecido em 1964, o Partido dos Trabalhadores remanesce, assim, na busca da construção de uma identidade comum na sociedade.

A inserção do Partido dos Trabalhadores no sistema partidário brasileiro converge com o modelo analítico de *partidos de massa* elaborado por *Duverger* (1970), que enfatiza tanto o aspecto da base social, que vai dar sustentação ao partido do tipo *de massa*, como a orientação ideológica rígida que se constitui na causa de defesa maior do partido.

Isto posto, visualiza-se melhor esta adequação do Partido dos Trabalhadores no Brasil ao modelo analítico de *Duverger* pela origem, composição e causa pela qual luta esta sigla partidária desde o seu nascimento.

Forjado assim no berço do sindicalismo operário brasileiro, surgido como partido classista de representação operária e de rígida orientação ideológica, o Partido dos Trabalhadores hoje demonstra-se como produto típico de uma moderna sociedade industrial, cuja efetiva participação no processo de construção

democrática dos sistemas político e representativo culminou numa gradual implantação de formas pluralistas de governo no país.

E é sob este prisma que se apresenta o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores, visto sob o aspecto da composição da sua base eleitoral e das conseqüentes possibilidades de expansão da sigla, como objeto da presente dissertação.

III - O CONTEXTO ELEITORAL E O SURGIMENTO DE UM NOVO ATOR POLÍTICO EM PELOTAS: O CASO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

3.1 – O contexto das eleições no Brasil

Milhares de cargos e ~~centenas~~ de milhões de votos possíveis: em simples expressão numérica, o Brasil tem um dos maiores eleitorados do mundo. A Constituição Federal de 1988 consolidou o sistema de votação direta no país para todos os cargos eletivos municipais, estaduais e federais, incluindo o princípio da eleição direta entre as denominadas "cláusulas pétreas". Também consagrou a condição de eleitor como expressão essencial da cidadania e condição necessária ao exercício da soberania popular, por meio do sufrágio universal e do voto paritário direto e secreto, além da iniciativa das leis, do plebiscito e do referendo.

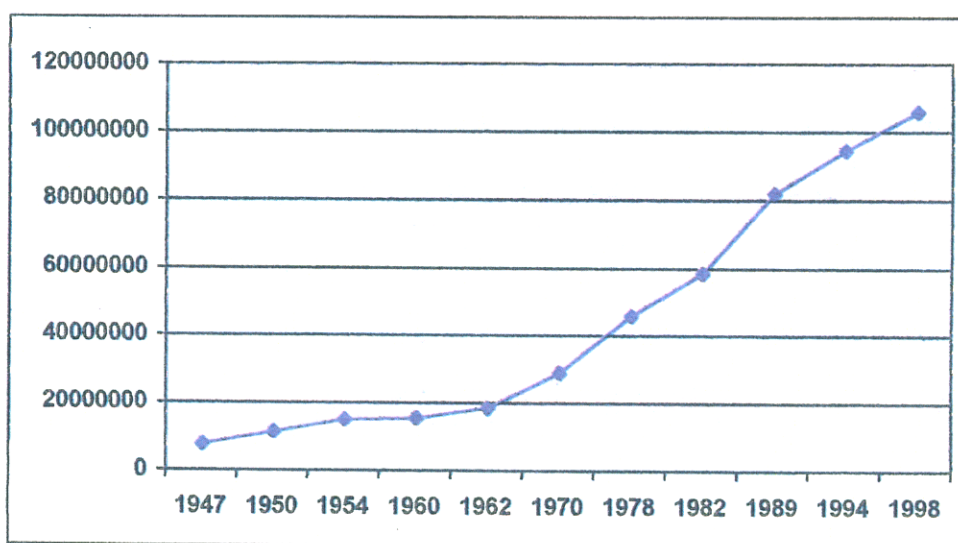
Nessa dimensão, o sistema eleitoral brasileiro consagrou a obrigatoriedade do alistamento como eleitor e do ato de votar para os brasileiros natos ou naturalizados maiores de dezoito anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta anos e para pessoas com idade compreendida entre dezesseis e dezoito anos.

Nos mais de cinquenta anos decorridos desde a reconstitucionalização do país, levada a efeito com o advento do

fim do Estado Novo, em 1945, até as eleições de 1998, o eleitorado foi convocado a votar 31 vezes (uma vez a cada dois anos), sem computar-se os segundos turnos em eleições de âmbito nacional, regional ou local. Na maioria das vezes, tratava-se de eleger titulares de diferentes cargos, mas, em alguns anos, realizaram-se eleições solteiras, além de pleitos especiais.

O gráfico 1 registra, para o período de 1947 a 1998, o crescimento do eleitorado no Brasil.

Gráfico 1 – Evolução do eleitorado brasileiro.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1998).

Com base nos dados apresentados, pode-se constatar o significativo crescimento do eleitorado brasileiro, em particular o ocorrido a partir da década de 1970. Quando se examina o período como um todo, verifica-se que de menos de 8 milhões de eleitores,

após a reconstitucionalização do país, em 1947, esse número passou para cerca de 106 milhões em 1998. Registre-se, ainda, que em 1945 o número de eleitores alistados representava apenas um sexto da população, ao passo que, em 1994, a proporção atinge três quintos dos brasileiros²¹.

As tabelas de 1 a 4, a seguir, retratam a distribuição do eleitorado nacional e do estado do Rio Grande do Sul a partir das variáveis sexo/gênero, faixa etária e escolaridade, conforme dados colhidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral, consolidados por ocasião do alistamento para a eleição geral de 1998.

Tabela 1 – Distribuição do eleitorado brasileiro por sexo/faixa etária.

	Feminino	% Brasil	Masculino	% Brasil	Não Inf.	% Brasil	Total
16 anos	283.373	0,27	294.972	0,28	0	0,00	578.345
17 anos	631.196	0,59	673.338	0,63	0	0,00	1.304.534
18 a 24 anos	9.497.041	8,95	10.020.476	9,43	1.408	0,00	19.518.925
25 a 34 anos	13.519.007	12,75	13.675.708	12,89	46.004	0,04	27.240.719
35 a 44 anos	11.450.839	10,80	11.247.046	10,60	81.825	0,08	22.779.710
45 a 59 anos	10.424.371	9,83	10.180.693	9,60	81.895	0,08	20.686.959
60 a 69 anos	4.031.552	3,80	3.857.104	3,64	33.276	0,03	7.921.932
+ de 69 anos	2.957.218	2,79	3.084.313	2,91	28.412	0,03	6.069.943
Total	52.794.597	49,77	53.033.650	49,97	272.820	0,26	106.101.067

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1998).

²¹ Segundo Saïd Farhat (1996), "em 1958, o TSE determinou o recadastramento de todos os eleitores, o que redundou em redução do seu número, de 15,2 para 13,8 milhões. Daí para cá, partidos e candidatos dedicaram-se, com máximo empenho, a alistar o maior número possível de eleitores, inclusive analfabetos e quase-analfabetos. Embora coerente com o princípio constitucional da universalidade do direito de votar, tal esforço tem resultado no aumento significativo dos índices de votos em branco e nulos".

Tabela 2 – Distribuição do eleitorado do RS por sexo/faixa etária.

	Feminino	% RS	Masculino	% RS	Não Inf.	% RS	Total
16 anos	16.034	0,23	15.326	0,22	0	0,00	31.360
17 anos	36.351	0,53	35.153	0,51	0	0,00	71.504
18 a 24 anos	512.456	7,49	538.022	7,86	0	0,00	1.050.478
25 a 34 anos	796.065	11,63	813.211	11,88	0	0,00	1.609.276
35 a 44 anos	779.238	11,38	773.754	11,30	0	0,00	1.552.992
45 a 59 anos	754.155	11,02	735.414	10,74	0	0,00	1.489.569
60 a 69 anos	312.967	4,57	283.199	4,14	0	0,00	596.166
+ de 69 anos	237.835	3,47	206.897	3,02	0	0,00	444.732
Total	3.445.101	50,32	3.400.976	49,68	0	0,00	6.846.077

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1998).

Da análise das tabelas 1 e 2, pode-se constatar:

a) o equilíbrio entre eleitores masculinos e femininos, com ligeira vantagem para os homens, no plano nacional, ao contrário dos resultados dos recenseamentos gerais, que mostram maior número de mulheres no total da população²²;

↳ — b) a concentração do poder eleitoral nas faixas etárias correspondentes aos jovens adultos – no plano nacional, entre os 18 e os 44 anos estão mais de dois em cada três eleitores (65,6% do total); nada muda significativamente se for deslocada a faixa para os adultos de 25 a 59 anos: estes também são dois terços do eleitorado (66,6%);

c) o relativo desinteresse dos jovens com idade de 16 e 17 anos (apenas 1,8% do eleitorado brasileiro), em flagrante desproporção ao número total de jovens dessas idades no conjunto da população.

²² Ressalve-se que, no estado, esta ligeira vantagem inverte-se, sendo um pouco maior o eleitorado feminino.

Vale notar, também, na análise do eleitorado, que os jovens adultos; cujos votos são decisivos em qualquer eleição, são as gerações que, nesta e nas duas décadas precedentes, tiveram suas esperanças despertadas por sucessivas promessas de progresso material, de melhores oportunidades de emprego, trabalho e ascensão social, *“mas viram seus sonhos logo desfeitos, na gangorra de alvissaras e frustrações do Brasil dos anos 70 a 90”* (Farhat, 1996). Este, por si só, já é um dado de relevância a anotar, em vista do interesse de visualizar a ascensão de uma legenda socialista – no caso, o PT – no cenário político brasileiro contemporâneo.

Tabela 3 – Distribuição do eleitorado brasileiro por sexo/escolaridade.

	Feminino	% Brasil	Masculino	% Brasil	Não Inf.	% Brasil	Total
Não inf.	146.761	0,14	141.090	0,13	11.949	0,01	299.800
Analfabeto	4.429.896	4,18	4.070.344	3,84	24.210	0,02	8.524.450
Lê/escreve	11.545.242	10,88	13.109.471	12,36	152.120	0,14	24.806.833
1.º g. inc.	17.951.923	16,92	19.105.878	18,01	42.906	0,04	37.100.707
1.º g. comp.	4.465.735	4,21	4.506.382	4,25	15.346	0,01	8.987.463
2.º g. inc.	6.039.042	5,70	5.225.881	4,92	6.884	0,01	11.271.807
2.º g. comp.	5.324.595	5,02	4.091.718	3,85	13.175	0,01	9.429.488
Sup. Inc.	1.099.185	1,04	1.098.698	1,03	2.408	0,00	2.200.291
Sup. Comp.	1.792.228	1,69	1.684.188	1,59	3.822	0,00	3.480.238
Total	52.794.597	49,77	53.033.650	49,97	272.820	0,26	106.101.067

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1998).

Quanto aos níveis de instrução formal do eleitorado brasileiro, conforme dados das tabelas 3 e 4, constata-se que um eleitor em cada três é analfabeto ou semi-analfabeto (31,7%); mais um em três (34,6%) esteve na escola, mas não completou o primeiro grau de ensino. Pouco mais de 30% dos eleitores

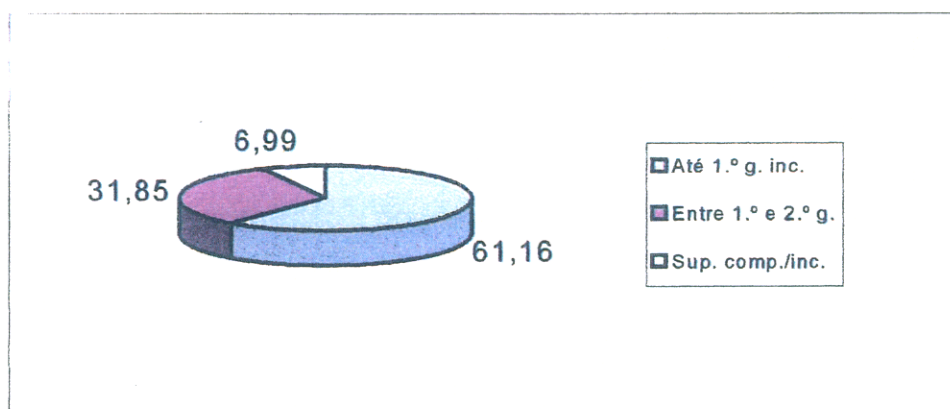
brasileiros terminaram o ensino fundamental, ou cursaram nível mais alto, tendo-o completado, ou não. Os eleitores que cursaram as universidades, havendo, ou não, completado o curso superior, são enfim uma pequena minoria, concentrados nos estados mais ricos da federação, à exceção do Distrito Federal, dada a presença, ali, dos órgãos centrais do governo federal (Farhat, 1996).

Tabela 4 – Distribuição do eleitorado do RS por sexo/escolaridade.

	Feminino	% RS	Masculino	% RS	Não Inf.	% RS	Total
Não inf.	5.144	0,08	4.398	0,06	0	0,00	9.542
Analfabeto	162.131	2,37	142.447	2,08	0	0,00	304.578
Lê/escreve	403.721	5,90	428.074	6,25	0	0,00	831.795
1.º g. inc.	1.467.503	21,44	1.573.487	22,98	0	0,00	3.040.990
1.º g. comp.	381.956	5,58	370.459	5,41	0	0,00	752.415
2.º g. inc.	422.113	6,17	384.797	5,62	0	0,00	806.910
2.º g. comp.	343.471	5,02	277.426	4,05	0	0,00	620.897
Sup. Inc.	110.405	1,61	103.175	1,51	0	0,00	213.580
Sup. Comp.	148.657	2,17	116.713	1,70	0	0,00	265.370
Total	3.445.101	50,32	3.400.976	49,68	0	0,00	6.846.077

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1998).

Nesse sentido, embora no Rio Grande do Sul o número de eleitores analfabetos ou semi-analfabetos atinja proporções mais reduzidas, conforme se pode perceber pela análise da Tabela 4, deve-se observar que apenas cerca de 6,99% do eleitorado já frequentou – ou frequenta – um curso superior, e 61,16% dos eleitores não concluíram o ensino fundamental, conforme demonstra o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Escolaridade do eleitorado no RS.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1998).

Há que se destacar, ainda, a concentração do poder de voto nos cinco colégios eleitorais do Centro-Sul, de tendência notadamente mais progressista, em termos políticos, que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná reúnem 55% do total de eleitores do País, fato de especial importância na eleição do presidente e vice-presidente da República, em âmbito nacional, formando o País uma só circunscrição eleitoral. O elevado peso específico do eleitorado dos grandes estados sofre, contudo, significativo impacto negativo, em virtude do deslocamento do peso da representação, na Câmara Federal, daqueles estados para os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como no Senado, no qual todos os estados têm igual número de representantes. Assim, enquanto os cinco estados mais populosos do país têm 55% do eleitorado, sua representação na Câmara soma apenas 230

deputados (45% dos 513 membros). Ao mesmo tempo, os demais estados, com 45% do eleitorado, elegem 283 deputados, ou 55% da composição daquela Casa²³.

Embora o exercício do voto seja compulsório em nosso sistema eleitoral, prevendo, inclusive, a aplicação de sanções à falta do comparecimento do eleitor às urnas, os índices de abstenção²⁴ nos sucessivos pleitos realizados no Brasil têm sido constantemente alto, mesmo nas eleições gerais. No período de 1945 a 1994, variaram entre o mínimo de 4,9%, em 1986, e o máximo de 40,3%, em 1955. Segundo Saïd Farhat (1996):

“essa amplitude de variação deve-se, pelo menos, a dois fatores: o maior ou menor interesse do eleitorado pelos cargos que se vão preencher (...) e o grau de atualização do alistamento eleitoral, considerado este em termos de eliminação de duplicações, cancelamento da inscrição dos falecidos, transferências de domicílio eleitoral. (...) eleições presidenciais costumam registrar menor abstenção que as verificadas naquelas destinadas somente a prover cargos legislativos ou executivos estaduais e municipais. Os números confirmam essa presunção, seja nas eleições presidenciais isoladas, ou solteiras, como as de 1955 e 1989, seja naquelas envolvendo também o provimento de outros cargos eletivos, como as de 1945, 1950, 1960 e 1994”.

No antigo sistema de votação era costume o eleitor comparecer à seção eleitoral munido de uma coleção de cédulas, conhecida como *marmita*, uma para cada um dos cargos nos quais

²³ O desequilíbrio da representação dos estados na Câmara dos Deputados é defendido, se não justificado, sob um prisma específico: os cinco estados do Centro-Sul, citados acima, já concentram em seu território a maior parcela de poderio econômico do País. Dar-lhes, também, maioria na Câmara dos Deputados - a que teriam direito, em vista da sua população - equivaleria a transferir aos estados economicamente mais fortes o controle do poder político daquela Casa do Congresso. No entanto, esse raciocínio vem a desprezar o papel equalizador que já cabe ao Senado Federal, no qual todas as unidades da federação, independentemente de sua população ou poder econômico, têm a mesma representação.

²⁴ Ou seja, o número de eleitores que não comparecem para votar, em relação aos eleitores efetivamente alistados, em cada pleito.

iria votar. Isso, mais o cuidado dos chefes políticos e cabos eleitorais, explica, em parte, o número reduzido de votos em branco, enquanto a marmita funcionou. Posteriormente, com a adoção da cédula oficial de votação, o ato de votar ficou, ao mesmo tempo, mais simples e – para os analfabetos ou pouco letrados – muitíssimo complexo²⁵.

A própria legislação eleitoral brasileira determina que as juntas apuradoras empenhem-se em desvelar a vontade do eleitor expressa pela inserção de marcas, signos ou palavras na cédula eleitoral, reduzindo-se ao mínimo possível o número de votos anulados por falta de clareza²⁶.

No entanto, constata-se que, especialmente nas eleições parlamentares, aumentam os votos em branco ou nulos. O grau de desinteresse (ou de revolta e represália) pela eleição parlamentar fica expresso de três modos: primeiro, no número dos que não compareceram para votar; segundo, nos altíssimos índices de votos em branco e dos propositadamente anulados (ao lado dos anulados por inadvertência ou incapacidade mesmo do eleitor); terceiro, na rejeição – expressa na não-recondução – de elevado número de parlamentares em campanha pela reeleição.

²⁵ Para ilustrar, vale recordar que, em 1994, 94 milhões de eleitores tinham de prover, no total, 1.654 cargos, federais e estaduais; cada eleitor tinha que assinalar, em duas cédulas, seis nomes, siglas ou números diferentes.

²⁶ Quando o eleitor assinala, por exemplo, o nome ou número de um candidato a deputado estadual, no espaço da cédula oficial de votação reservado para a votação para deputado federal, ou vice-versa, a junta deve considerar o voto válido e atribuí-lo ao candidato à respectiva eleição. Ressalva-se que, atualmente, o voto pela modalidade eletrônica tem transformado essa realidade.

Destarte, em que pese a maior relevância dada pelo eleitorado às eleições presidenciais²⁷, em preterição às eleições executivas municipais, e o acentuado grau de desinteresse reservado às eleições parlamentares em todos os níveis, é relevante destacar-se o papel do município nas eleições em nosso país. Muito da história brasileira aconteceu dentro ou em torno dos conselhos municipais dos tempos de colônia portuguesa. As câmaras municipais de então – cujos presidentes exerciam funções administrativas similares às atualmente reservadas aos prefeitos – são a mais antiga forma de organização democrática do Estado brasileiro. Nelas surgiram os primeiros estadistas, que influíram, não raro decisivamente, nos negócios da Colônia, do Reino, do Império e da República. A história política de municípios como o de Vila Rica, Mariana, São Vicente, Santo Amaro, São Cristóvão e de Salvador, entre outras tantas antiquíssimas povoações, é, em grande parte, a própria história política do Brasil.

Por isso, uma das mais antigas tradições políticas brasileiras é o resguardo da autonomia municipal, em tudo o que se relacione com o seu peculiar interesse, como diziam antigas leis e constituições. A eleição direta de prefeitos e vereadores simboliza e expressa a autonomia municipal. Esse princípio só foi violentado, na história política brasileira recente, durante o governo do presidente *Getúlio Vargas*, ressalvado o breve intervalo de vigência da Constituição de 1934. Mesmo o regime militar manteve

²⁷ Neste sentido, Saïd Farhat (1996) informa que são justamente as eleições presidenciais que apresentam os menores índices de abstenção do eleitorado no Brasil.

a eleição municipal direta, embora sob condicionamentos que reduziram profundamente a sua autenticidade. Durante boa parte desse período, capitais estaduais, municípios situados na faixa de fronteiras e outros, declarados de interesse da segurança nacional, tiveram prefeitos nomeados pelos governadores.

A nova Constituição Federal mudou consideravelmente as regras referentes à autonomia municipal. A mais importante inovação foi dotar as câmaras municipais de competência para decretar sua lei orgânica – a "constituição" municipal. Até então, essa competência era reservada aos estados – exceto no Rio Grande do Sul, cuja Constituição, após a reconstitucionalização do País, em 1946, expressamente dava essa atribuição aos municípios. Outra importante inovação da Carta Magna refere-se à universalização do princípio da eleição direta do prefeito e do vice-prefeito: a eleição de prefeitos e vice-prefeitos é feita, tradicionalmente, segundo as regras do sistema pluralitário – mal referido, no Brasil, como majoritário²⁸, de acordo com o qual vence a eleição o mais votado, independentemente de ter obtido ou não a maioria absoluta dos votos.

²⁸ Segundo Farhat (1996), o sistema eleitoral majoritário é aquele no qual considera-se eleito o candidato que receber, na respectiva circunscrição, a maioria absoluta dos votos válidos, descontados os nulos e os em branco. Esse sistema é usado no Brasil para a eleição do presidente da República, dos governadores dos Estados e do Distrito Federal e dos prefeitos dos municípios com mais de 200.000 eleitores. Caso nenhum candidato alcance a maioria absoluta dos votos na primeira votação, realiza-se um segundo turno entre os dois mais votados no primeiro. Por outro lado, denomina-se pluralitário – ou majoritário simples – o sistema eleitoral no qual é eleito o candidato que receber maior número de votos – ou seja, a maioria simples, ou relativa –, independentemente de alcançar a maioria absoluta dos votos válidos. O sistema pluralitário se aplica no Brasil às eleições para senador e prefeito de municípios com menos de 200.000 eleitores. Diferencia-se assim o sistema pluralitário do sistema majoritário pela exigência deste de o candidato vencedor alcançar maioria absoluta de votos válidos. Se não atingir esse quorum no primeiro turno, realiza-se então um segundo turno de eleições.

Nessa matéria, a Constituição Federal manteve o sistema pluralitário nos municípios com até 200.000 eleitores, introduzindo o sistema majoritário, fazendo-se em dois turnos, se necessário, a eleição de prefeito, nos municípios com mais de 200.000 eleitores²⁹, destacando-se, entre estes, o município de Pelotas a partir do pleito de 1996.

3.2 – O contexto das eleições de 1992 e 1996 em Pelotas

Ressalvada a relevância do município na institucionalização sócio-política brasileira, resta trazer à tona a realidade municipal específica de Pelotas, cidade-pólo da região Sul do Rio Grande do Sul e segundo maior colégio eleitoral do interior do estado, com todos os seus paradoxos.

A região Sul do estado teve a sua colonização iniciada a partir da fundação da Colônia do Sacramento no Uruguai. A fuga dos portugueses, retirantes da Colônia do Sacramento³⁰, e a prosperidade das charqueadas, instaladas ao longo do Arroio

²⁹ Os quarenta municípios que, pela primeira vez, em 1992, elegeram prefeitos pelo sistema majoritário, representavam, então, menos de um por cento do número de municípios do País, mas 31 por cento do eleitorado nacional, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São eles: dezoito das 26 capitais estaduais - Maceió (AL), Manaus (AM), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Belém (PA), João Pessoa (PB), Recife (PE), Teresina (PI), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Aracaju (SE) e São Paulo (SP) (o Distrito Federal não elege prefeito, mas governador, ao qual se aplica obrigatoriamente o sistema majoritário) - e 21 municípios não-capitais estaduais - Juiz de Fora, Contagem e Uberlândia (MG), Jabotão (PE), Londrina (PR), Campos, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João do Meriti (RJ), Joinville (SC) e Campinas, Guarulhos, Osasco, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos e Sorocaba (SP).

³⁰ Entregue pelos portugueses aos espanhóis em 1777, em cumprimento ao tratado de Santo Ildefonso.

Pelotas, com o conseqüente crescimento da região, deram origem à freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 07 de julho de 1812, e elevada à categoria de Vila em 07 de abril de 1832. Três anos depois, lhe foram outorgados os foros de cidade, com o nome de Pelotas.

A grande expansão das charqueadas fez com que Pelotas fosse considerada, à época, a verdadeira capital econômica da província, vindo a se envolver em todas as grandes causas cívicas. Em 1835, Pelotas é finalmente uma cidade. E uma cidade que não apenas desenvolveu-se econômica, mas também culturalmente.

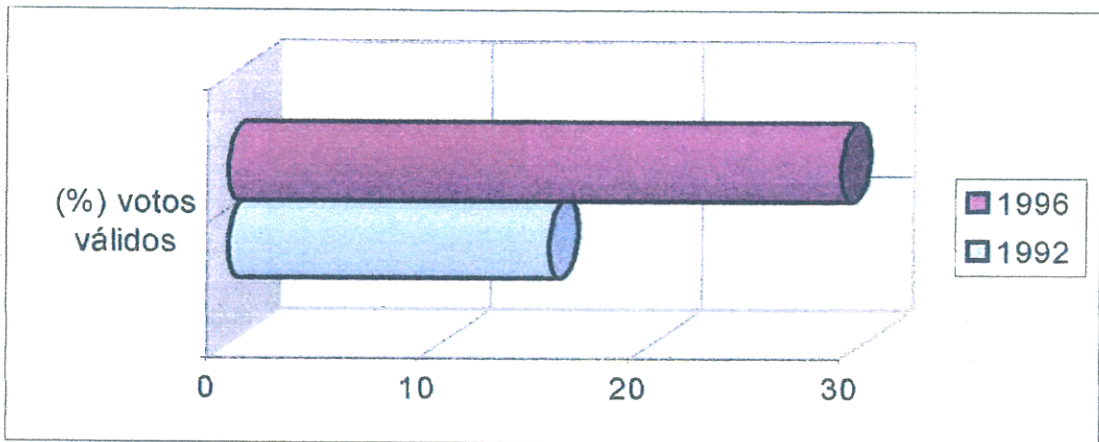
Pelotas, que nasce, assim, vocacionada para a atividade primária, tem a sua economia ainda hoje baseada no setor agrícola – especialmente na cultura do arroz – e na pecuária. A industrialização, ainda incipiente, calca-se preponderantemente na agroindústria – produção de laticínios, carne e curtimento de couros e peles. E, sem dúvida, esta opção de modelo de desenvolvimento forjará, através dos tempos, em Pelotas, uma sociedade elitista, aristocrática e conservadora, incapaz de vencer os paradoxos por ela mesma positivados, redundando na crescente concentração de renda e nas altas taxas de desemprego e subemprego no âmbito do município, sofrendo a economia ainda as conseqüências da dependência de uma macropolítica governamental agrária.

Como já mencionado, as tradições oligárquicas existentes no município; os condicionantes históricos, sócio-econômicos e

culturais, e a manutenção de um modelo de desenvolvimento forjado no latifúndio orizícola e na pecuária extensiva e lastreado no monopólio de uma pequena elite, corroboram a sua vocação para uma sociedade tradicional e continuísta, avessa a inovações no plano político. Daí Pelotas representar um peculiar campo para a investigação do fenômeno do avultamento do Partido dos Trabalhadores, verificado entre os pleitos de 1992 e 1996.

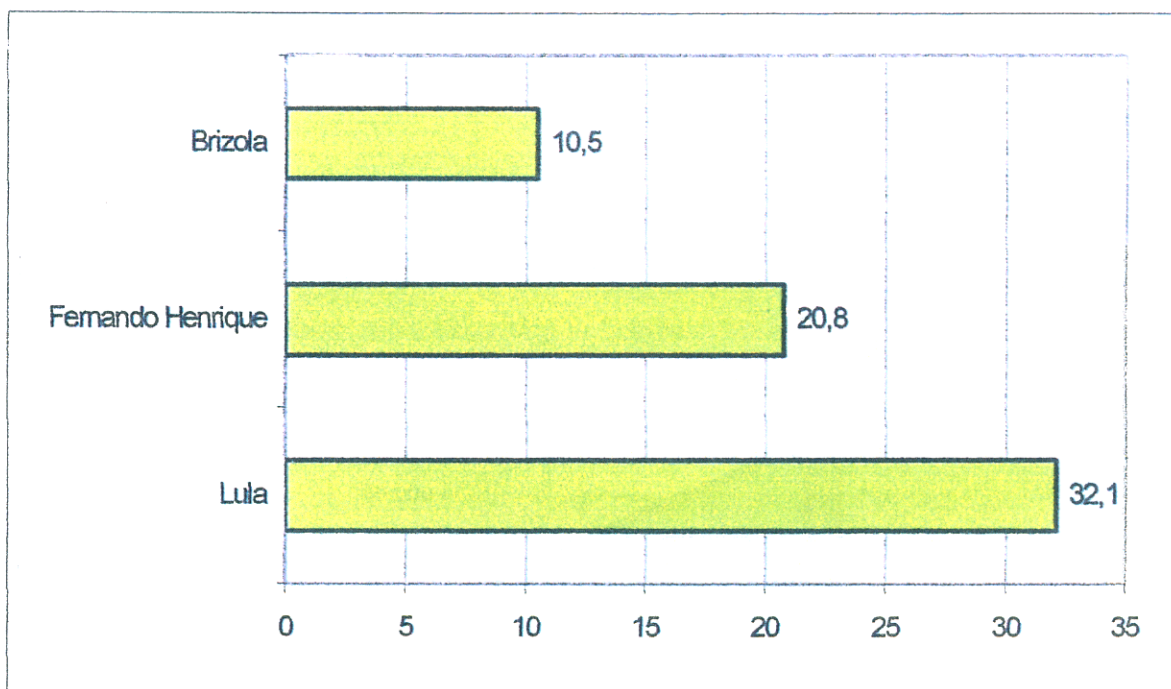
No que tange ao Partido dos Trabalhadores, observa-se que este viria a ampliar significativamente a sua base eleitoral em Pelotas, verificando-se um substancial crescimento das manifestações de voto no candidato do partido ao cargo executivo municipal, em particular nos pleitos de 1992 e de 1996. Nesta última eleição, o candidato do partido viria a participar da disputa pela prefeitura no segundo turno eleitoral. O resultado final das eleições levou à vitória o candidato concorrente por pequena margem de votos. A derrota do candidato petista nas urnas apesar de ter impedido o partido de chegar ao executivo municipal, não foi impedimento para que o PT assumisse um lugar de destaque no cenário político municipal, desbancando legendas e atores políticos tradicionais na região. O Gráfico 3 registra esse crescimento, considerados os pleitos de 1992 e 1996.

Gráfico 3 – Desempenho eleitoral do PT em Pelotas (1992/1996).

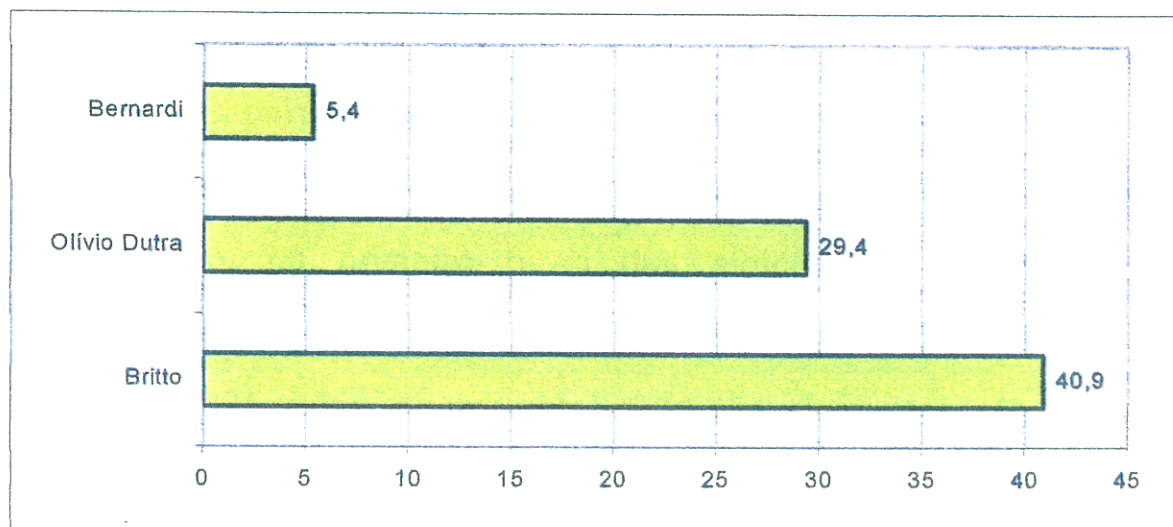


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1992) e Tribunal Regional Eleitoral (1996).

Também no pleito de 1994, tanto para os cargos executivos estadual como federal, em que pese o caráter conjuntural de tais pleitos e a forte polarização em torno de duas candidaturas efetivamente viáveis e ideologicamente contrapostas, é notável o desempenho do Partido dos Trabalhadores em Pelotas. Os gráficos 4 e 5 permitem visualizar a intenção de votos para as eleições de 1994 em torno das candidaturas à presidência da República de Leonel Brizola (10,5%) pelo PDT, de Fernando Henrique Cardoso (20,8%) pelo PSDB e de Luiz Inácio Lula da Silva (32,1%) pelo PT, no município, bem como das candidaturas do governo do estado de Celso Bernardi (5,4%), de Antônio Britto (40,9%) e de Olívio Dutra (29,4%) pelo PT.

Gráfico 4 – Intenções de voto para presidente - Pelotas (1994).

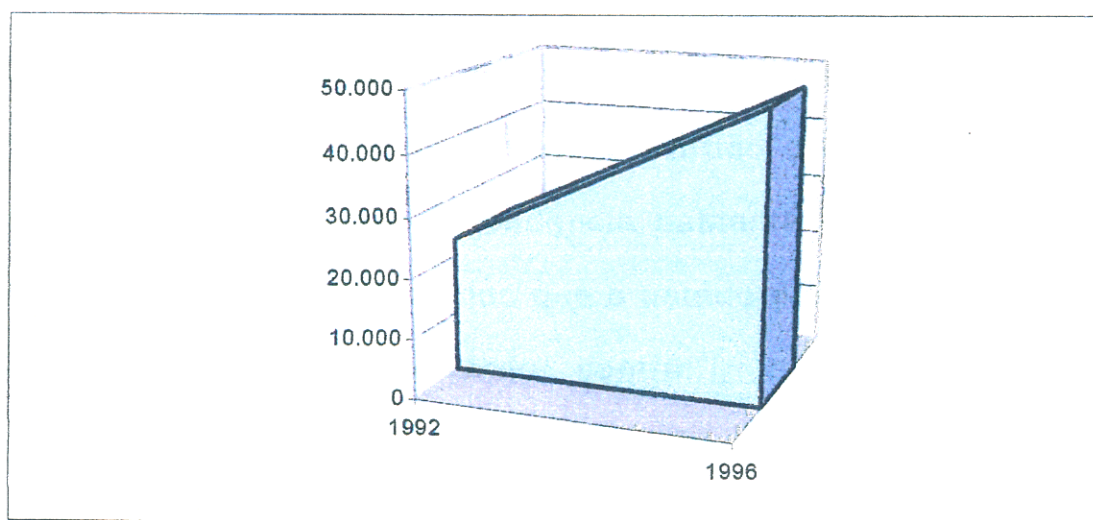
Fonte: Survey 1994 – ISP/UFPel.

Gráfico 5 – Intenções de voto para governador - Pelotas (1994).

Fonte: Survey 1994 – ISP/UFPel.

O gráfico 6, a seguir, trata de fornecer um panorama deste avultamento do Partido dos Trabalhadores, a partir dos resultados dos pleitos de 1992 e 1996.

Gráfico 6 – Número de votos nos candidatos do PT ao executivo municipal (1992/1996 – 1º turno).



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1992) e Tribunal Regional Eleitoral (1996).

Pode-se constatar, de plano, o incremento da base eleitoral do partido no período, verificando-se que, enquanto em 1992 a candidata do partido ao executivo municipal recebeu 22.756 votos, o equivalente a 15,21% dos votos válidos (ou 13,49% dos votos computados), no primeiro turno das eleições de 1996 foram arrecadados pelo candidato do partido ao mesmo cargo o montante total de 47.976 votos, equivalentes a 29,03% dos votos válidos (ou 27,30% dos votos computados). Depreende-se, assim, um incremento, tomando-se como referência o percentual de votos

do Partido dos Trabalhadores nos sucessivos pleitos. No mesmo período, verifica-se um incremento de 100% na participação do partido na composição da bancada legislativa municipal. Constatase dessa forma que houve um efetivo avultamento do Partido dos Trabalhadores em Pelotas entre os pleitos de 1992 e 1996.

Para fins de investigar os motivos implícitos ao avultamento do Partido dos Trabalhadores em Pelotas faz-se necessário um breve resgate do contexto dos pleitos. Sobretudo, é oportuno destacar a relevância da ascensão do Partido dos Trabalhadores entre os dois pleitos, face à tendência bastante conservadora do eleitorado da região: se é sabido que o estado destaca-se por uma oposição histórica ao governo central³¹, e desta oposição contextualizada no âmbito federativo não há Pelotas que ser exceção, deve-se ressaltar que o eleitorado pelotense têm optado, via de regra, nos pleitos municipais, pelo continuísmo oferecido pelas legendas tradicionais – das quais pode-se citar, especialmente, o PDS/PPB, PMDB e PDT, comprometidas com a estrutura oligárquica hegemônica na região. Mesmo legendas que tenderiam a enquadrar-se como “progressistas” ou “trabalhistas”, como o PDT, ou “comunistas”, como o PCdoB, apresentam-se extremamente convergentes com a manutenção do *status quo* no âmbito do município e da própria região Sul do estado.

³¹ Na realidade, o estado sempre se insurgiu contra os excessos do poder central no Brasil, que se encontrava geralmente nas mãos de representantes das oligarquias do Sudeste ou do Nordeste. A participação mais incisiva do estado junto ao poder central deu-se, em verdade, somente na gestão de Vargas, cuja ascensão foi justamente marcada pelo sentimento de revolta contra as antigas oligarquias.

Com efeito, é oportuno que se analise a participação das legendas “de esquerda” no plano dos pleitos e da ação política municipal. O PCdoB, sobretudo, revela-se paradoxalmente como um partido de conveniência, comprometido com interesses reacionários: no pleito de 1992, coliga-se ao PMDB e ao PSDB na defesa da candidatura de *Irajá Andara Rodrigues*, para a sucessão do pedetista *Anselmo Rodrigues*. Em 1996, por outro lado, alia-se ao mesmo *Anselmo Rodrigues*, agora candidato à sucessão de *Irajá Rodrigues*. Temos assim um excepcional paradoxo: uma sigla “de esquerda” que reveza-se entre alianças pretensamente antagônicas na expectativa da manutenção de sua participação no poder. Em 1992, a aliança com o PMDB/PSDB, contra o PDT, revela-se vitoriosa: o PCdoB compõe o governo municipal; em 1996, a aliança com o antigo rival PDT, contra o antigo aliado PMDB, e mesmo contra a proposta ideológica do PT, garante novamente a participação na administração municipal. E, assim, demonstra-se conivente, senão ativamente patrocinador, com o continuísmo e o populismo instalado por estas sucessivas administrações municipais.

Em contrapartida, o PDT reveza-se com o PMDB nas últimas administrações municipais, sem empenhar-se na promoção efetiva de qualquer mudança social ou política de vulto no âmbito municipal. Constata-se, sobretudo, um fenômeno que desnuda todo o continuísmo presente no imaginário eleitoral local: em 1992, o peemedebista *Irajá Andara Rodrigues* sucede ao pedetista *Anselmo Rodrigues*, que termina sua administração sob forte

questionamento do eleitorado pelotense, com baixíssimos índices de popularidade. *Irajá* apresenta-se, durante sua campanha eleitoral, fundamentalmente com ênfase na sua vida política pregressa, eis que já exercera o cargo executivo municipal anteriormente (1976). Em 1996, ao contrário, é o então candidato *Anselmo Rodrigues* que se oferece à sucessão do peemedebista *Irajá Rodrigues*, este então também às voltas com uma administração precária e traumática. Ciclicamente, a uma administração precária se contrapõe uma administração ainda mais precária, que reconduz à prefeitura municipal novamente aquele primeiro administrador. E a "oposição", assim, classicamente revela-se conduzida pelo ex-administrador, sem revelar uma textura maior de sinceridade e de objetividade no sentido de efetivar, no município, uma ação política renovadora.

O PPS e o PSB, outras legendas que poderiam ser consideradas "de esquerda", demonstram-se carecedoras de maior vulto político na região. Comportam-se, assim, como satélites do Partido dos Trabalhadores, se bem que nem sempre alinhados àquele, devido à notória projeção hegemônica do PT neste campo, o que perturba eventuais dissidentes.

No pleito de 1992 as principais forças políticas envolvidas faziam-se representar pelos candidatos *Irajá Rodrigues* (PMDB/PSDB/PCdoB), *Érico Ribeiro* (PDS/IPL), *Cecília Hypólito* (PT/PPS/PSB) e *Sérgio Soares* (PDT). Encontrando-se o PDT bastante desgastado, tanto pela precária administração municipal

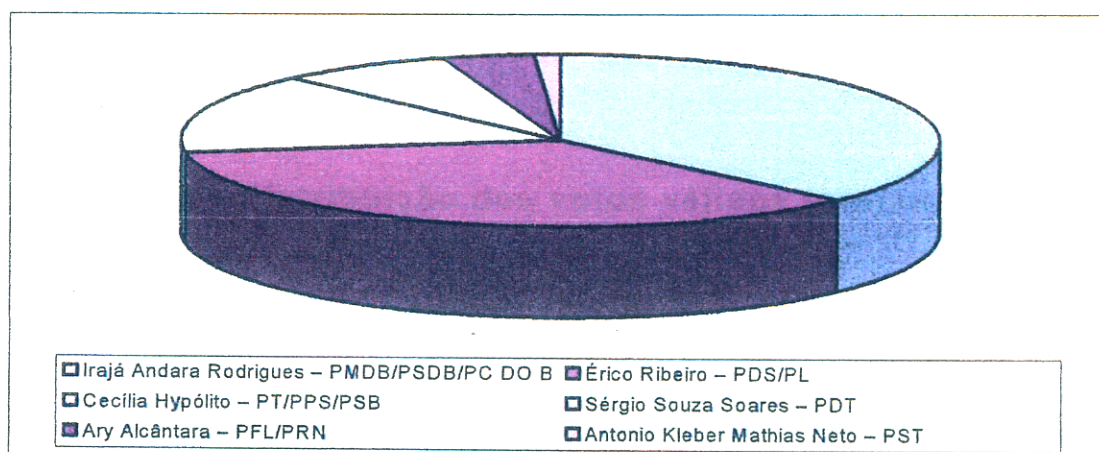
de *Anselmo Rodrigues* como pela perda de prestígio de *Leonel Brizola* em âmbito nacional³², opõe-se-lhe o candidato peemedebista com uma plataforma eleitoral forjada na sua experiência pretérita como administrador público, e o candidato pedessista, tradicional empresário da região, como o bem-sucedido homem de negócios que vem à vida pública por questões beneméritas. Encontrando-se assim polarizado o embate, destaca-se ainda a figura da candidata petista que, graças ao reconhecimento da sua boa gestão frente ao legislativo municipal, é alçada à candidatura ao executivo municipal pelo Partido dos Trabalhadores.

Embora sua candidata restasse batida pelos candidatos do PMDB e do PDS é possível afirmar que a votação obtida pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1992 contribuiu para que este viesse a ocupar a posição de legenda relevante na região. Nesse processo, O PT chega à condição de partido emergente no âmbito municipal, destacando-se frente às demais legendas esquerdistas, elegendo, inclusive, dois vereadores à Câmara Municipal. Também merece destaque o fato de uma mulher, representando um partido não alinhado com as forças tradicionais do município (*Cecília Hypólito* – PT), ter figurado entre os três candidatos mais votados dessa eleição. A candidata obteve uma votação pequena porém não inexpressiva.

³² Na época, o líder pedetista foi um dos poucos a defender Collor de Melo contra um possível processo de *impeachment*, que restou por efetivar-se, com enorme desgaste ao PDT em todos os níveis.

Os dois primeiros colocados no pleito, Irajá Rodrigues (Prefeito eleito) e Érico Ribeiro, obtiveram 37,04% e 35,33% dos votos válidos, respectivamente, e a candidata petista 15,21%, um percentual maior do que o dos três últimos colocados no pleito, que juntos somaram 12,42% dos votos válidos, como pode ser visualizado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Distribuição dos votos válidos (prefeito) – 1992.

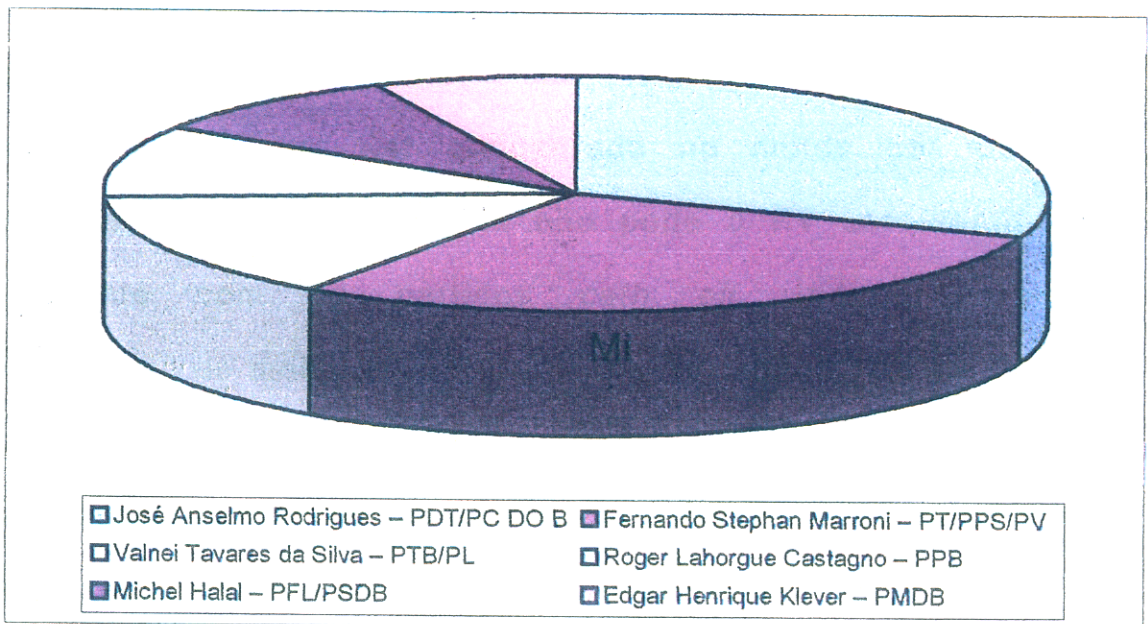


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 1992.

Em 1996 o Partido dos Trabalhadores viria a colher os primeiros resultados semeados em 1992. Na sucessão de *Irajá Rodrigues*, para a qual apresentam-se especialmente o ex-prefeito *Anselmo Rodrigues* (PDT), *Valnei Tavares* (PTB) e *Roger Castagno* (PPB), o candidato petista *Fernando Marroni* supera as

Anselmo Rodrigues, o embate eleitoral, no qual resta derrotado por pequena margem de votos. É importante ressaltar, em relação a esse pleito, a expressividade do montante de votos cedidos ao Partido dos Trabalhadores no primeiro turno eleitoral, 47.976 votos frente aos votos arrecadados por legendas de maior tradição: 16.279 para o PPB, antigo PDS, que na eleição anterior arrecadara 35,33% dos votos válidos, 15.001 para o PFL/PSDB, cujo candidato detinha o apoio presidencial, e 11.696 para o PMDB, legenda então situacionista, que angariara 37,04% dos votos válidos no pleito anterior. O Gráfico 8 registra a distribuição dos votos para prefeito no pleito de 1996.

Gráfico 8 – Distribuição dos votos válidos (prefeito) – 1996.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 1992.

O fato notável neste pleito municipal foi a marcante ascensão do Partido dos Trabalhadores à condição de principal partido apto à ruptura com o ciclo político até então estabilizado na Zona Sul. Por outro lado, o avanço, também significativo, do PTB, pode vir a significar uma tendência, do eleitorado, de rompimento com o ciclo político tradicional de revezamento de legendas hegemônicas. O fraco desempenho do candidato situacionista, *Michel Hallal*, já esperado face ao desgaste da administração peemedebista, vem reforçar o paradoxo do ciclo político tradicional em Pelotas, em conjunto com a forte mobilização em torno da candidatura do ex-prefeito *Anselmo Rodrigues*, do PDT, que culminou por eleger-se no segundo turno deste pleito.

Avulta-se, assim, como fenômeno político, o Partido dos Trabalhadores em Pelotas, vislumbrando-se a sua originalidade, mais do que uma "novidade" ambígua, no cenário político local. Neste sentido, ressalve-se que, a par de não poder, contemporaneamente, ser enquadrado no molde dos partidos classistas tradicionais, também não pode o PT ser identificado plenamente com os partidos *cath all*. Independente da consideração de modelos, o Partido dos Trabalhadores em Pelotas caracteriza-se pela sua novidade, em termos de proposta eleitoral, e pela sensibilização de um eleitorado aparentemente indisposto à radicalização frente a esta novidade, como visto.

Visto o avultamento do Partido dos Trabalhadores, busca-se identificar a sua base eleitoral, ou melhor, os segmentos do

eleitorado dos quais saíram a maioria dos votos arrecadados pelo partido. Neste sentido, as tabelas extraídas dos *surveys* realizados no período pré-eleitoral em 1992 e 1996 em Pelotas pelo Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas tratam de exprimir, corroboradas que estão com a realidade pela sua coadunação com os efetivos resultados das urnas, a composição da base eleitoral do Partido dos Trabalhadores no município, naqueles pleitos.

Os *surveys* em questão foram aplicados em setores urbanos, obtidos por dados do IBGE, e tendem a espelhar a distribuição populacional do município. Para fins de tabulação, os eleitores entrevistados foram divididos em segmentos segundo quatro variáveis principais: gênero, faixa etária, escolaridade e status sócio-econômico³³ (1992) ou renda familiar (1996).

Tabela 5 – Relação entre intenção de voto e idade dos eleitores – executivo municipal - 1992 (%).

	16-20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ de 60
Irajá	37,5	51,9	28,0	38,5	45,0	40,6
Érico	25,0	14,6	36,0	32,7	20,7	24,3
Cecília	12,5	14,6	10,0	-	3,4	5,4
Sérgio	12,5	4,2	8,0	4,1	3,4	5,4
Cléber	-	4,2	2,0	-	6,9	2,7
Ari	-	2,1	-	6,3	3,4	-
Branco	-	-	2,0	-	-	2,7
Nulo	-	2,1	-	4,1	-	-
Não sabe	12,5	6,3	14,0	14,3	17,2	18,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Survey 1992 – ISP/UFPel.

³³ Tendo em vista as dificuldades que a caracterização de "classes sociais" poderia gerar, preferiu-se utilizar a segmentação do eleitorado por "status sócio-econômico", definido a partir dos dados coletados em questões do questionário relativas à posse de bens materiais, níveis de renda e escolaridade do núcleo familiar.

Vislumbrando-se os resultados do *survey* de 1992, conforme depreende-se das tabelas de 5 a 7, pode-se inferir que:

a) As intenções de voto na candidata do PT revelam-se mais expressivas entre os segmentos mais jovens do eleitorado, concentrando-se na faixa etária entre 16 e 40 anos. Neste sentido, pode-se constatar que nestas faixas recebem os candidatos do PMDB e do PDS também forte preferência, porém é nas faixas etárias mais altas que se evidencia a sua maior vantagem. Juntos, *Irajá Rodrigues* (PMDB) e *Érico Ribeiro* (PDS) detém 62,5% da preferência do eleitorado mais jovem, e 71,2% da preferência do eleitorado situado na faixa etária dos 41 a 50 anos; de qualquer forma, a candidata petista recebe a sua maior preferência, se bem que inferior ao candidato preferido, entre os eleitores de 21 a 30 anos.

Tabela 6 – Relação entre a intenção de voto e a escolaridade dos eleitores – executivo municipal - 1992 (%).

	Analf.	Semi-An.	1º g. inc.	1º g.	2º g. inc.	2º g.	3º g. inc.	3º g.
Irajá	28,6	58,8	43,9	33,9	47,0	25,0	28,6	28,6
Érico	28,6	23,5	22,0	27,7	29,4	35,7	28,6	28,6
Cecília	14,2	-	6,6	4,3	11,8	10,7	14,3	14,2
Sérgio	28,6	-	5,5	2,1	5,9	14,3	-	28,6
Cléber	-	-	3,3	4,3	5,9	-	-	-
Ari	-	5,9	1,1	4,3	-	-	14,3	-
Branco	-	-	2,2	-	-	-	-	-
Nulo	-	-	3,3	-	-	-	-	-
Não sabe	-	11,8	12,1	23,4	-	14,3	14,3	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Survey 1992 - ISP/UFPel.

b) Com exceção de um desempenho razoável junto aos eleitores analfabetos, a projeção de votos da candidata petista é maior entre os segmentos de maiores níveis de escolaridade, exatamente o oposto do que se revela para o candidato peemedebista, para o qual decrescem as intenções de voto à medida em que se eleva o grau de instrução formal do eleitor.

c) A maior concentração de intenções de voto na candidata petista se dá entre os eleitores pertencentes a segmentos de *status* sócio-econômico médio ou médio-alto. Ao contrário, o candidato peemedebista, em que pese o elevado percentual de indicações em todos os segmentos, detém a maior preferência entre os eleitores de menor *status* sócio-econômico.

Tabela 7 – Relação entre intenção de voto e status sócio-econômico dos eleitores – executivo municipal - 1992 (%).

	Baixo	Médio	Médio-alto
Irajá	48,9	35,0	45,4
Érico	19,7	28,9	36,4
Cecília	3,9	9,4	9,1
Sérgio	5,3	6,3	-
Cléber	2,6	2,8	-
Ari	2,6	2,1	-
Branco	1,3	0,7	-
Nulo	3,9	-	-
Não sabe	11,8	14,8	9,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Survey 1992 - ISP/UFPel.

Reaviva-se, assim, neste pleito, em relação à base eleitoral do Partido dos Trabalhadores, um paradoxo que já foi

empiricamente alvo de muitas discussões no seio do próprio partido: o eleitorado do PT, partido com origens classistas e de orientação socialista, centra-se nos segmentos de status sócio-econômico relativamente alto, alto nível de instrução formal e de faixa etária um pouco jovem. Não possui, assim, à época, grande penetração entre os eleitores de faixas etárias mais elevadas; não tem, também, penetração ainda junto ao eleitorado de menor status sócio-econômico e de menor escolaridade.

Poder-se-ia, então, conjecturar, que da derrubada gradual destes modelos o PT construiu a base eleitoral que, em 1996, levaria o seu candidato ao segundo turno do embate eleitoral, superando as tradicionais legendas continuístas da região, entre as quais o PMDB situacionista.

Tabela 8 – Relação entre intenção de voto e idade dos eleitores – executivo municipal - 1996 (%).

	16-20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ de 60
Marroni	42,6	41,8	31,3	18,7	13,6	10,5
Anselmo	17,0	20,0	26,2	23,0	27,5	17,1
Valnei	8,5	5,7	9,4	10,1	17,0	13,2
Kléver	8,5	4,8	8,1	5,0	3,4	6,6
Roger	6,4	8,6	3,4	5,0	5,7	10,5
Hallal	6,4	6,7	2,0	7,2	4,5	7,9
Branco	-	-	0,7	3,6	1,1	5,3
Nulo	-	-	0,7	2,2	1,1	-
Não sabe	10,6	12,4	19,2	25,2	26,1	28,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Survey 1996 – ISP/UFPel.

Nesse sentido, considerando os dados das Tabelas 8 e 9, pode-se verificar, em relação à base eleitoral petista em 1996, que:

a) É bastante nítida a predominância das intenções de voto no candidato petista entre os segmentos mais jovens do eleitorado, verificando-se que a orientação pró-PT encontra-se estreitamente vinculada, de forma inversa, à faixa etária do eleitor, de modo que tanto maior é a manifestação da intenção de voto no candidato petista quanto mais jovem é o eleitor. Na faixa dos 16 aos 20 anos, 42,6% do eleitorado manifesta sua preferência pelo candidato petista; na faixa acima dos 60 anos, apenas 10,5% do eleitorado manifesta-se nesse mesmo sentido. E é especialmente entre os segmentos de maior faixa etária do eleitorado que inverte-se a predominância do voto no candidato petista: a partir da faixa de 41 a 50 anos, *Anselmo Rodrigues* passa a receber uma maior indicação de votos do que o candidato petista.

b) Da mesma forma, é nítida a convergência entre o avultamento das intenções de voto no candidato petista e o maior grau de instrução formal do eleitor. O desempenho do PT entre os eleitores de nenhum ou baixo grau de instrução formal é bastante deficiente – nenhuma manifestação entre os analfabetos, 6,4% entre os semi-analfabetos e 22,7% entre aqueles que, embora tenham chegado a cursar o primeiro grau não o concluíram, em contraposição aos 34,5% entre aqueles que tenham concluído o segundo grau. E exatamente o inverso se dá com o candidato

pedetista, que detém 41,8% da preferência dos eleitores analfabetos, mas apenas 10,4% da preferência dos eleitores que possuem curso superior.

Tabela 9 – Relação entre intenção de voto e escolaridade dos eleitores – executivo municipal - 1996 (%).

	Analf.	Semi-an.	1º g. inc.	1º g.	2º g. inc.	2º g.	3º g. inc.	3º g.
Marroni	-	6,4	22,7	24,5	24,9	34,5	34,3	29,1
Anselmo	41,8	35,9	26,5	26,4	17,9	13,4	17,1	10,4
Valnei	8,3	-	6,5	12,7	7,1	14,2	17,7	12,5
Kléver	-	2,5	6,5	4,5	14,3	3,9	16,7	6,3
Roger	8,3	3,9	4,3	5,5	7,1	7,1	8,4	10,4
Hallal	-	12,0	4,3	5,5	3,6	7,9	2,9	2,1
Branco	-	2,5	1,6	0,9	-	1,6	2,9	4,2
Nulo	8,3	-	1,1	-	3,6	0,8	-	-
Não sabe	33,3	36,8	26,5	20,0	21,5	16,6	-	22,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Survey 1996 – ISP/UFPel.

c) Há que se destacar ainda que é entre os segmentos de renda familiar média ou média-alta que o PT tem o seu melhor desempenho, como já identificado em relação ao pleito de 1992.

Tabela 10 – Relação entre a intenção de voto e a renda familiar dos eleitores – executivo municipal - 1996 (%).

	Até 2 sm	2-5 sm	6-10 sm	11-15 sm	16-20 sm	+ de 20 sm
Marroni	15,1	30,2	24,3	29,4	45,0	25,4
Anselmo	32,9	22,2	19,7	29,4	15,0	-
Valnei	8,4	7,8	18,2	6,0	5,0	17,7
Kléver	5,9	7,4	6,8	2,9	-	10,0
Roger	5,0	4,5	6,8	11,8	-	15,4
Hallal	4,2	6,6	4,5	-	10,0	10,0
Branco	2,5	1,6	2,3	2,9	-	-
Nulo	0,8	0,8	0,8	2,9	-	-
Não sabe	25,2	18,9	16,6	14,7	25,0	21,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Survey 1996 – ISP/UFPel.

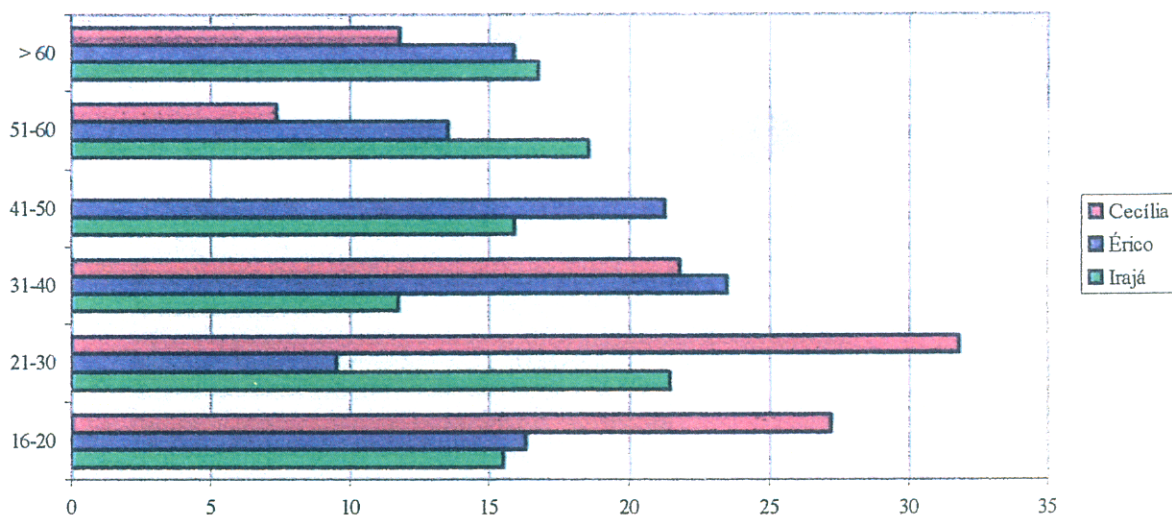
Verifica-se, por exemplo, que apenas 15,1% dos eleitores com renda familiar de até dois salários-mínimos informaram a intenção de voto no PT, contra 45% do eleitorado de renda familiar na faixa dos 16 aos 20 salários-mínimos.

Assim, reforça-se que o avultamento do Partido dos Trabalhadores, em que pese o seu notável aspecto quantitativo, não é fruto de uma quebra no padrão da base eleitoral tradicional do PT. Claro é que houve um significativo incremento dessa base, refletido no desempenho eleitoral do candidato petista em 1996. Embora tal incremento tenha também atingido segmentos onde o PT tradicionalmente não tem uma maior penetração, observa-se que o perfil básico do eleitorado petista, se visualizado pelos enfoques da escolaridade, renda e faixa etária, continua intocado.

A despeito disso, busca-se, com os gráficos a seguir, identificar o perfil da base eleitoral dos principais candidatos/partidos envolvidos nos pleitos de 1992, quais sejam: *Irajá Rodrigues/PMDB*, *Érico Ribeiro/PDS* e *Cecília Hypólito/PT* e, de 1996, *Anselmo Rodrigues/PDT*, *Fernando Marroni/PT* e *Valnei Tavares/PTB*.

Destaque-se que os dados examinados anteriormente permitem a dimensionar do perfil do eleitor do PT. Com os dados ora apresentados (Gráfico 9), procura-se verificar a contribuição de cada segmento do eleitorado à *performance* geral do partido.

Gráfico 9 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – idade – executivo municipal - 1992 (%).



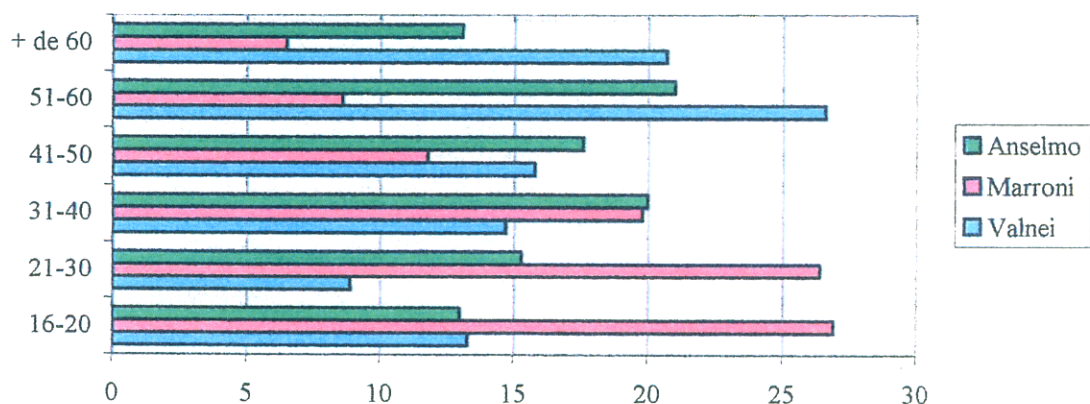
Fonte: Survey 1992, ISP/UFPel.

Assim, se num primeiro momento tratou-se de identificar as preferências de cada segmento do eleitorado entre os candidatos, avaliando-se, por exemplo, que nas eleições de 1992 37,5% do segmento eleitoral caracterizado pela faixa etária de 16 a 20 anos manifestou sua preferência pela candidata petista, e que nas eleições de 1996 o mesmo segmento manifestou-se pelo candidato petista à razão de 42,6%, podemos verificar, nos gráficos 9 e 10, que, do total do eleitorado que se mostrou inclinado a votar no PT em 1992, 27,2% era constituído pelo segmento em questão (faixa etária de 16 a 20 anos), sendo tal composição de 26,9% em 1996.

Visualizando-se melhor a heterogênea composição do eleitorado, pode-se ainda corroborar o perfil delineado para o

denominar de “anti-PT”, ou seja, a parcela do eleitorado que resiste a creditar o seu voto aos candidatos petistas.

Gráfico 10 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – idade – executivo municipal - 1996 (%).

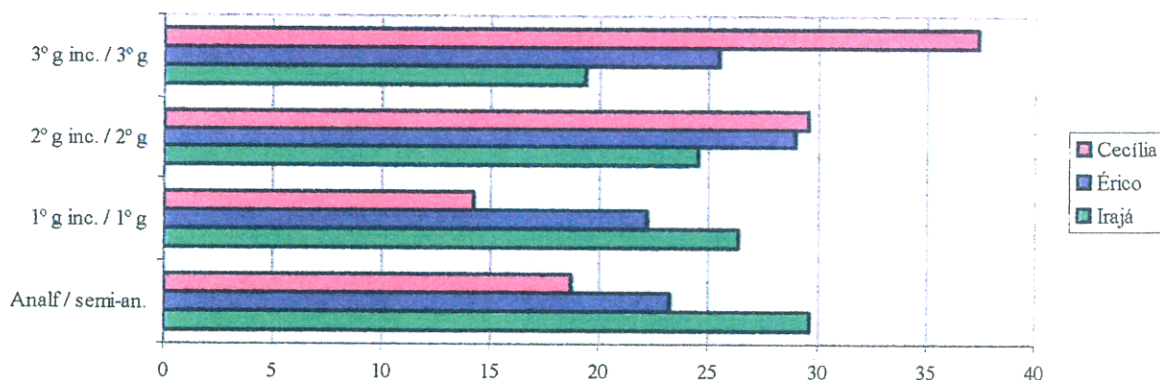


Fonte: Survey 1996, ISP/UFPel.

Mais uma vez observa-se a predominância dos segmentos mais jovens na composição da base eleitoral petista, quer em 1992, quer em 1996: a composição do eleitorado petista naquelas ocasiões é de, respectivamente, 80,8% em 1992, e de 73,1% em 1996, de eleitores compreendidos entre as idades de 16 a 40 anos.

É, porém, no tocante ao nível de instrução formal que fica bastante evidenciada a limitação que envolve o eleitorado petista. A relação entre escolaridade e preferência partidária pode ser visualizada no gráfico 11.

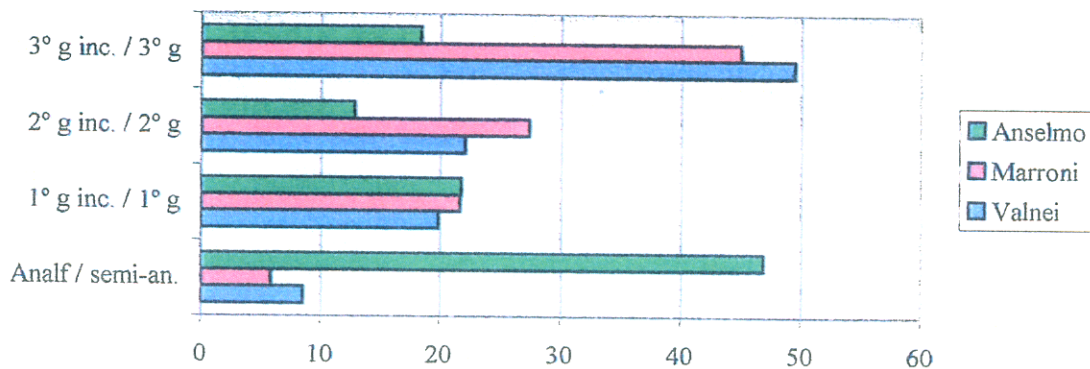
Gráfico 11 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – escolaridade – executivo municipal - 1992 (%).



Fonte: Survey 1992, ISP/UFPel.

No que tange ao pleito de 1992, estima-se que 37,4% do eleitorado de Cecília já havia freqüentado ou estava freqüentando um curso superior. Essa relação torna-se mais evidente em 1996, tendo em vista que este segmento passa a representar nada menos do que 45% do eleitorado de Marroni (Gráfico 12).

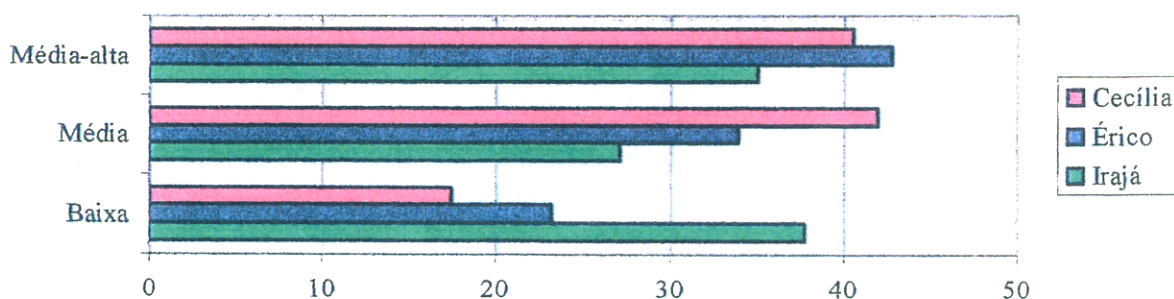
Gráfico 12 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – escolaridade – executivo municipal - 1996 (%).



Fonte: Survey 1996, ISP/UFPel.

Quanto à condição de classe do eleitor que manifestou preferência por candidaturas petistas, ressalte-se que são os segmentos de status sócio-econômico/renda familiar médio/médio-alto que compõe expressivamente a base eleitoral do PT. Os dados do Gráfico 13 servem para ilustrar essa observação.

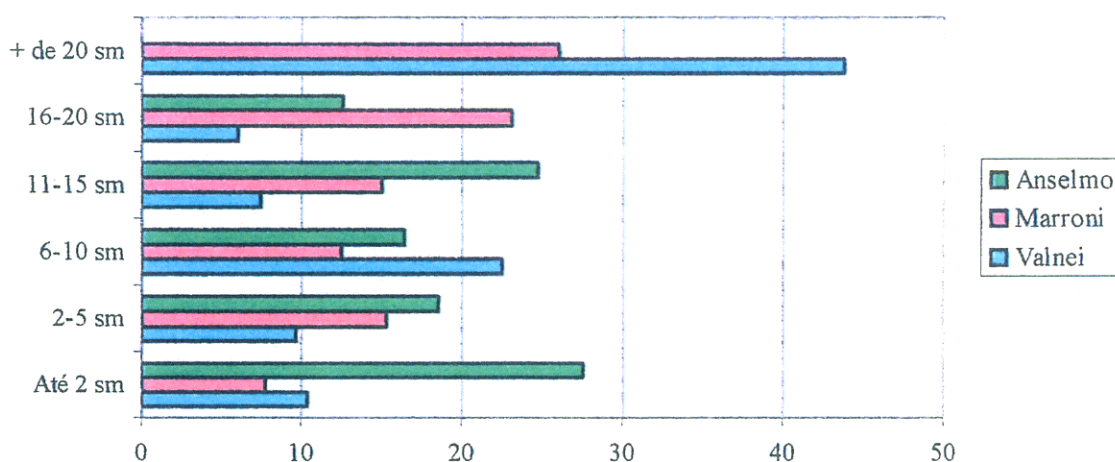
Gráfico 13 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – status sóc.-econ. – executivo municipal - 1992 (%).



Fonte: Survey 1992, ISP/UFPel.

Ainda em relação à esse tema chama a atenção o fato de que o segmento mais significativo a endossar a candidatura de Irajá Rodrigues em 1992 e de Anselmo Rodrigues em 1996 é justamente aquele de níveis de renda/status sócio-econômico mais baixo, e também de menor instrução formal.

Gráfico 14 – Perfil do eleitorado dos principais candidatos – renda familiar – executivo municipal - 1996 (%).

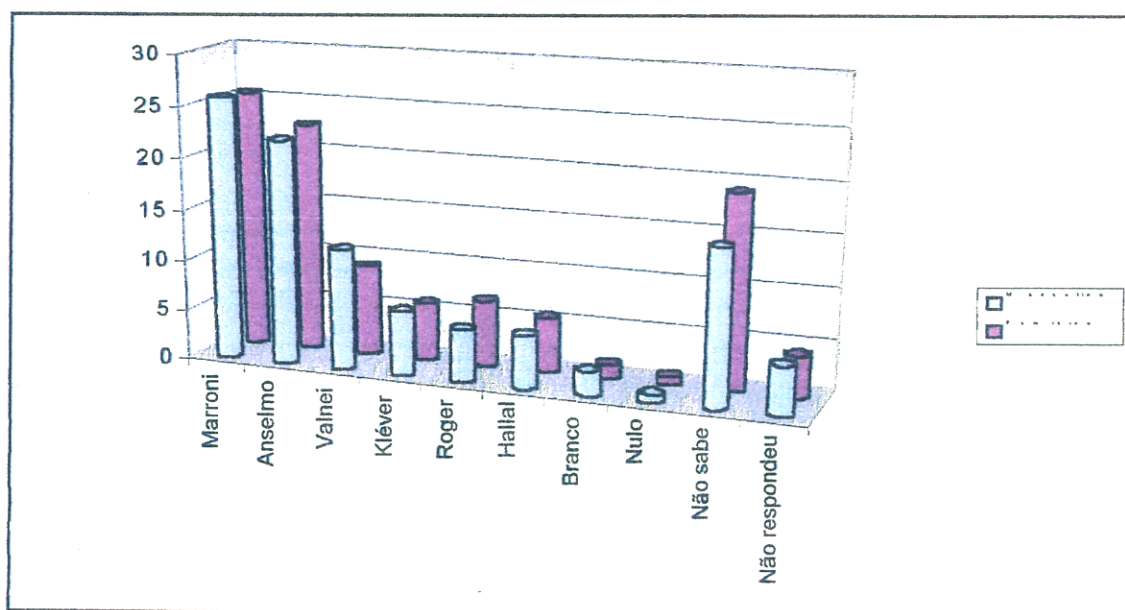


Fonte: Survey 1996, ISP/UFPel.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à influência da variável sexo na opção eleitoral. Ressalve-se que na presente dissertação não se está dando destaque à questão de gênero na estratificação do eleitorado dado que as análises preliminares desta investigação demonstraram não haver uma variação expressiva na opção eleitoral destes segmentos, no período abrangido pela pesquisa. O que se verifica em relação ao segmento masculino é um apoio um pouco maior ao candidato da coligação PTB/PL e, em relação ao segmento feminino, uma maior adesão à candidatura da coligação PDT/PCdoB e uma percentagem maior de mulheres entre os indecisos. Em relação à candidatura petista (coligação PT/PPS/PV), pode ser observada uma distribuição equilibrada nas intenções de voto de homens e mulheres.

A título de ilustração, e corroborando tal assertiva, o Gráfico 15 demonstra não existir uma relação significativa entre a intenção de voto e o gênero dos eleitores em 1996.

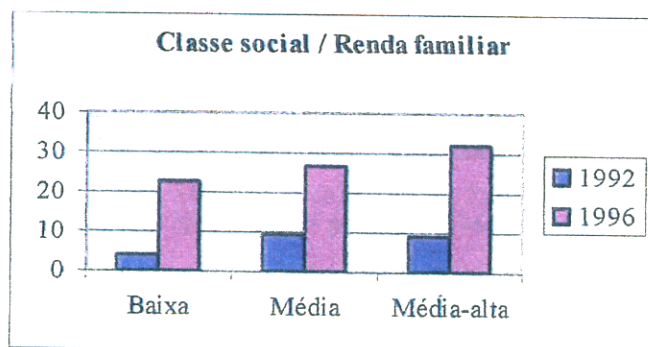
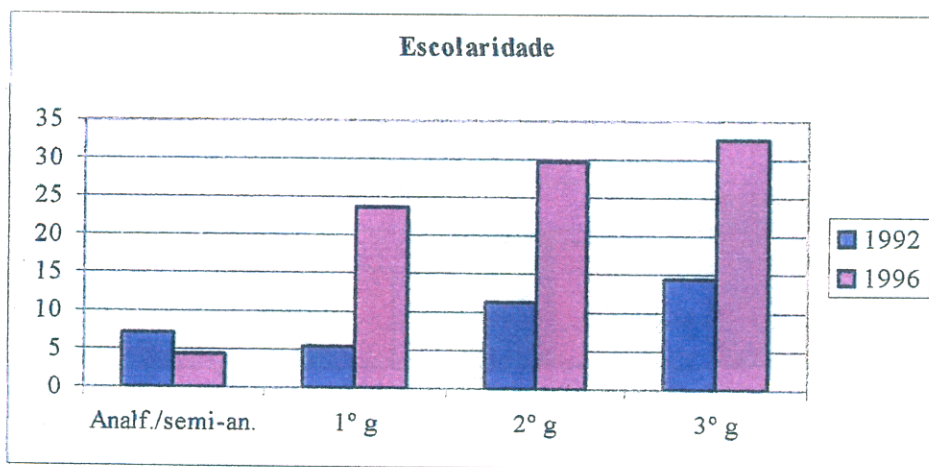
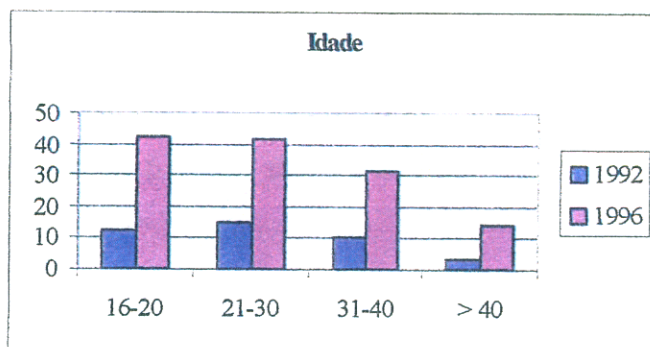
Gráfico 15 – Relação entre a intenção de voto e o sexo dos eleitores – 1996 (%).



Fonte: Survey 1996 – ISP/UFPEl.

Afinal, destacam-se as informações que constam nos gráficos 16 e 17, pelos quais busca-se ilustrar, com base nos dados já referidos nos gráficos anteriores, o avultamento das manifestações de voto no Partido dos Trabalhadores, no período correspondente aos pleitos de 1992 e 1996.

Gráfico 16 – Comparação entre as manifestações de voto nos candidatos do PT – Surveys 1992 e 1996 (%).



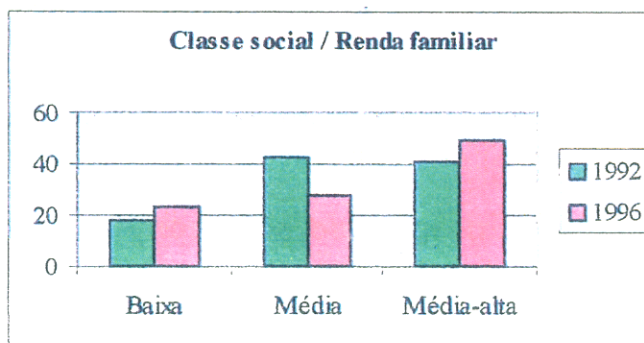
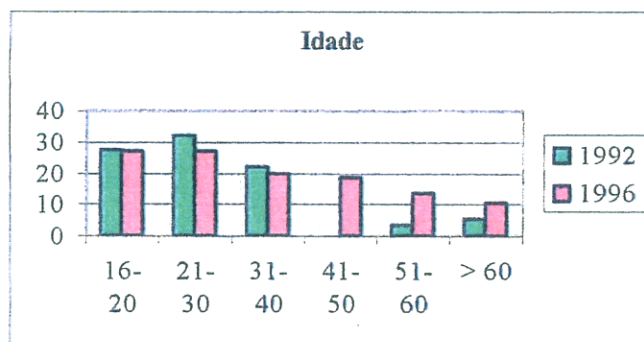
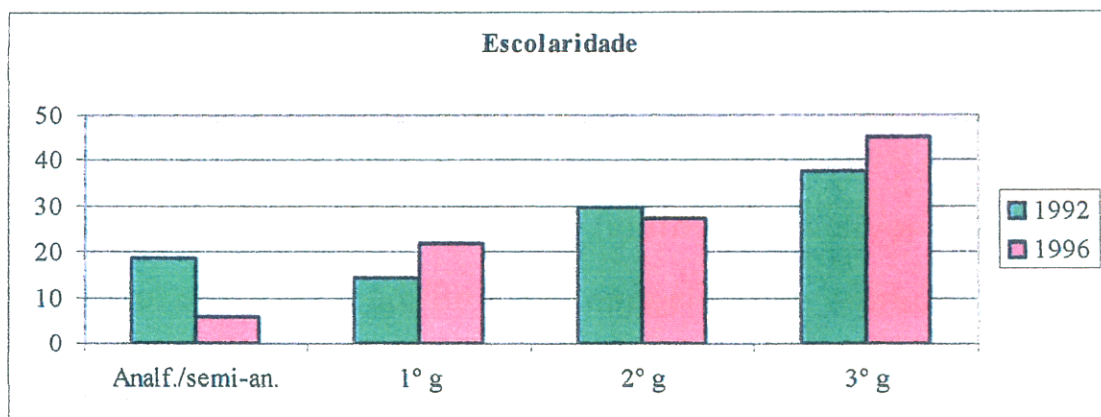
Fonte: Survey 1992-1996 – ISP/UFPel.

É relevante considerar, como o já exposto, que o avultamento das intenções de voto pró-PT se dá em todos os segmentos do

pelos eleitores analfabetos e semi-analfabetos, onde regista-se um decréscimo das intenções de voto.

No segundo conjunto gráfico, é possível observar a constância qualitativa do eleitorado petista, ou seja, a continuidade do perfil básico desse eleitorado.

Gráfico 17 – Comparação entre a composição do eleitorado dos candidatos do PT – Surveys 1992 e 1996 (%).



O que fica evidenciado quando se examinam esses dados é que, não obstante a sua maior penetração no eleitorado municipal em geral, o partido ainda não conseguiu sensibilizar determinados segmentos, que continuam configurando-se pouco relevantes na formação do eleitorado petista.

É possível verificar que, entre os dois embates, conseguiu o PT uma reduzida, mas perceptível, sensibilização de segmentos eleitorais de maiores faixas etárias que, se não figuram com a mesma relevância no eleitorado petista, ao menos abrandam o perfil específico do eleitor quanto à variável idade, sinalizando uma possível identificação desses segmentos com o partido, inclusive para eventos eleitorais futuros. É visível também o incremento, a acentuação, do perfil específico do eleitorado petista no que diz respeito à variável escolaridade. Da mesma forma, continua o PT carecendo de sensibilizar os segmentos de menores níveis de renda, pouco comprometidos com a proposta do partido até então.

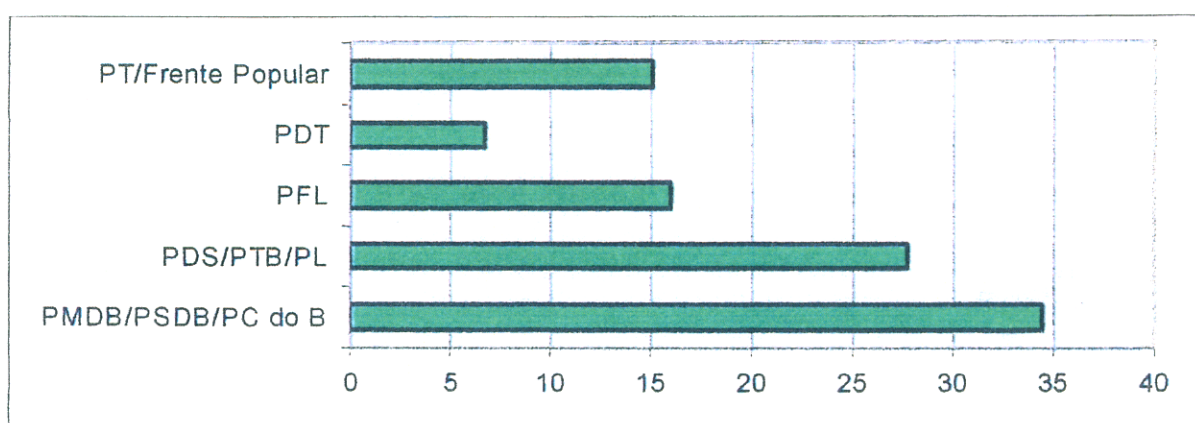
De acordo com o exposto, é perfeitamente identificável um perfil típico do eleitorado do PT em Pelotas. Também é passível de identificação o perfil do eleitor que, potencialmente, constitui-se o "anti-PT", ou seja, o que congrega aqueles segmentos eleitorais onde a predisposição a votar no Partido dos Trabalhadores é bastante reduzida: os eleitores de baixo grau de educação formal e de baixos níveis de renda ou status sócio-econômico. Ainda, é possível incluir-se neste rol, mas com menor vigor, os eleitores de

idade mais elevada. No entanto, tendo em vista a peculiar conformação do eleitorado brasileiro, como já visto, onde destacam-se, especialmente, os baixos níveis de escolaridade e os baixos níveis de renda, é interessante anotar-se que a não sensibilização destes segmentos, pelo PT, além do normal paradoxo que pareça caracterizar, implica na remanescência do populismo das legendas continuístas que, graças a esse artifício, mantém-se, com poucas exceções, no poder.

Ao lado disso, tratou-se de avaliar a divulgação, pela mídia, de informes de diversos teores, tendentes a influenciar o eleitorado e a dirigir as preferências e orientações dos diversos segmentos eleitorais. Nesse sentido, os gráficos a seguir retratam a proporcionalidade dos enfoques dos diversos informes veiculados pelos meios de imprensa escrita local - jornais "Diário Popular" e "Diário da Manhã", separados em duas categorias principais: de um lado, os informes de teor negativo, com dados valorativos que depreciam a imagem de um partido ou de uma pessoa intrinsecamente ligada ao partido, candidato ou não, cuja repercussão tende a causar a empatia popular, como, por exemplo, comentários a respeito do envolvimento de candidatos ou pessoas a eles diretamente vinculadas (auxiliares e familiares) em crimes, contravenções penais ou ilícitos administrativos; a vinculação dessas pessoas a atos socialmente depreciativos (problemas familiares, conjugais, envolvimento em acidentes de trânsito etc.); a divulgação de índices de queda de popularidade do partido ou do candidato etc.; de outro lado, estão os informes que não tem tal

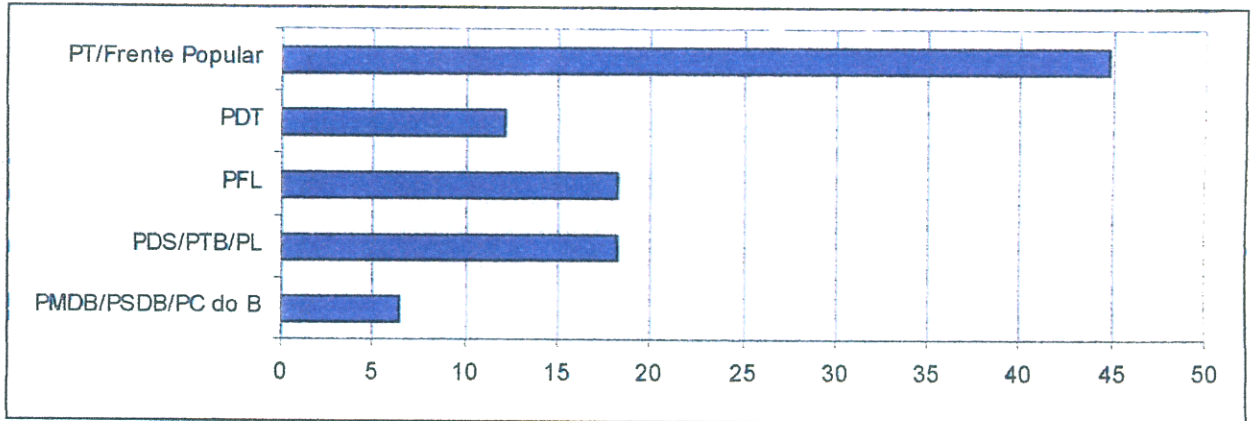
teor, sendo tanto manifestações veladas de apreço e simpatia a um determinado candidato ou legenda como meras notícias sem evidente teor valorativo, como por exemplo a chegada ao município de um líder partidário.

Gráfico 18 – Distribuição das notícias (exceto as de teor negativo) relativas a partidos/candidatos na imprensa local - jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1992 (%).



Considerando os dados acima, observa-se que, no período pré-eleitoral de 1992, o Partido dos Trabalhadores foi alvo de constantes ataques da imprensa, ao passo que os candidatos *Érico Ribeiro* e *Irajá Rodrigues* foram os mais citados pela mídia. O candidato do PMDB, aliás, vencedor do pleito, foi o candidato mais citado e menos atacado pela mídia escrita.

Gráfico 19 – Distribuição das notícias de teor negativo relativas a partidos/candidatos na imprensa local - jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1992 (%).



Em 1996 observa-se uma franca campanha da mídia contra o candidato peemedebista, verificando-se também o ataque, ainda que não tão contundente, aos candidatos do PT e do PDT. Paradoxalmente, o candidato do PPB, que obteve fraco desempenho nas urnas, foi o mais citado na imprensa escrita, no período.

Gráfico 20 – Distribuição das notícias (exceto as de teor negativo) relativas a partidos/candidatos na imprensa local - jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - eleições de 1996 - 1.º turno (%).

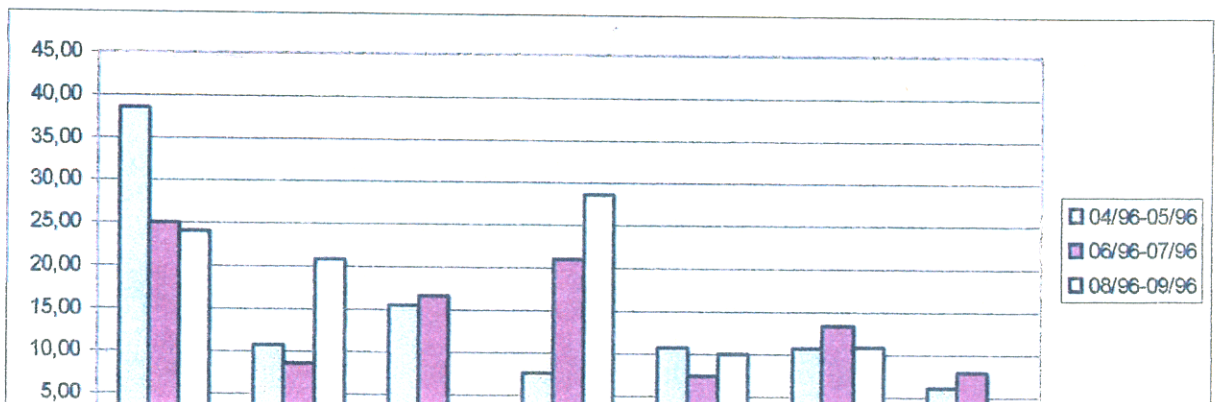
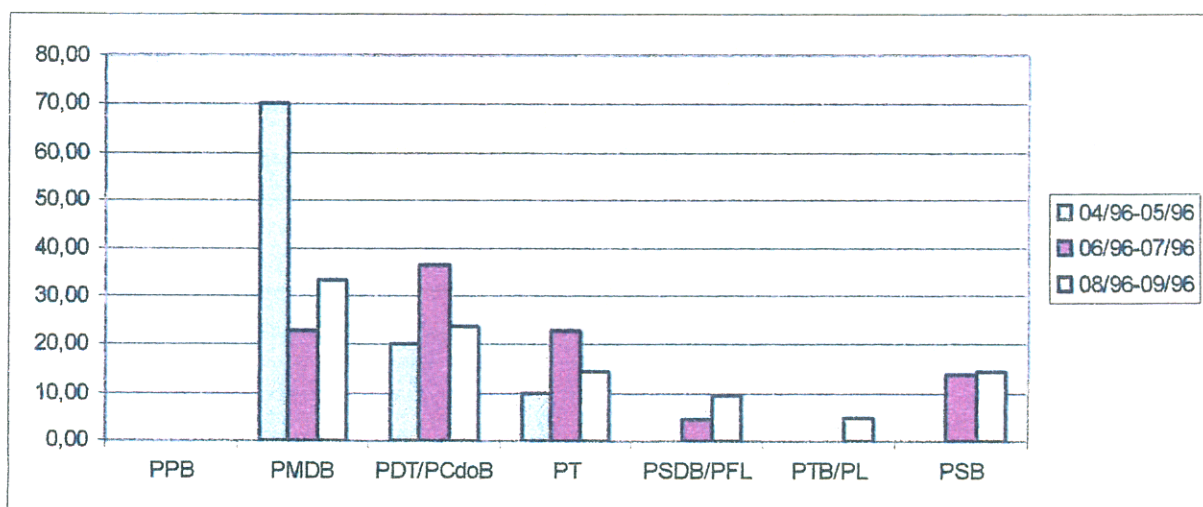


Gráfico 21 – Distribuição das notícias de teor negativo relativas a partidos/candidatos na imprensa local - jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1996 - 1.º turno (%).



Já por ocasião da realização do segundo turno eleitoral, verifica-se um relativo equilíbrio entre os informes divulgados na mídia escrita. Se, por um lado, o candidato do PT é mais citado na mídia do que o candidato do PDT, ele também é alvo de um maior número de ataques.

Gráfico 22 – Distribuição das notícias (exceto as de teor negativo) relativas a partidos/candidatos na imprensa local - jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1996 - 2.º turno (%).

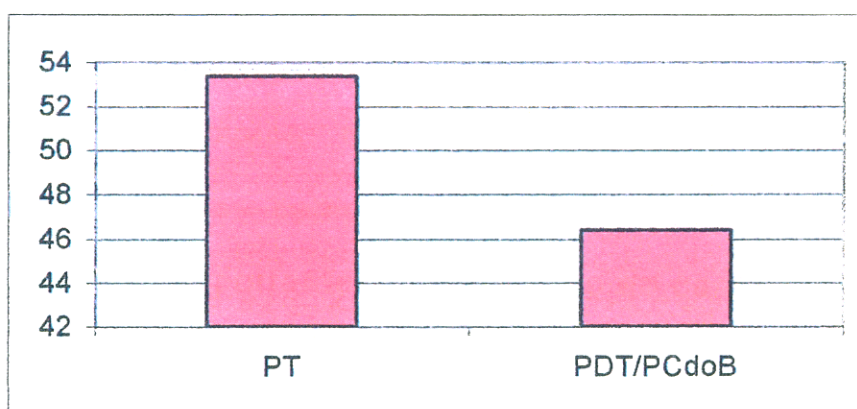
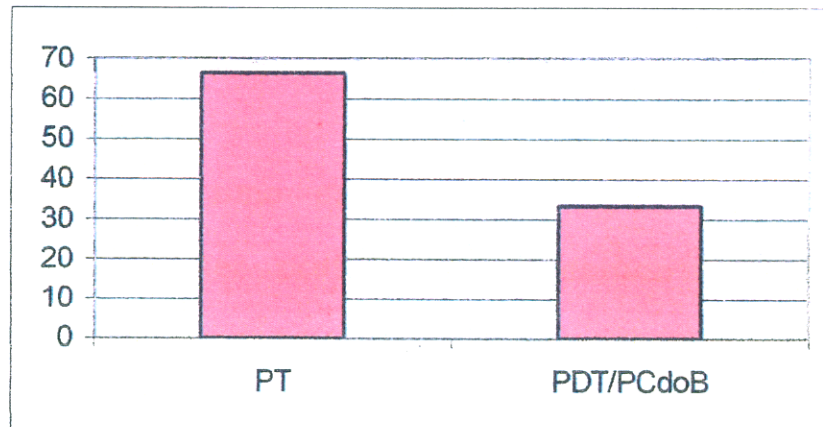


Gráfico 23 – Distribuição das notícias de teor negativo relativas a partidos/candidatos na imprensa local - jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã” - 1996 - 2.º turno (%).



Resta, ainda, esclarecer as possíveis motivações objetivadas que se possa identificar entre o eleitorado. Conforme os dados constantes nos gráficos abaixo, colhidos no *survey* de 1996, pode-se verificar a identificação do eleitor com determinado partido (predisposição ou preferência partidária), bem como a rejeição por

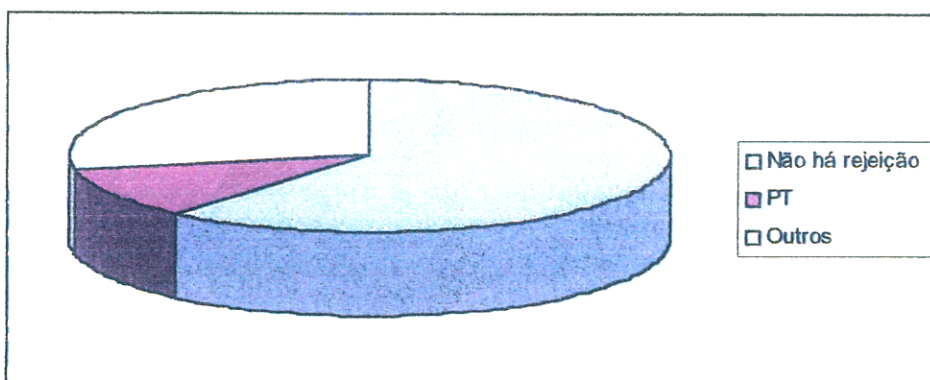
motivação que a legenda provoca no eleitor, independentemente do candidato alçado por aquela legenda. Ainda, é possível verificar o grau de participação política do eleitorado expresso por sua participação em associações e partidos políticos, bem como indagar sobre os meios de que o eleitor utiliza para o acompanhamento das campanhas político-partidárias e que quesitos julga mais importantes no candidato ao cargo eletivo.

Tabela 11 – Preferência partidária do eleitorado - 1996 (%).

Não têm preferência	68,7
PT	17,2
PDT	6,5
PMDB	3,1
PPB	1,6
PTB	1,0
PSDB	1,0
Outros	0,9

Fonte: Survey 1996 - ISP/UFPEL.

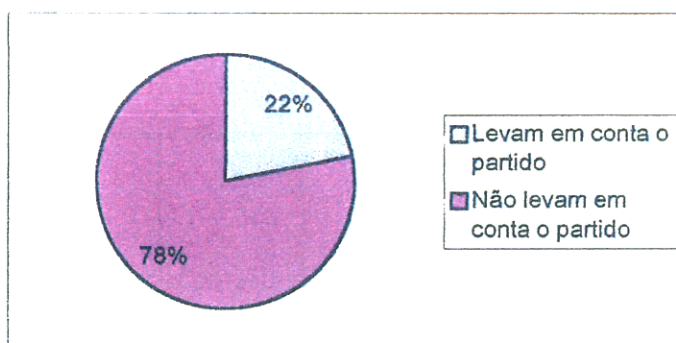
Verifica-se que uma parcela predominante do eleitorado (68,7%) não revela ter preferência específica acerca de um determinado partido, o mesmo acontecendo com a rejeição prévia a determinado partido, se bem que em menor grau (10,7%). Ressalte-se que é o Partido dos Trabalhadores que detém, concomitantemente, o maior índice de preferência partidária específica entre o eleitorado (17,2%) e o maior índice de rejeição (10,7%).

Gráfico 24 – Rejeição partidária do eleitorado – 1996.

Fonte: Survey 1996 – ISP/UFPel.

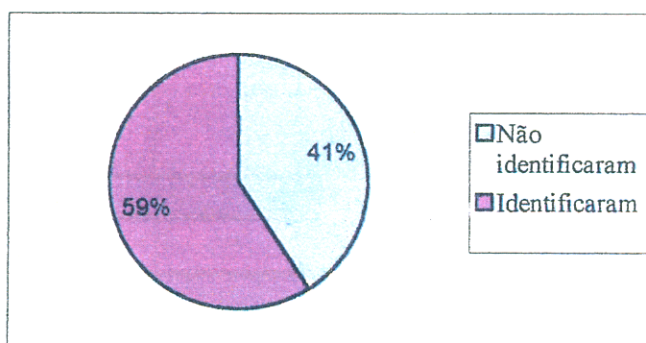
O índice de predileção ou rejeição específica retratado é corroborado pela constatação de que apenas uma parcela minoritária do eleitorado (22%) alega levar em conta o partido político do candidato para fazer a sua opção eleitoral, e 41% do eleitorado não soube identificar o partido político a que pertencia o então prefeito que encerrava o seu mandato, *Irajá Rodrigues*. Dados esses perfeitamente compatíveis com os de pesquisas realizadas em Porto Alegre e em outras cidades gaúchas, como atestam os estudos apresentados por Baquero (1984 e segs.).

Gráfico 25 – Averiguação dos eleitores que levam em conta o partido político do candidato para fazer a sua opção eleitoral – 1996 (%).



Fonte: Survey 1996 - ISP/UFPeI.

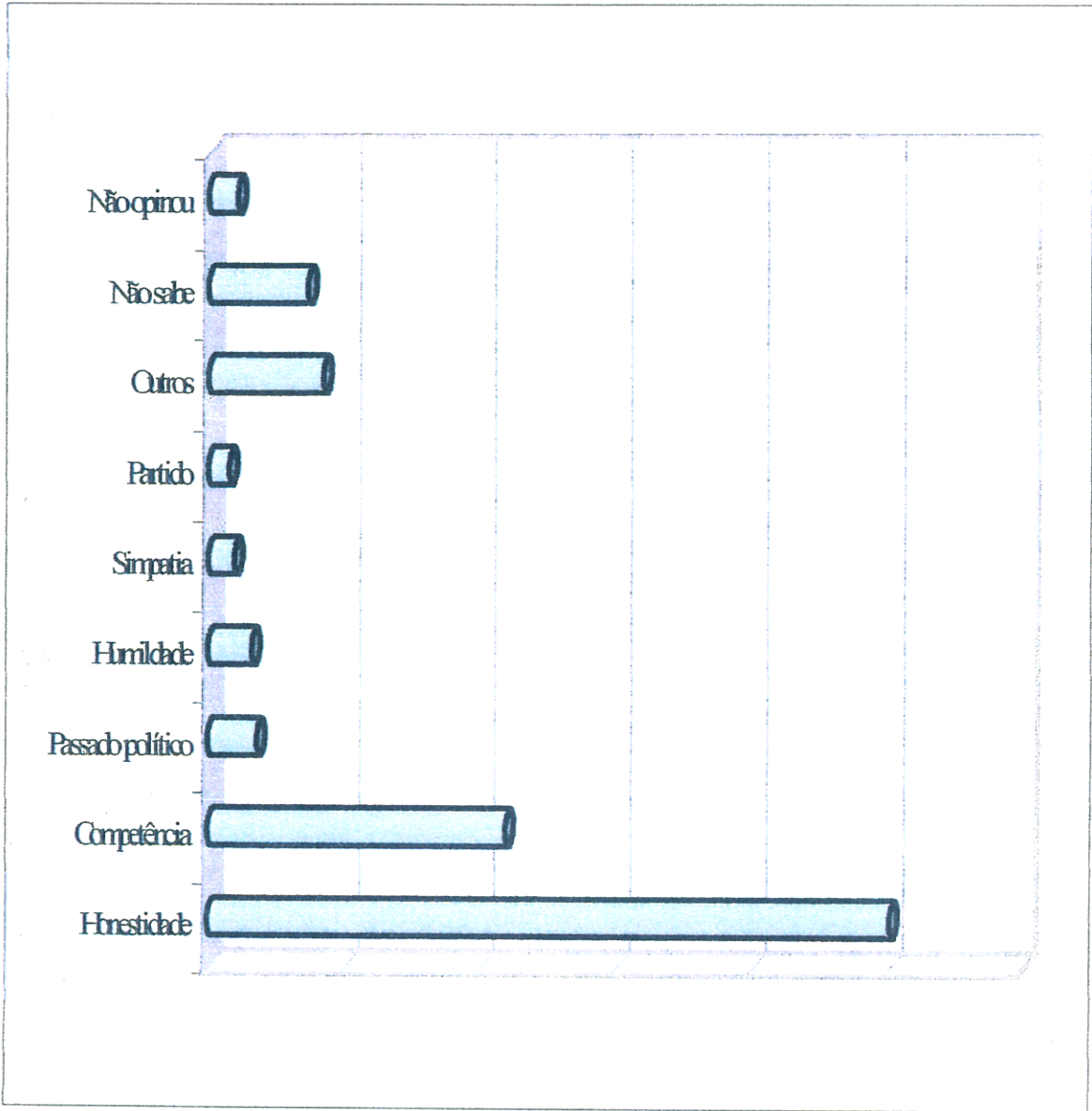
Gráfico 26 – Identificação do partido político do atual Prefeito (Irajá Rodrigues – PMDB) - 1996 (%).



Fonte: Survey 1996 - ISP/UFPeI.

Dentre os fatores que o eleitor julga mais relevantes no candidato, sobressaem a honestidade (50,1%) e a competência (21,8%). Neste contexto, a indicação do partido político do candidato como fator relevante da opção eleitoral foi apontado por apenas 1,5% dos eleitores entrevistados.

Gráfico 27 – Averiguação sobre o que o eleitor julga mais importante em um candidato.



Fonte: Survey 1996 – ISP/UFPel.

No que se refere aos meios utilizados pelos eleitores para o acompanhamento das campanhas político-partidárias, destaca-se a mídia televisiva, indicada por 74,5% dos eleitores. Também se verifica a pouca relevância atribuída a outros meios tradicionais de

debates entre os candidatos (1,0%), a divulgação de pesquisas (0,6%) e os comícios (0,6%). Interessante, ainda, a constatação de que um relativo percentual de eleitores informaram não se utilizarem de nenhum meio para o acompanhamento do embate político (10,7%).

Tabela 12 – Meios utilizados para acompanhar campanhas políticas (%).

TV	74.5
Nenhum	10.7
Rádio	6.2
Jornal	4.9
Debates entre os candidatos	1.0
Pesquisas divulgadas	0.6
Comícios	0.6
Palestras	0.3
Outros	3.4
Não sabe	0.6
Não respondeu	2.8

Fonte: Survey 1996 - ISP/UFPel.

Por fim, buscando mensurar aspectos relativos à composição típica da base eleitoral petista em Pelotas, tratou-se de resgatar os dados do survey de 1994, onde se verifica, com relação às intenções de voto para os cargos de Presidente da República e Governador do estado, que o candidato petista à presidência têm entre os eleitores pelotenses ampla maioria; no entanto, também neste pleito, revela-se a base eleitoral pelotense composta basicamente pelo eleitor-tipo já explicitado: jovem, com alto grau de escolaridade e de bom nível de status sócio-econômico. Apesar do candidato petista ao governo do estado não possuir a mesma ascendência sobre o eleitorado, revela-se-lhe, nas intenções de voto apuradas, o mesmo eleitor-tipo já delineado.

Concluindo, ressalta-se dois pontos fundamentais, que nortearam a presente dissertação e que foram devidamente corroborados pela análise dos dados examinados: inicialmente, a verificação do efetivo avultamento da base eleitoral do Partido dos Trabalhadores, comparados os pleitos de 1992 e 1996, com a novidade da inserção do partido no imaginário do eleitor pelotense, o que lhe confere a posição de principal força política de renovação no âmbito da região; a isso se soma a constatação de que, a par do notável incremento de sua base eleitoral local, continua o Partido dos Trabalhadores atrelado a padrões que lhe tornam carecedor de uma sensibilização efetiva de determinados segmentos do eleitorado, justamente aqueles que, por sua condição de exploração, deveriam coadunar-se com as propostas do PT.

No entanto, analisando-se os dados apontados na presente dissertação, especialmente os *surveys* de 1996, verifica-se que o incremento da base eleitoral do PT se deu em termos quantitativos, mas não em termos qualitativos, ou seja, em relação à composição da sua própria base eleitoral típica. Dito de outro modo, a base eleitoral do PT cresceu como um todo, quantitativamente; no entanto, o incremento não se deu por um fator qualitativo, pela derrubada de modelos frente a um segmento específico do eleitorado. A composição da base eleitoral petista, como se pode verificar, permanece qualitativamente intacta.

Explicar, de forma conclusiva, as motivações que levaram o eleitorado a incrementar, como visto, a opção eleitoral pelo Partido dos Trabalhadores exigiria a adoção de um modelo explicativo de comportamento eleitoral, o que implicaria numa análise imperfeita - ou, ao menos, bastante limitada -, posto que, como foi visto, há uma gama de variáveis que se agregam à motivação do eleitor, que não podem ser explicadas sob um enfoque único - psicológico, utilitarista-racional, sociológico, demográfico etc. Oferece-se, no entanto, a constatação efetiva do fenômeno e, a partir da delimitação dos segmentos do eleitorado mais ou menos sensibilizados com a proposta petista, pode-se investigar quais as perspectivas que se abrem para o partido, no sentido do crescimento de sua base eleitoral, e quais as limitações que se impõem a esta expectativa de crescimento.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve por objetivo identificar o alcance e os conseqüentes limites da expansão da base eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Pelotas, tendo em vista o expressivo avultamento desta base entre os pleitos de 1992 e 1996. Como já verificado, se isso por um lado tem respaldado a ação política do partido e lhe tem aberto as portas para a inserção no contexto político, como um partido em ascensão que consegue se livrar de um estigma de *catch all*, mantendo uma orientação programática e ideológica razoavelmente rígida, calcada na escolha racional de seus eleitores, por outro lado, mantém viva a contradição latente entre a sua origem classista e a falta de sensibilização da parcela social e economicamente mais atingida pelos estigmas que o programa do partido pretende atingir.

Ressalte-se que a polêmica sobre a qual se centra o Partido dos Trabalhadores, e que aqui é tratada, não é nova, mas instalase desde a proposta de fundação do partido: partindo da afirmação classista e da proposição socialista, o PT – com a novidade que traz para o cenário político brasileiro – procura dar conta da sua contemporaneidade, ... conseguindo ser expressivo das características globais e das peculiaridades mais fundamentais da mesma sociedade.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, é preciso considerar tanto a realidade social brasileira como a formação típica do eleitorado petista e do projeto social e político que o partido vem gestando.

Não se trata, apenas, de discutir se hoje o PT subsiste como um partido classista ou se deveria tentar se adaptar aos moldes dos partidos eleitorais de massa, tipo *cath all*, mas de compreender se a inserção do PT, sem vestir nenhuma destas roupagens específicas, na contemporaneidade política brasileira, como um partido que se propõe a representar os segmentos sociais ligados ao universo do trabalho.

A noção de classe é, no campo social, predominantemente subjetiva. Hoje, remanesce a aglutinação, em torno de uma legenda partidária que confere ao todo uma identidade e um projeto comuns, de diversos segmentos sociais ligados ao trabalho. Neste sentido, o PT revela-se um partido original e contemporâneo, expressivo da sociedade brasileira, que vem a contribuir para a edificação de uma sociedade democrática e pluralista.

A esse respeito, a colaboração maior do PT vai se dar a partir da articulação de diversos segmentos sociais ligados ao trabalho, construindo uma visão crítica do enfrentamento de classes no processo democrático institucionalizado.

Sem dúvida ligado originalmente ao movimento sindical-operário, e, portanto, melhor implantado nas regiões de maior

desenvolvimento econômico e social, o PT desenvolve-se como uma legenda aglutinadora dos segmentos ligados ao trabalho, a partir de uma concepção programática que se propõe a proteger o trabalhador da exploração promovida pelo capital com a cumplicidade estatal. Alcança, assim, índices expressivos e crescentes de votação em diversas regiões

O singular desenvolvimento do partido deve-se, sem dúvida, à própria matriz econômico-social brasileira, que proporciona um desenvolvimento pós-industrial e pós-moderno coadunado com a crescente exploração e miséria, que é consequência e, ao mesmo tempo, premissa da exclusão social de grandes parcelas da população, pela dependência destas frente ao Estado e pela inépcia deste em tratar das questões sociais.

Nesse sentido, pode-se verificar que não remanescem no país as condições necessárias à expansão da cidadania – civil, política ou social. A própria concepção de pluralidade democrática sofre, assim embargos, na medida em que ao pluralismo formal contrapõe-se a ausência de acesso à cidadania substancial por amplas camadas da população. Num país de padrão elitista e autoritário, o Partido dos Trabalhadores veio a oferecer à sociedade um novo ator social e político, que se evidencia pela renovação do clamor à participação democrática.

No entanto, coloca-se à frente do partido a questão de planificação doutrinária, ocasião em que emerge o embate caracterizado pela sua postura eclética entre dois pólos

dicotômicos: o partido classista e o partido *catch all*. E a antinomia apresenta-se justamente na composição da base eleitoral e partidária do PT que, apesar de revelar-se distante da massa normalmente arregimentada pelos partidos *catch all*, não se enquadra no entanto nos padrões mais rígidos que a representação classista tende a requerer.

Isto posto, é de se destacar que, frente aos padrões brasileiros, como visto, o eleitor petista apresenta-se bem delineado e, poder-se-ia afirmar, bastante elitizado. O nível de escolaridade apresentado pelo conjunto da base eleitoral do Partido dos Trabalhadores é bastante elevado, enquanto na composição do eleitorado brasileiro evidencia-se o baixo grau de instrução formal. Evidencia-se, logo, a existência de divergências significativas entre a composição da base eleitoral petista e a do conjunto do eleitorado brasileiro.

Evidencia-se, também, a dicotomia presente entre a conformação do eleitorado petista e do eleitorado brasileiro quanto ao nível de renda e *status* sócio econômico. Acompanhando o alto grau de escolaridade, evidencia-se também a relativamente tranqüila posição sócio-econômica do eleitor-tipo do PT.

Note-se, nesse sentido, que em ambos os casos o eleitor-tipo do Partido dos Trabalhadores não se coaduna com o eleitor-padrão no Brasil. E daí talvez advenham as maiores dificuldades do partido na condução do processo eleitoral.

Evidenciando-se no eleitorado petista uma faixa etária média tendencialmente jovem, em que pese o prejuízo da não-captação do voto de eleitores de faixas etárias mais altas, deve-se verificar que o eleitorado brasileiro destaca-se ainda por sua conformação etária mais jovem do que velha.

Ressalte-se assim que as perspectivas de expansão da base eleitoral petista dependem basicamente de duas variáveis, que na forma da sua abordagem já darão também os parâmetros que impõem os limites para esta expansão: a primeira, de ordem técnica, que se traduz no êxito obtido pelo partido, em maior ou menor grau, nas administrações municipais e estaduais até então conquistadas. Este êxito, maior ou menor, certamente implicará no reconhecimento pelo eleitorado de outras localidades da existência de uma maior ou menor afinidade com o programa do partido. Neste sentido, é necessária ainda aos líderes partidários a sensibilidade de transmitirem ao eleitorado a idéia de que a vitória nas urnas não traduz, por si só, a "tomada do poder", sujeitando-se o vencedor às regras do jogo democrático e às suas limitações implícitas, buscando assim a prevenção de dissidências e decepções.

Uma vez identificada a base eleitoral petista, cabe ao partido elaborar estratégias que visem sensibilizar segmentos específicos do eleitorado que vêm apresentando resistência ao PT, sem lançar mão das artimanhas do *catch all*. Trata-se de um feito perfeitamente viável para um partido que se encontra inserido no

epicentro da política brasileira como um ator social e político de renovação. Terá, assim, que se valer o partido de estratégias específicas de "cooptação" dos segmentos eleitorais representados por eleitores de menores graus de escolaridade e níveis de renda, de forma a lhes possibilitar uma melhor compreensão a respeito da sua situação social específica.

Especificamente em Pelotas, o avultamento do PT, se bem que seguindo um fenômeno já evidenciado em Porto Alegre e em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul, traduz uma provocação do eleitorado à novidade. Lançadas as bases para uma expansão eleitoral que lhe dirija ao poder, cabe ao partido agora a delimitação pretendida na captação contínua de sua base eleitoral. É preciso que o programa partidário seja, aos olhos dos eleitores, diferenciado e integrado, de modo a captar as intenções de voto de segmentos específicos, porém mais abrangentes no seu conjunto.

Cabe, portanto ao partido, a tarefa de lançar-se ao embate político mantendo fundamentalmente a sua base eleitoral cativa, mas vislumbrando a possibilidade de alcançar a ampla base eleitoral flutuante, buscando um conhecimento mais aprofundado de suas demandas específicas: quanto maior for o número de eleitores com cuja fidelidade os dirigentes partidários puderem contar, tanto maior a possibilidade de multiplicar os apelos ao eleitorado flutuante.

Conclui-se, assim, que, mais do que uma novidade no cenário político local, o Partido dos Trabalhadores revela-se um

ator social e político original, que não se enquadra nem entre os partidos classistas tradicionais, nem entre os partidos *catch all*.

Expressando a heterogeneidade estrutural da sociedade e representando uma nova proposta efetiva de construção democrática, depende o Partido dos Trabalhadores, para a sua plena configuração como força política renovada e a conseqüente vitória nas urnas, da sensibilização dos segmentos do eleitorado mais vulneráveis aos “arrastões eleitorais” promovidos pelos partidos *catch all*. Compete ao partido, portanto, apresentar-se perante o eleitorado como agente de renovação, em detrimento ao continuísmo promovido pelas legendas políticas tradicionais.

Finalmente, tendo-se por objetivo suscitar outros estudos atinentes à temática desenvolvida na presente dissertação, destaque-se algumas lacunas que se pôde discernir. Assim, novos estudos que venham a dar continuidade à análise do desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores no município de Pelotas, bem como estudos comparativos que venham a contribuir para a construção de uma tipologia do eleitorado da zona sul do estado certamente serão de grande valia. E, especialmente, o estudo mais aprofundado das motivações implícitas ao ato de votar – o comportamento dos eleitores – no âmbito do município.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon de. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Lua Nova*. São Paulo, (26): 53-79, 1992.
- AVELAR, Lúcia, LIMA, Fernão Dias de. Desenvolvimento, desigualdade e poder político: uma interpretação. UNB: Brasília, 1999 (mimeo).
- BANCO DE DADOS DA ZONA SUL. Pelotas; UFPel, (61), 1995.
- BAQUERO, Marcello. Participação política na América Latina: problemas de conceituação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, (53): 7-34, 1981.
- _____. Participação política convencional e não convencional nas eleições de 1982 em Porto Alegre. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre, (11): 361-371, 1983.
- _____. As eleições municipais de 1986: efeitos no sistema partidário e perspectivas para as próximas eleições no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, (1): 5-20, 1986.
- _____. As eleições presidenciais em Caxias do Sul: determinantes de uma cultura política. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre, (15): 47-65, 1992.
- BAQUERO, Marcello (Org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1984.
- _____. *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos: Novas Perspectivas de Análise*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara Reis. Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal. *Estudos Leopoldenses*. São Paulo, (28): 87-110, 1992.
- _____. *Matriz Histórico-Estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e Padrões de Participação Política*. Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

- CARDOSO, F. H. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática In: STEPAN, Alfred (Org.): *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 443-482.
- CARTA, Mino et al. A moral da História. *Retrato do Brasil*. São Paulo, (5): 49-51, 1984.
- CASTRO, Mônica Machado. Eleições: quem decide o quê? Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, (7/20), 1992.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- CESAR, Benedito T. Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil (<http://www.nupergs.ifch.ufrgs.br/textos>), 1999.
- CEW, Judson de. A decisão eleitoral em Caxias do Sul. In: REIS, Fábio W. *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 145-183.
- CHARLOT, Jean. *Les Parties Politiques*. 2 ed. Paris: Colin, 1971.
- DIRCEU, José. Por que PT?: os nossos objetivos (<http://www.pt.org.br>), 1999.
- DUVERGER, Maurice (org.). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Politics Against Markets - The Social-democracy of Road to Power*. New Jersey: Princeton University, 1985.
- FARHAT, Saïd. *Dicionário Parlamentar e Político*. São Paulo: Melhoramentos, 1996
- FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. São Paulo:, Sumaré-ANPOCS, 1991.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KINZO, Maria D'alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.
- LA PALOMBARA, Joseph et al. *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University, 1966.
- LAMOUNIER, B. Ideologia conservadora e mudanças estruturais. *Dados*. Rio de Janeiro, (5): 5-21, 1968.
- LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAMOUNIER, Bolívar et al. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. *Dados*. Rio de Janeiro, (3): 311-347, 1991.
- LIMA JUNIOR, Olavo. Alienação eleitoral e seus determinantes: nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, (5/14): 68-72, 1990.

- _____. A produção brasileira recente sobre partidos, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico. *BIB*. Rio de Janeiro, (34): 3-66, 1992.
- LIPSET, Seymour. Comportamento eleitoral. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *Política e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979, p. 403-415.
- LUCAS, João Ignácio Pires. Partidos políticos e oligarquização: um estudo na organização interna do PMDB e do PT do RS. Porto Alegre: PPG em Ciência Política da UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1996.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. Eleições, participação e cultura política. *Lua Nova*. São Paulo, (22): 133-143, 1990.
- _____. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*. São Paulo, (26), 1992.
- PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, (7/20), 1992.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT. *Estatuto do Partido dos Trabalhadores*. (<http://www.pt.org.br>), 1999.
- _____. *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*. (<http://www.pt.org.br>), 1999.
- _____. *Programa do Partido dos Trabalhadores*. (<http://www.pt.org.br>), 1999.
- REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os Partidos e o Regime: a Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley, CASTRO, Mônica Mata Machado de. Região, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Revista Lua Nova*, n.26, 1992.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Paradoxos do voto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, (7/20), 1992.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHWARTZMANN, Simon. As eleições e o problema institucional: Estado e sociedade no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro, (14), 1977.
- SILVA, Luiz Inácio da. Por que PT?: em defesa dos interesses da maioria. (<http://www.pt.org.br>).
- SINGER, André V. *Identificação Ideológica e Voto no Brasil: o Caso das Eleições Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: FFLCH, Departamento de Ciência Política da USP, Tese de Doutorado, 1998.
- SOARES, Gláucio. O previsível eleitor brasileiro. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro (2/9): 26-32 1983

SOARES, Gláucio et al. Os mitos de uma eleição. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, (12/72): 10-13, 1991.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. *Estatísticas do Eleitorado*. (<http://www.ufpel.tche.br/cartório-eleitoral>), 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. *Legislação Eleitoral*. (<http://www.ufpel.tche.br/cartório-eleitoral>), 1999.

VERDELHO, Valdeci. Sinal dos tempos. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro, (18): 206-209, 1982.